



I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Marxismo Feminista PROGRAMA COMPLETO E CADERNO DE RESUMOS

I CONFERÊNCIA INTERNACIONAL

Marxismo Feminista

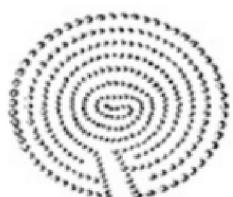
22 a 26 de abril de 2024

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo

Apoio:



DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
DEPARTAMENTO DE LETRAS MODERNAS
DEPARTAMENTO DE TEORIA LITERÁRIA E LITERATURA COMPARADA



CENEDIC
Centro de Estudos dos
Direitos da Cidadania



elefante



A I Conferência Internacional Marxismo Feminista propôs discutir as possíveis – e necessárias – relações entre Marxismo e Feminismo, considerando algumas questões e temas. Como trabalhos que avançam o debate feminista podem contribuir para o marxismo? Quais as continuidades, descontinuidades e determinações entre gênero, raça e classe? Quais as relações entre gênero e acumulação capitalista em diferentes momentos históricos? E nas dinâmicas de exploração capitalista contemporânea? De que modo a separação entre produção de capital e reprodução social cria desigualdades de gênero? E em que medida teorias que separam essas esferas reproduzem tais desigualdades? Em que medida conjugar marxismo e feminismo abre nossas possibilidades para o futuro? Como o feminismo pode contribuir para a releitura do debate marxista a respeito da arte, do cânone artístico e para o redescobrimento de uma nova estética? Perguntas como essas impulsionaram a construção da conferência.

Nosso objetivo foi contribuir para o aprofundamento do processo de “feminização” e “queerização” do marxismo, levado a cabo por diferentes gerações de teóricas e ativistas, haja vista o quanto a questão de gênero, atrelada às questões de classe, raça e sexualidade, são centrais tanto para a compreensão do capitalismo, quanto para as nossas práticas políticas e acadêmicas. Infelizmente, vemos que, apesar de já termos produzido avanços fundamentais, ainda há desigualdades em relação a esses debates no interior da nossa tradição.

Acreditamos que está mais do que na hora do marxismo e os marxistas estarem à altura dos desafios do século XXI e isso passa necessariamente por avançarmos e seguirmos o legado aberto pelas marxistas e feministas ao longo dos últimos anos.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Beatriz Rodrigues Sanchez
(Ciéncia Política/USP; CEBRAP)

*

Bruna Della Torre
(Sociologia/UNICAMP)

*

Carolina de Paula Peters
(Teoria Literária e Literatura Comparada/USP)

*

Carolina Soares Nunes Pereira
(Sociologia/UNICAMP)

*

Daniela Costanzo
(CEBRAP)

*

Isabella Meucci
(Ciéncia Política/UNICAMP)

*

Larissa Vannucci
(Departamento de Letras Modernas/USP)

*

Mariana Celano de Souza Amaral
(Sociologia/USP)



PROGRAMAÇÃO

22.04 (segunda)

10H

**(Im)possibilidades do marxismo feminista na
psicologia crítica: impactos da exploração-
opressão das mulheres pelo capitalismo**

sala 118 (prédio do meio)

**Interlocuções e desafios ao marxismo
feminista**

sala 14 (prédio do meio)

14H

Feminismo e revolução

sala 230 (letras)

**Explorando as Interseções: Feminismo,
Sexualidade e o movimento LGBTQIA+**

sala 103 (letras)

**Perspectivas Críticas sobre a Agressão
contra Mulheres**

sala 106 (letras)

Nancy Fraser e a teoria crítica feminista

sala 130 (letras)

**Fundamentos e Fronteiras: Explorando a
Teoria da Reprodução Social no Contexto
Feminista**

sala 132 (letras)

**Aplicações Empíricas da Teoria da Reprodução
Social: Estudos de Caso e Análises**

sala 133 (letras)

**Descolonizando o Feminismo: Perspectivas e
Práticas Decoloniais**

sala 134 (letras)

Educação Feminista: Desafios e Possibilidades na Formação Crítica

sala 231 (letras)

Feminismo no Brasil: debates e controvérsias

sala 206 (letras)

Marx e o Feminismo: Diálogos e Tensões

sala 169 (letras)

Feminismo e a Realidade do Trabalho Precário: Reflexões e Implicações

sala 209 (letras)

14H30

WORKSHOP What Does “Feminist” Mean When Talking About Political Economy?

auditório (Casa de Cultura Japonesa)

17H30

MESA DE ABERTURA

auditório (Casa de Cultura Japonesa)

18H

CONFERÊNCIA INAUGURAL com **Sarah Speck, Nancy Fraser e Maria Lygia Quartim de Moraes**

auditório (Casa de Cultura Japonesa)

23.04 (terça)

10H

“Há todo um universo para construir”: a crítica da forma jurídica sob perspectiva feminista

sala 118 (prédio do meio)

Marx, marxismo e Teoria da Reprodução Social: Diálogos críticos

sala 14 (prédio do meio)

14H

Movimento Feminista: História, Conquistas e Desafios Atuais

sala 162 (letras)

Gênero e Moradia

sala 204 (letras)

Interseccionalidades: lugar de fala, ponto de vista e as fronteiras do feminismo

sala 103 (letras)

**Narrativas femininas, narrativas feministas?
Gênero e literatura**

sala 106 (letras)

Nancy Fraser Hoje: Capitalismo, Crise e Perspectivas Feministas

sala 130 (letras)

Teoria da Reprodução Social: Perspectivas Feministas sobre Trabalho, Família e Sociedade

sala 132 (letras)

Dinâmicas de Gênero no Mundo do Trabalho: Análises e Perspectivas

sala 133 (letras)

Conservadorismo e gênero: diagnósticos e resistências

sala 134 (letras)

**Docência, Feminismo e masculinidades:
O Papel dos Educadores na Transformação Social**

sala 202 (letras)

**Sustentando a Vida: Reflexões sobre o
Trabalho de Cuidado e a Sociedade**

sala 165 (letras)

18H

MESA Violência de Estado Ontem e Hoje
com **Amelinha Teles, Miriam Duarte e Simone Nascimento**. Mediação: **Paula Marcelino**

auditório (Casa de Cultura Japonesa)

24.04 (quarta)

10H

**Teoria da Reprodução Social e
Feminismos Marxistas**

sala 14 (prédio do meio)

**Crítica literária feminista? Desafiando o
cânone literário**

sala 118 (prédio do meio)

14H

Cuidado como Trabalho: a virada feminista

sala 236 (letras)

Desafios e Avanços na Luta pelo Aborto no Brasil

sala 103 (letras)

Arte como Resistência: Perspectivas Feministas na Cultura Contemporânea

sala 106 (letras)

Teoria Crítica e Feminismo

sala 130 (letras)

Teoria da Reprodução Social no (e para) o Brasil

sala 132 (letras)

Pandemia e Gênero: Impactos e Respostas Feministas à Covid-19"

sala 134 (letras)

Ciência e Educação sob a Perspectiva Feminista

sala 230 (letras)

O Estado e as Políticas de Gênero: Análises Feministas

sala 231 (letras)

Helelith Saffioti e a Análise do Patriarcado: Perspectivas Feministas

sala 206 (letras)

16H

LANÇAMENTO Mulheres, Revolução e Socialismo: um livro para abrir a imaginação de outra sociedade

sala 14 (prédio do meio)

18H

MESA Queer & Marxismo com **Alice Granada, Carolina Lara, Eduarda Camargo e Jules Bistani**. Mediação: **Virginia Costa**

auditório (Casa de Cultura Japonesa)

25.04 (quinta)

10H

**Silvia Federici e a Reprodução Social:
Uma Perspectiva Feminista e Marxista**

sala 14 (prédio do meio)

**Feminismo Socialista: Teorias e Práticas
para a Emancipação**

sala 118 (prédio do meio)

14H

Teorias feministas: Angela Davis, Simone de Beauvoir e Silvia Federici

sala 236 (letras)

**Direitos Reprodutivos em Debate:
Perspectivas Feministas sobre o Aborto**

sala 162 (letras)

Histórias feministas da arte

sala 165 (letras)

**Pensando com Roswitha Scholz: Reflexões sobre
Capitalismo, Gênero e Literatura**

sala 130 (letras)

**Teoria da Reprodução Social na América Latina:
Desafios e Contribuições**

sala 132 (letras)

**Raça e Feminismo: Desafios e Estratégias na
Luta Antirracista**

sala 133 (letras)

Justiça de Gênero: Abordagens e Conquistas no Campo do Direito

sala 163 (letras)

Ecosocialismo Feminista: Unindo Lutas Ambientais e de Gênero

sala 202 (letras)

Feminismo em Ação: Transformações e Conquistas no Campo e no Serviço Social

sala 204 (letras)

Trabalhadoras Domésticas, Raça e Reprodução Social

sala 206 (letras)

Gênero e Luta de Classes: Abordagens Feministas na Teoria Marxista

sala 208 (letras)

18H

**MESA Feminismo e Marxismo na Literatura
e em Tradução com Helena Silvestre, Maria
Carolina Casati e Coletivo Sycorax**

auditório (Casa de Cultura Japonesa)

26.04 (sexta)

10H

Mulheres e o Sistema Prisional: Feminismo, Abolicionismo e Reprodução Social para a Emancipação

sala 118 (prédio do meio)

14H

"As mulheres marxistas nas universidades brasileiras"

sala 14 (prédio do meio)

Feminismo Socialista na América Latina

sala 236 (letras)

Violência de Gênero: Abordagens Críticas e Contextuais

sala 103 (letras)

**Poesia e Conto: Expressões Feministas
na Literatura**

sala 106 (letras)

**Além da Produção: Desdobramentos da Teoria
da Reprodução Social no Feminismo**

sala 230 (letras)

**Perspectivas Interseccionais na Teoria da
Reprodução Social**

sala 132 (letras)

**Pensamento Feminista Negro:
contribuições e debates**

sala 133 (letras)

**Greve e Ocupações: A Luta das Mulheres no
Campo e na Fábrica**

sala 204 (letras)

Trabalho Doméstico e Cuidado

sala 202 (letras)

**Entre o Público e o Privado: Mulheres, Trabalho
e Desigualdades**

sala 208 (letras)

18H

CONFERÊNCIA DE ENCERRAMENTO com
Isabel Loureiro e Silvia Federici

auditório (Casa de Cultura Japonesa)



RESUMOS

22 de abril

22/04 | 10h

sala 118 (prédio do meio)

mesa

**(IM)POSSIBILIDADES DO MARXISMO
FEMINISTA NA PSICOLOGIA CRÍTICA:
IMPACTOS DA EXPLORAÇÃO-OPRESSÃO DAS
MULHERES PELO CAPITALISMO**

MEDIAÇÃO: RENATA CONDE (USP)

A relação entre marxismo, feminismo e psicologia crítica não é atual e ainda menos consensual. No amplo guarda-chuva teórico que compõe a psicologia crítica, desperta-nos interesse a tendência histórica, desde a década de 1980, do predomínio dos “estudos de gênero”, pós-estruturalistas, em detrimento dos “estudos sobre a mulher”, de viés marxistas. Neste sentido, perguntamo-nos: por que a teoria marxista foi menos utilizada para pensar questões de gênero a partir do final de 1980? Por que não existe uma psicologia feminista no Brasil? Qual a potência de reivindicarmos o reconhecimento de uma psicologia crítica feminista marxista? Se a psicologia tem reproduzido a lógica das classes dominantes, ainda que camuflada sob as melhores intenções, deveríamos acabar com a psicologia? Essas são algumas reflexões que impulsionaram a proposição desta mesa, cujo objetivo é discutir sobre as (im)possibilidades da articulação entre feminismo e marxismo na psicologia crítica a partir de reflexões acerca dos impactos da exploração-opressão das mulheres no capitalismo. Esse debate se faz coerente com a proposta do eixo 10 “Exploração capitalista contemporânea: trabalho de cuidado, família, afeto”, pois pretendemos refletir sobre a necessidade, os limites e os desafios de estabelecer uma psicologia crítica feminista marxista como campo teórico, avançando no intuito de fomentar uma perspectiva feminista marxista e histórico-cultural de desenvolvimento humano para compreender como se constitui o psiquismo da mulher socializada em uma realidade onde as condições postas são de alienação e estranhamento particularizadas na divisão sexual e racial do trabalho. A dominação/opressão capitalista explora os sentimentos, pensamentos e ações das mulheres que, cotidianamente, estão aprisionadas em violência, inclusive no âmbito familiar. Essa perspectiva nos permite investigar como as relações medeiam a constituição do psiquismo a partir do gênero e sob a égide do capital, tomando-as como uma história social que pode ser radicalmente transformada coletivamente.

APRESENTAÇÃO 1

Nicole Soares Resende (PUC-SP)

Nesta pesquisa, buscamos através das contribuições do feminismo e da Psicologia Social Crítica, ambas de viés marxista, confrontar as bases teóricas e ontológicas da Psicologia para apresentar alguns fundamentos críticos que nos possibilite refletir sobre a necessidade, os limites e os desafios de estabelecer uma Psicologia Crítica Feminista Marxista como campo teórico. Inicialmente, demonstramos que o desenvolvimento e as transformações do conhecimento humano dependem diretamente das condições materiais de existência. Daí, a importância da crítica de Marx e suas contribuições para compreender a realidade e as possibilidades de reprodução ou superação da ordem imposta com o avanço do capitalismo e da ciência moderna. Analisamos como o processo histórico que possibilitou o surgimento da Psicologia burguesa reverberou na criação de ontologias fictícias usadas para promover os interesses da classe dominante. Por outro lado, a realidade material capitalista também impulsionou o surgimento da Psicologia Social Crítica e, portanto, destacamos as mudanças históricas e sociais que permitiram a convergência da Psicologia com o feminismo – que se manifestou na transição dos ""estudos sobre mulheres"" de perspectiva marxista para os ""estudos de gênero"", inspirados sobretudo em correntes pós-estruturalistas. Por fim, reunimos todos os elementos do texto para refletir sobre o estabelecimento de uma Psicologia Social Crítica Feminista Marxista e defendemos nossa escolha pela perspectiva materialista histórica feminista em detrimento da primeira enquanto instrumento de psicologização enrigecido em um campo teórico.

APRESENTAÇÃO 2

Mariana dos Santos Moraes (UFG)

Este resumo consiste no relato de uma pesquisa em desenvolvimento. Objetiva-se, com este trabalho de cunho teórico, compreender como a alienação impacta a relação consciente-inconsciente no psiquismo das mulheres. Partiu-se de estudos sobre a alienação em Marx e comentadores, enquanto fenômeno determinado nas relações sociais de produção da vida, que no capitalismo tem raízes na propriedade privada e divisão social do trabalho, denotando uma expressão de dominação do capital sobre os seres humanos, que produz um estranhamento do seu produto, processo de produção, natureza e entre si. Após, aprofundou-se em estudos do marxismo feminista sobre as relações de opressão-dominação de gênero no capitalismo, por meio do patriarcado, buscando demonstrar como isso especifica a alienação para as mulheres, através da divisão sexual do trabalho e exploração do corpo, sobretudo das mulheres negras, nos países de capitalismo dependente, que contam com a escravização em sua acumulação primitiva. Após, adentrou-se na psicologia histórico-cultural, para compreender a estruturação e desenvolvimento do psiquismo, especificando sua dinâmica consciente-

-inconsciente, compreendida enquanto uma relação dialética e dramática, determinada pela estrutura de produção e reprodução social. No momento, constrói-se as articulações teóricas dos impactos desta estrutura social na referida dinâmica, a pesquisa caminha para indicar os seguintes pontos: o inconsciente domina a esfera volitiva, com a predominância de afetos não significados; as escolhas e a atividade é determinada por motivos estranhados criados a partir do fetichismo; no caso das mulheres, as motivações para realização de trabalhos não pagos de reprodução se sobressai a seu próprio desenvolvimento humano, tendo um reconhecimento enquanto objeto e reproduzindo essa opressão em suas ações cotidianas de forma estranhada; a dupla-tripla jornada em trabalhos precarizados reduz seu nível de apropriação e possibilidade de práxis. Assim, defende-se a atuação prática em processos revolucionários em prol da superação da sociedade capitalista que oprime e explora mulheres.

APRESENTAÇÃO 3

Larissa de Carvalho Lopes (UFG)

O presente trabalho objetivou compreender as permanências e rupturas da mulher em situação de violência doméstica. Partimos do referencial teórico da psicologia histórico-cultural e do feminismo de fundamento materialista histórico-dialético. Desenvolvemos a construção da feminilidade no atual contexto histórico. Remontamos a criação do ideal do amor romântico, da maternidade e dos cuidados domésticos na modernidade como ferramenta de exploração patriarcal. Teorizamos sobre a violência contra a mulher como expressão desse sistema. Relacionamos a opressão de gênero com a condição de dependência brasileira e a escravização. Introduzimos as principais bases epistemológicas da psicologia histórico-cultural para embasamento da discussão. A partir delas, destacamos a base afetivo-volitiva na estruturação do psiquismo e atividade. Ante este levantamento teórico, realizamos entrevistas narrativas com mulheres que sofreram violência doméstica e familiar entre 2020 e 2022. A análise dos dados gerados foi estruturada sob viés comprehensivo, considerando o fundamento teórico-metodológico materialista histórico-dialético. Obtivemos dados sobre a produção de afetos, pensamentos e ações nas mulheres a partir da ideologia patriarcal. Refletimos sobre suas relações com o modo de produção capitalista e a consequente utilização da violência doméstica como uma ferramenta de manutenção desta estrutura. Identificamos que o patriarcado do salário se desenvolve a nível subjetivo como uma exploração do sentir-pensar-agir de mulheres. Deste modo, sentimentos como desvalorização e vergonha. Por isso, consideramos que a permanência de mulheres em situação de violência não é dada livremente, mas a partir dos condicionantes da sociabilidade capitalista e patriarcal. Ressaltamos, contudo, que existem estratégias de resistência e rupturas, mesmo que no interior da relação, sobressaltando as afetações de raiva. Por fim, apontamos a necessidade de novos estudos aprofundando as relações identificadas e, mais além, enfatizamos a necessidade do combate ao patriarcalismo e suas relações modais com o capitalismo, colonialismo e racismo."

22/04 | 10h
sala 14 (prédio do meio)

mesa
**INTERLOCUÇÕES E DESAFIOS
AO MARXISMO FEMINISTA**

MEDIAÇÃO: LARISSA VANNUCCI (USP)

A proposta dessa mesa tem como objetivo central debater as contribuições e desafios ao marxismo feminista, tendo em vista a multiplicidade de perspectivas políticas, teóricas e metodológicas contemporâneas quanto a organização e luta das mulheres. A teoria crítica, assim como outras tendências, precisou se debruçar sobre a lutas das mulheres especialmente a partir da década de 1960, quando há a explosão de movimentos insurgentes no mundo. O movimento hippie, as guerras, as revoluções socialistas e, sem dúvida a libertação sexual e a luta por igualdade entre homens e mulheres, são alguns dos fenômenos que impulsionarão o desenvolvimento de estudos que possam explicar a realidade. É disso que se trata, sobretudo ao reivindicar o marxismo: a prática social, orientada pela direção de transformar as estruturas de exploração e opressão, indica o que deve ser investigado, aprofundado e teorizado como referências a serem incorporadas à própria luta. Se o feminismo liberal tem o limite das conquistas desvinculadas das determinações estruturais, parte do campo da esquerda revolucionária terá dificuldades em apreender a opressão das mulheres, a exemplo do patriarcado, como anterior ao capitalismo e como umas das experiências que o estruturou ao longo de seu desenvolvimento. Temos como horizonte estratégico a transformação estrutural da sociedade e nos parece que o feminismo aporta elementos importantes tanto de aprofundamento para levar a cabo esse horizonte estratégico como da dimensão tática desse processo a partir das análises que faz das desigualdades e hierarquizações na manutenção do status quo. Sem a pretensão de esgotar a totalidade dessas perspectivas que, assumidamente ou não estão em disputa, buscaremos situar algumas delas, como o: feminismo classista a partir do debate de Helelith Saffioti e Nancy Fraser; feminismo materialista francês, a partir Nicole Claude-Mathieu, Christine Delphy, Collete Guillaumin e, o Feminismo Decolonial, com María Lugones, Ochy Curiel e Yuderkys Espinosa Miñoso.

FEMINISMO CLASSISTA

Maria Regina de Avila Moreira (UFSC)

Um dos mais importantes desafios para o marxismo feminista, tem sido o debate com diferentes correntes e/ou tendências, tanto vinculadas ao legado marxiano como, das teorias feministas ao longo dos séculos XX e no decorrer deste século. Desde os primórdios da construção do projeto socialista, as mulheres reivindicam espaço, poder a partir da explicação da ordem patriarcal de gênero, de raça e sua intersecção com a classe. No campo da esquerda marxista este não foi e não é um debate fácil. Em outros termos, porém, o avanço da luta das mulheres por direitos, contra a violência, contra o sexismo, por igualdade, o reconhecimento da racialização das relações sociais e do modelo heteropatriarcal que impõem formas de exploração e opressão específicas, não necessariamente se consolidam tendo como estratégia fundamental à ruptura da ordem do capital. E aqui, é importante se colocar contra a desqualificação de tais apreensões como identitárias. Tal discussão requer aprofundamento. Nessa direção, dentre tantas feministas importantes que trazem esse debate duas autoras que, de formas diferentes, podem contribuir para avançar na construção da unidade teórica, política e programática em defesa do marxismo feminista. Uma delas é a socióloga brasileira Heleith Saffioti (1987, 2013, 2015) que a partir da metáfora do nó simbiótico entre capitalismo, racismo e patriarcado ensina a totalidade materialista como ferramenta indispensável contra a exploração e opressão; a filósofa estadunidense Nancy Fraser (2019;2020) convoca ao compromisso anticapitalista como basilar que se conecta a luta antipatriarcal, antirracista, antilgbtqiapn+fóbica e contra a expropriação colonialista e seus impactos. Trazê-las nessa mesa, portanto, soma-se ao esforço em avaliar os desafios ao marxismo feminista, especialmente com vistas ao avanço estratégico e tático revolucionários contra a ordem do capital.

FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÊS

Maria Cecilia Olivo (UFSC)

Nesse lugar, também podemos situar as elaborações das Feministas Materialistas Francófonas. A gênese desta corrente/perspectiva feminista se dá no pós-mai de 1968, na França, legatária da efervescência teórica e da luta social característica daquele momento, portanto da luta social concreta. Se destacam especialmente duas correntes de debate e de sustentação da luta que vão dar bases para o desenvolvimento do pensamento feminista materialista: A luta de classes, que tem como eixo central a classe e o Feminismo Radical, que coloca o patriarcado/a dominação sobre as mulheres como eixo central e desencadeador das desigualdades e hierarquização de sexo. Entendemos que o Capital, quando subsume o trabalho, mantém marcadamente a distinção das características do trabalho concreto (masculino/feminino, infantil, manual/intelectual), aparentemente inexistente quando trata do trabalho abstrato, no campo das

relações sociais. Tais diferenciações estão em seu fundamento – no fundamento da ordem do Capital – e, portanto, na necessidade de reprodução das relações sociais. Para que a produção de valor se realize, as mentes e coração dos seres humanos precisam caminhar sob relações humanas desumanizadoras. E, no que se trata da relação social de sexo/gênero, uma das características que se colocam é a manutenção da dominação-exploração sobre as mulheres, de distintas formas, nos diferentes momentos históricos. As elaborações do feminismo materialista francês apreendem esse movimento, entretanto, no campo da ação prático-política, podem indicar caminhos mais limitadores do que tendências emancipatórias, a partir de como realiza suas análises. Assim, consideramos importante ressaltar algumas dimensões, particularmente sobre o debate que levanta sobre relação social de sexo (Mathieu, 2013; Delphy, 2013) e sexagem (Guillaumin, 2016), pois trazem miradas necessárias a questões cotidianamente presentes e que atravessam nossa sociabilidade, ao tempo em que apresentam uma compreensão de classe, como classe de sexo que, em nossa análise direciona a uma possível segmentação e hierarquização da luta e movimento social.

FEMINISMO DECOLONIAL

Christiane dos Santos Luciano (UFSC)

No bojo do movimento de críticas às teorias e autores europeus que ganharam corpo na segunda metade do século XX, emergiu na América Latina o denominado “giro decolonial” (Ballestrin, 2013). Tendo o Projeto Modernidade/Colonialidade como seu principal expoente, uma nova escola de pensamento latinoamericano surge a partir da junção de marxistas desencantados/as com a falência do socialismo real em busca de um novo programa teórico e ideológico (Verdesio, 2005). A partir de 1998, com o encontro de Edgardo Lander, Aníbal Quijano, Enrique Dussel, Arturo Escobar, Walter Mignolo e Fernando Coronil na Venezuela, inicia-se uma série de encontros que fortaleceriam a elaboração de uma proposta de teoria de(s)colonial. Com o passar do tempo, o grupo se ampliou e recebeu outros/as intelectuais, dentre eles, a feminista María Lugones (Miñoso; Correal; Muñoz, 2014). A entrada de Lugones no Projeto Modernidade/Colonialidade, em 2006, foi responsável pelo encontro do feminismo com a teoria de(s)colonial e pela gênese do feminismo de(s)colonial, termo cunhado por ela (Dias, 2014; Lugones, 2019). Pode-se dizer, então, que o feminismo de(s)colonial já nasce a partir da renúncia do marxismo como teoria capaz de explicar a realidade e como horizonte político de sua transformação. Apesar disso, essa vertente feminista levanta importantes discussões acerca de temas que de fato foram marginalizados por parcelas da tradição marxista e que não devem ser ignorados por aqueles/as que desejam superar o modo de produção capitalista-racista-patriarcal e construir uma nova ordem societária. Sendo assim, apresentamos as contribuições e limites do feminismo de(s)colonial latinoamericano a fim de obter elementos que permitam a “análise concreta da realidade concreta” (Lênin, 1981), bem como sua transformação.

22/04 | 14h

sala 230 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
FEMINISMO E REVOLUÇÃO

MEDIAÇÃO: ISABELLA MEUCCI (UNICAMP)

**CAPITALISMO E MORAL SEXUAL: CONTRIBUIÇÃO DE
ALEXANDRA KOLLONTAI À ECONOMIA POLÍTICA**

**Maísa Maria Baptista Prates do Amaral; Annabelle Bonnet
e Renata Couto Moreira (UFES)**

No início do século XX várias eram as correntes do feminismo na Europa, principalmente liberal, que tinham como pauta principal de luta o sufrágio universal que não davam conta da complexidade e da centralidade das pautas das mulheres trabalhadoras. É nesse sentido que a vida, a militância e a obra de Alexandra Kollontai se apresentam como marcos não só na história da Revolução Russa como na construção de um feminismo socialista, das e para as trabalhadoras. A sua obra trata com sensibilidade assuntos complexos, sempre tendo como central o caráter classista da luta das mulheres trabalhadoras. Além disso ao trazer a sexualidade, o amor e a crise sexual para a esfera da Economia Política nos mostra que esse debate é fundamental para a construção de uma nova sociedade. Não é possível, segundo a autora, construir uma nova sociedade, passar por uma Revolução, sem que se rompa com a ideia de família atual, uma construção burguesa que funciona no sentido de produzir e reproduzir a economia capitalista. A partir desse entendimento, este trabalho tem como objetivo discutir a contribuição de Alexandra Kollontai, intelectual e militante russa, na construção do feminismo socialista. Para isso, utilizamos como metodologia a análise bibliográfica de textos de Kollontai como “Os fundamentos sociais da questão feminina”, “O amor e a nova moral”, entre outros. Apontamos assim que uma das grandes contribuições de Kollontai é trazer para o campo da economia política o debate da crise sexual, discussão que comumente é feita no campo da moral, assim como evidenciar as pautas fundamentais das trabalhadoras do campo e da cidade, nos processos de organização das mulheres concomitante com o despertar de suas consciências da sua condição de opressão.

AS NOVAS MULHERES NA URSS E NO BRASIL: UM DIÁLOGO ENTRE PATRÍCIA GALVÃO E ALEXANDRA KOLLONTAI

Samara Akemi Saraiva (Unifesp)

Esta comunicação tem como objetivo apresentar parte do processo de formação intelectual da escritora brasileira Patrícia Galvão (1910-1962). A partir de uma lista de livros que foram apreendidos em sua casa, no ano de 1936, no momento em que foi presa como militante comunista pelo Departamento de Ordem Política e Social – DEOPS/SP, é possível compreender parte do processo de elaboração do seu posicionamento político e literário. Autora de romances e de uma intensa produção jornalística, seus escritos frequentemente estiveram conectados a seus compromissos políticos. A maior parte dos seus livros tratavam das temáticas da literatura e da teoria revolucionária marxista, o que reflete seus interesses e pode nos informar sobre a sua concepção de literatura como uma ferramenta de intervenção social. Em sua coluna “A Mulher do Povo”, presente no jornal O Homem do Povo (1931), e em seu romance Parque Industrial (1933), Patrícia Galvão demonstrou sua compreensão sobre a emancipação da condição feminina através da ideia de uma nova mulher. Assim, é possível que Patrícia Galvão possa ter conhecido e se apropriado das teses de Alexandra Kollontai escritas em A Nova Mulher e a Moral Sexual. Portanto, torna-se importante analisar, a partir de suas leituras, o entendimento sobre a sua formação intelectual como escritora e como comunista, investigando também de que modo forjou sua compreensão de literatura, de revolução e de libertação das mulheres trabalhadoras.

A REPRODUÇÃO SOCIAL NOS MÚLTIPLOS FRONTS SOVIÉTICOS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

Thaiz Senna (UFF)

As soviéticas, reconhecidas na contemporaneidade como símbolos da luta contra o nazismo, com suas metralhadoras e rifles, cumpriram majoritariamente papéis mais marginalizados no Estado soviético em guerra. Mesmo no front militar, ao qual só foram aceitas após muito esforço, cumpriam em geral trabalhos de reprodução social, da lavagem de roupas de soldados à assistência afetivo-sexual de comandantes. Longe das batalhas reconhecidas como tais, as soviéticas também precisavam lutar seja resistindo ou encaixando-se no modelo do que passou a ser o ideal de mulher soviética, galgado no título “mãe-heróiña”, que chega juntamente a uma série de medidas conservadoras no fim da guerra - como complexificação do divórcio, fim das escolas mistas, prêmios para mães de muitos filhos, multa para solteiros (as) e sem filhos (as) – que promovem uma nova-antiga forma compulsória de ser mulher. Neste trabalho, pretende-se analisar o trabalho reprodutivo feminino nos múltiplos fronts da Segunda Guerra Mundial, por meio da Teoria da Reprodução Social.

PILOTANDO O FOGÃO E O TANQUE : DIVISÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO NA VANGUARDA POPULAR REVOLUCIONÁRIA (1968-1971)

Rafaela Mendes Bastos Oliveira (Unifesp)

A pesquisa se propõe através de entrevista de História Oral de Vida, compreender as dinâmicas de trabalho doméstico da organização armada Vanguarda Popular Revolucionária. Tendo em vista uma perspectiva da Teoria da Reprodução Social e dando enfoque às relações de militantes de diferentes origens sociais dentro da organização. Parte-se da noção de que a Vanguarda Popular Revolucionária tinha uma composição heterogênea, mesclando trabalhadores, militares e estudantes. Sendo assim, pretende-se apresentar quais eram as formas de organização do movimento no que se refere ao trabalho doméstico, compreendendo e comparando as diferentes perspectivas e interpretações de trabalho doméstico para diferentes militantes.

22/04 | 14h

sala 103 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**EXPLORANDO AS INTERSEÇÕES:
FEMINISMO, SEXUALIDADE E O
MOVIMENTO LGBTQIA+**

MEDIAÇÃO: MARIANA AMARAL (USP)

**“UN PELIGRO ESPANTOSO!” APONTAMENTOS SOBRE
LESBIANIDADE E REVOLUÇÃO NA AMÉRICA LATINA**

Nicolle Montalvão (UEM)

A Revolução Sandinista (1979 – 1990), foi um vitorioso processo político ocorrido na Nicarágua, liderado pela Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN) que derrotou a Guarda Nacional de Somoza através da luta armada e reconstruiu o país, visando uma nova hegemonia, e teve uma participação extraordinária de mulheres nicaraguenses. Elas eram cerca de 30% do exército sandinista, estiveram presentes nas guerrilhas e na guerra civil que derruba a ditadura somozista, inclusive no comando de exércitos. Na reconstrução revolucionária, permaneceram organizadas exigindo direitos e ocupando cargos de poder. De antemão, é importante destacar que a organização feminina era diversa: de origens, classes, ocupações, identidades e sexualidades, na qual destaca-se a presença marcante das mulheres lésbicas. A natureza paradigmática da revolução não impediu que as mulheres nicaraguenses encontrassem uma série de obstáculos, inclusive dentro da FSLN, deixando evidente a moral machista e patriarcal mesmo no contexto revolucionário, o que as recolocou em uma posição de subalternidade dentro da própria luta sandinista. Se, em geral, elas tiveram sua luta inferiorizada diante das pautas amplas da revolução, mais subalternizadas estavam as mulheres lésbicas. Elas enfrentavam desafios únicos, como a discriminação não só diante dos homens, mas também entre as próprias companheiras de luta e nos espaços pleiteados, sendo marginalizadas por serem lesbianas, consideradas “um perigoso espantoso”. Assim, a partir dos conceitos gramscianos de subalternidade e frações de grupos subalternos, propomos uma análise sobre a lesbianidade e processos políticos na América Latina, recuperando a memória e a participação de mulheres lésbicas nas lutas sociais latino-americanas.

RELACIONES DE OPRESIÓN DE GÉNERO Y MOVIMIENTOS SOCIALES: LOS COLECTIVOS LGBTI COSTARRICENSES EN EL CONTEXTO NEOLIBERAL

Keylor Robles Murillo (Universidad de Costa Rica)

En esta ponencia se profundizan las formas en cómo se reproducen las relaciones de opresión de género dentro de las dinámicas organizativas de los colectivos del movimiento LGBTI costarricense. Para este fin, se llevó una investigación de tipo cualitativo, en donde se partió del marxismo como premisa para acercarse a la realidad desde la totalidad social. Dentro de los principales resultados, en primer lugar, destaca la reconstrucción sociohistórica del movimiento LGBTI, en relación con el contexto neoliberal, lo cual permite entender el surgimiento y la consolidación del movimiento en el marco del arraigamiento del proyecto neoliberal. En segundo lugar, respecto a las maneras en cómo se ejerce la división sociosexual del trabajo a lo interno de las dinámicas organizativas, específicamente, desde la pseudo inclusión y la exclusión explícita, las tareas históricamente asignadas a las mujeres y la apropiación de los puestos jerárquicos por parte de hombres gays. En tercer lugar, concerniente a las manifestaciones de la opresión de género, se cuestiona cómo la orientación sexual se convierte en un argumento para justificar la reproducción de la violencia contra las mujeres. Asimismo, se discute la feminización del insulto y su contenido misógino, junto con la negación de las mujeres lesbianas dentro del movimiento social. Finalmente, el contexto neoliberal legitima las relaciones de opresión de género. Sumado a lo anterior, se profundiza en la fragmentación de la lucha como resultado de que los abordajes no remiten a la base explicativa de la realidad, de forma jerarquizada y unitaria; por consiguiente, esa realidad se entiende desde la noción de la partícula.

A PROSTITUIÇÃO NO PENSAMENTO MARXISTA: UMA POSIÇÃO PENDULAR

Cinthya Bastos Ferreira (Unicamp)

O presente trabalho tem como objetivo central investigar os sentidos atribuídos à prostituição no interior da tradição marxista, em particular, a partir das contribuições de Marx, Engels, Kollontai e Zetkin. Para tanto, apresenta em seu percurso, em um primeiro momento, uma contextualização da categoria trabalho e de sua peculiaridade sob a égide do capitalismo. Em sequência, discute a localização das mulheres e da construção da feminilidade nas relações capitalistas de (re)produção. Esses dois aspectos servem, pois, de prelúdio para o enfrentamento da dialética de opressão e empoderamento, de controle e resistência, que se instala com a temática do trabalho sexual no bojo dos debates marxistas, de outrora e contemporaneamente. De modo geral, aponta-se que a prostituição, enquanto fenômeno e instituição social, se apresenta como uma manifestação particular de relações de poder mais amplas que atuam nas sociabilidades pautadas pela valorização do valor, que incluem dinâmicas que perpassam e são perpassadas (simultaneamente) por marcadores de gênero, classe, raça e sexualidade. Nesse sentido, a crítica marxista não se assenta em moralismos ou em julgamentos individuais e individualizantes do que é coletivo e estrutural. Ao se distanciarem do puritanismo, os autores aqui mobilizados e supracitados, cada qual a seu modo, abarcam a prostituição como reveladora das contradições da acumulação capitalista e da (dupla) moral (sexual) burguesa, seja em um recorte analítico micro ou macrossocial, fornecendo, com isso, subsídios teóricos e políticos relevantes para o estudo das novas modalidades de transações econômico-sexuais que se costuram na atualidade, com interfaces significativas com os processos de plataformização ou digitalização do trabalho.

FEMINISMO MATERIALISTA FRANCÓFONO (FMF) E PERSPECTIVA LÉSBICA: COMPREENSÕES CONTEMPORÂNEAS

Natália Oliveira (UFRN)

O presente trabalho tem como objetivo central analisar a perspectiva lésbica do Feminismo Materialista Francófono (FMF), compreendendo-a como fundamental ferramenta de análise para os processos de dominação-exploração das mulheres lésbicas e heterossexuais no capitalismo contemporâneo. Tais processos, refletidos na manutenção do patriarcado e da heterossexualidade obrigatória, promovem uma verdadeira barbarização da vida social de mulheres no mundo inteiro ao julgá-las enquanto sujeitos naturais, submissos e à parte dos direitos à diversidade sexual e de gênero conquistados ao longo da história. É possível verificar, também, um aumento nos índices de violência contra as mulheres, feminicídios, estupros corretivos, lesbofobia e lesbocídio motivados por uma cultura heteropatriarcal cada vez mais estimulada por grupos conservadores e fundamentalistas religiosos de extrema-direita. Para tal, recorremos às análises da perspectiva lésbica do Feminismo Materialista Francófono sobre antinaturalismo, classes sexuais e regime político da heterossexualidade, através das leituras críticas de Guillaumin (2014), Wittig (2022), Falquet (2013) e Abreu (2016). Metodologicamente, partimos do método crítico-dialético da tradição marxista, sob o privilégio da totalidade e da historicidade, sob a realização de uma pesquisa qualitativa e bibliográfica das autoras mencionadas, que se encontra em andamento no Mestrado em Serviço Social da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Nesse sentido, acreditamos conseguir contribuir para a repercussão dessa perspectiva e para o enfrentamento à dominação-exploração das mulheres no capitalismo contemporâneo.

22/04 | 14h

sala 106 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE A AGRESSÃO CONTRA MULHERES

MEDIAÇÃO: CLARICE TAVARES (USP)

“A SEGURANÇA NÃO CHEGA PRA GENTE”: RESISTÊNCIA, REDES DE CUIDADO E NOTAS SOBRE AUTO ORGANIZAÇÃO FEMININA

Thamires Azeredo Chaves (UFF); Agnes Moraes Lopes Gama (UFRJ)

O presente trabalho objetiva apresentar uma análise sobre as atuações e os processos de resistência de mulheres, em sua maioria mulheres negras e periféricas, às diversas faces da violência de gênero através de uma perspectiva materialista, histórica e dialética. Diante da falência das respostas punitivistas e da incapacidade das políticas públicas de fornecerem proteção e garantir o direito à vida, as mulheres têm se mobilizado em uma complexa rede de sobrevivência e resistência. Conforme levantamento do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) entre 2011 e 2021, mais de 49 mil mulheres foram assassinadas no Brasil, com registro de aumento da violência contra as mulheres nos últimos anos, oriundo, dentre outros fatores, de uma redução significativa do orçamento público federal para as políticas de enfrentamento à violência contra as mulheres.

O cenário de sistemática violação de gênero somado à ineficácia das políticas públicas e constante descrédito da população às respostas estatais, que não garantem a segurança das mulheres ao acessar qualquer tipo de instrumento de política pública do Estado. Em decorrência dessa realidade, as mulheres precisam construir estratégias fora do marco institucional do Estado. Destarte, é imperativo compreender a violência de gênero intrinsecamente ligada às estruturas socioeconômicas e históricas, norteado pela superação da perspectiva punitivista e individualizadora. Nesta linha de entendimento, as experiências de mulheres que constroem e construíram estratégias de proteção, como a formação de redes de cuidados nos territórios de forma autônoma ao Estado e estratégias de autopreservação, se apresentam como marcos a serem analisados para pensar abordagens alternativas para o enfrentamento da violência de gênero.

A CULTURA COMO UMA DAS CAUSAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE DAS IMPRESSÕES DOS FUNCIONÁRIOS

Jorge Alexandre Bueno Aymoré (UFPR)

Este trabalho possui como foco reflexivo a violência doméstica contra mulheres, buscando pensar sobre as razões do índice no Brasil ser tão alto, mesmo diante da aprovação de leis protetivas. Este interesse surgiu do resultado da aplicação de um questionário junto aos funcionários que atendem mulheres que denunciam viver situações de violência doméstica na comarca de Cascavel-PR. No caso, tendo perguntado sobre quais eram as suas impressões quanto ao valor da cultura herdada e/ou da violência vivenciada entre familiares na incidência casos, 88,8% assinalaram que é de muita ou de extrema relevância. Inclusive, em seus comentários, afirmaram que é comum encontrar agressores que acreditam ser natural a submissão feminina ao homem e não veem como problema proferir ofensas. Diante de tais respostas, neste trabalho, busca-se refletir sobre a questão cultural, porém, não no limite do comportamento individual, mas em um sentido histórico e social. Por fim, destaca-se que a violência doméstica contra a mulher tem inúmeras causas, mas todas elas se sustentam graças a reprodução da cultura patriarcal que naturaliza a inferioridade feminina e as diferenças entre gêneros. Um dado que coloca em pauta um longo trabalho de conscientização coletiva contra toda forma de inferiorização.

INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE: A VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA COMO UMA FORMA DE VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES

Maria Beatriz Souza Da Silva Paz; Rafaela Da Silva Mendonça Rêgo; Norma Candida dos Santos Amorim (IFAL - campus Satuba)

O presente trabalho tem como objetivo central realizar uma análise que articula a problemática da violência obstétrica como violência de gênero, considerando suas raízes históricas, econômicas e políticas que estão na base das relações sociais de produção e reprodução das sociedades de classes. A violência obstétrica é um problema global e refere-se a práticas abusivas, negligentes ou desrespeitosas durante a assistência pré-natal, parto e nos casos de abortamento, que violam os direitos e a dignidade das mulheres. Portanto, compreender as dinâmicas legais e éticas que vêm sendo reportadas no meio científico sobre o tema, especialmente em relação à desigualdade de gênero, raça e classe, torna-se fundamental. Para conduzir esta reflexão, aliamos uma metodologia de pesquisa baseada na revisão bibliográfica da teoria marxista feminista a uma análise bibliométrica na base de dados multidisciplinar Scopus, a partir das expressões: "obstetric violence", "obstetric violence and court decisions", "obstetric violence and Law", "obstetric violence and jurisprudence", "obstetric violence and black woman" no período de novembro de 2023. Foram obtidos 426 artigos, os quais foram avaliados quanto à duplicidade e pertinência através da ferramenta online Rayyan. Ao final, 35 trabalhos foram selecionados. A análise destes estudos permitiu a compreensão dos direitos sexuais e reprodutivos da mulher, do panorama mundial e nacional das decisões judiciais, e do racismo obstétrico.

22/04 | 14h

sala 130 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**NANCY FRASER E A TEORIA
CRÍTICA FEMINISTA**

MEDIAÇÃO: ANGELITA MATOS (UNESP)

M³: MULHERES, MATERNAGEM E MATEMÁTICA QUESTÕES DE RECONHECIMENTO E REDISTRIBUIÇÃO

Paula Cristina Constantino Santos e Deise Aparecida Peralta (Unesp)

O texto discute a tríade mulher, maternagem e matemática nos espaços acadêmicos. A área das exatas teve sua constituição na maioria por homens, tendo as mulheres que usar pseudônimos para que pudessem estudar e publicar. Hodiernamente as mulheres tem adentrado o meio acadêmico, mas ainda em desvantagens. Quando relacionamos o ser mulher na academia com a maternidade temos uma discussão que nos chama atenção. É possível notar a necessidade de reestruturação nas organizações buscando equidade de participação, seja em editais de bolsas, publicações dentre outras atribuições acadêmicas. Essas questões relacionam a concepção bidimensional da Teoria de Justiça discutida por Nancy Fraser. Historicamente a sociedade designou as atribuições dos espaços privados como o cuidar apenas as mulheres, com a entrada no mercado de trabalho as demandas aumentaram e as mulheres adentraram os espaços públicos, sem deixar suas atribuições no privado e com isso, surgiu uma crise do cuidado. Quando falamos de mulher consideramos todas as formas de ser mulher (cis, trans...), quando pensamos na maternidade pensamos na forma biologia do gerar, ao termo maternar direcionamos a todos que realizam o cuidado. O trabalho de cuidar é essencial dentro de uma sociedade, mas é necessário que haja reconhecimento e também remuneração. Fraser discute que não há reconhecimento sem redistribuição, é necessário que se tenha as duas coisas para que haja justiça social. Assim, trazemos excertos de uma pesquisa de doutorado, onde através de uma roda de conversa dialogamos com mulheres que exercem a maternidade e são docentes em um curso de Licenciatura em Matemática. Em seus relatos notamos contrastes e demandas existentes em suas trajetórias e como a questão do reconhecimento e redistribuição estão atrelados.

RECONHECIMENTO SE, E SOMENTE SE, REDISTRIBUIÇÃO E A(S) QUESTÃO(ÕES) DA(S) SEXUALIDADE(S): UM OLHAR A PARTIR DAS COMUNIDADES BIVALENTES DE NANCY FRASER

Flavio Augusto Leite Taveira e Deise Aparecida Peralta (Unesp)

Em nossa dissertação de mestrado, analisamos documentos curriculares de Matemática, nomeadamente Projetos Pedagógicos de Curso tendo como referencial teórico-filosófico os constructos da Má Distribuição e do Falso Reconhecimento – principais injustiças de Redistribuição e Reconhecimento, respectivamente – advindos da teoria bidimensional de justiça de Nancy Fraser. Nossas análises focalizaram e discutiram a formação inicial de professoras e professores de Matemática para as diversas temáticas que perpassam as questões de Gênero e Sexualidade. Entretanto, ao realizarmos esse exercício de pesquisa e ao nos debruçarmos teóricamente sobre esse momento de desenvolvimento filosófico da Teoria de Justiça de Fraser, sentimos dificuldades em empreender como Fraser entende a(s) Sexualidade(s) como comunidade bivalente, uma vez que a filósofa somente exemplifica as injustiças redistributivas e de reconhecimento enfrentadas por pessoas que fogem ao padrão da sexualidade esperada apenas com pessoas homossexuais, tendo que existem uma diversidade de formas de manifestação da sexualidade, como a bissexualidade e a panssexualidade. Assim, neste trabalho, buscamos refletir como se poderia compreender a teoria bidimensional de Justiça de Nancy Fraser para outras formas de vida que manifestam sexualidade(s) que fogem ao padrão cisheteronormativo, além da homossexualidade, aos quais o capitalismo – neoliberalismo progressista – se apoia para mecanizar a reprodução social.

FENDAS TEÓRICAS NA TEORIA BIDIMENSIONAL DE JUSTIÇA DE NANCY FRASER: PESSOAS NÃO-BINÁRIAS COMO COMUNIDADES BIVALENTES

Larissa Gonçalves Faria Rocha e Deise Aparecida Peralta (Unesp)

O presente trabalho se origina de inquietações surgidas no decorrer da apropriação da teoria bidimensional de Justiça Social de Nancy Fraser para a elaboração de uma dissertação de mestrado que visa analisar as perspectivas das lutas da comunidade LGBTQIAPN+ no contexto da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” e sua materialização nos currículos de formação inicial de professoras(res/ies) de Física. Nesse processo, notamos limitações ao se abordar o gênero como uma coletividade bivalente, ou seja, na qual recaem injustiças de Reconhecimento e de Redistribuição, já que foi entendido que as discussões quanto a tais injustiças e seus respectivos remédios se limitam a uma ótica binária, às categorias de masculino e feminino. Dessa forma, problematizamos aqui as fendas na teoria bidimensional ao se falar de identidades que fogem do binário de gênero nessa concepção, sobretudo, no contexto da América Latina, refletindo como pessoas não-binárias têm suas identidades subalternizadas e cooptadas pelo capitalismo para engrenar a reprodução social.

22/04 | 14h

sala 132 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**FUNDAMENTOS E FRONTEIRAS: EXPLORANDO
A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO
CONTEXTO FEMINISTA**

MEDIAÇÃO: VITÓRIA CAMARGO BAGGIO (UNICAMP)

**ARTICULAÇÕES TEÓRICAS PARA PENSAR O COTIDIANO DA QUESTÃO
DE GÊNERO NA TOTALIDADE CAPITALISTA**

Ana Beatriz Medeiros Lima e Fellipe Coelho Lima (UFRN)

Em relação dialética, meio social e sujeitos históricos interagem em certo contexto político, econômico e cultural. A materialidade, construída no enlaçado de expropriação, exploração e opressão, concretiza-se no cotidiano e é transformada na organização coletiva dos indivíduos. Pensar a questão de gênero no capitalismo é reinterpretar a relação entre esferas econômica e extraeconômica, indicando como a desigualdade é reproduzida numa totalidade sistêmica, não sendo possível pensar a opressão de gênero dissociada das de raça e classe. A partir da Teoria da Reprodução Social, indica-se que as opressões são impulso para a acumulação de capital. Entender processos políticos que garantem o funcionamento econômico faz situar a materialidade da classe trabalhadora feminina numa estrutura que subordina a reprodução da vida à produção do lucro. Em diálogo, a Psicologia Histórico-Cultural entende a constituição do sujeito na apreensão e transformação do meio, sendo a formação dos processos psíquicos mediada pelas relações sociais. A vivência, tida como unidade analítica, aponta o modo pelo qual o meio é fonte, não cenário, do desenvolvimento subjetivo. Mesmo particulares, as vivências se conformam nos contraditórios papéis e situações inerentes à condição de ser social, nos eventos dramáticos integrantes do meio. O capital, visto como relação social, opera atuando na constituição das singularidades. Reconhecendo que está na desigualdade a base de seus processos elementares, faz-se uma teorização crítica sobre como o capital mina experiências, especialmente de sujeitos que têm nas particularidades de suas vivências a concretude das opressões. De base marxista, as teorias dialogam no intento de olhar lampejos de experiências cerceadas pelo capitalismo como potenciais resistências.

CAPITAL Y RELACIONES JERÁRQUICAS EN LA ESFERA FAMILIAR DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL

María Cecilia Espasandín Cárdenas (Universidad de la República - Uruguay)

El trabajo recoge estudios marxistas y feministas sobre la problemática de género en la sociedad capitalista, enfocando la atención en las relaciones de poder antagónicas en la esfera familiar de la reproducción social. El trabajo se inscribe en estudios de posdoctorado. Las fuentes primarias de la investigación son selecciones de las obras de Marx y Engels y de István Mészáros. Retomo *El Capital* de Marx (1867) y *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado* de Engels (1884), a la luz de algunas relecturas del feminismo marxista italiano y argentino. Recojo de Mészáros (1995) su obra *Más allá del capital. Hacia una teoría de la transición*, donde el filósofo húngaro aborda la cuestión de la igualdad sustantiva y la emancipación de las mujeres en la fase contemporánea del sistema del capital. El propósito es contribuir al análisis crítico del legado marxiano-engelsiano sobre el tema y a la elucidación de las determinaciones actuales de la desigualdad.

REPRODUÇÃO SOCIAL E PRODUÇÃO DE VALOR: QUESTÕES ATUAIS NO INTERIOR DE UM DEBATE CLÁSSICO

Carolina Alvim de Oliveira Freitas (USP)

Abordamos o debate histórico no interior do feminismo marxista a respeito da natureza produtiva ou improdutiva do trabalho de reprodução social, recordando, para tanto, a própria definição do que é produtivo e improdutivo segundo a teoria do valor. Recuperamos a exposição marxiana sobre como o mais-valor é criado e apropriado e apresentamos a discussão desenvolvida por Tithi Bhattacharya (2023) e Susan Ferguson (2020), oportunamente críticas tanto à tradição marxista que enquadra a opressão de gênero ou de raça na explicação da “divisão do trabalho”, como à vertente aqui denominada “autonomista” do feminismo, que defende a natureza produtiva do trabalho doméstico em razão da sua centralidade para a manutenção sistêmica do capitalismo. Argumentamos que o dualismo incutido nestas visões ofusca a dialética da valorização do valor e, mais do que isso, faz ocultar uma análise sobre processos empíricos recentes de transformação das configurações do trabalho, marcados pela valorização e capitalização das atividades de reprodução social, altamente generificadas e racializadas. Consoante os escritos de Marx, a natureza concreta do trabalho de reprodução social não determina seu caráter produtivo ou improdutivo, ainda que essas atividades sejam essenciais à manutenção da vida coletiva, como se demonstrou na pandemia da covid-19. A acumulação capitalista cindiu a produção de valor da reprodução diária e geracional da força de trabalho, mas esta última vem sendo crescentemente industrializada, empresariada por capitais intermediadores e apropriada financeiramente por investidores. Esse processo de valorização/capitalização das atividades concretas da reprodução social será abordado como questão atual pertencente a este clássico debate do feminismo marxista.

O DEBATE ACERCA DA RELAÇÃO ENTRE DESIGUALDADE DE GÊNERO E O MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Brenda Buzzo (Unicamp)

A presente comunicação tem por objeto o debate, inserido na tradição do feminismo marxista, acerca da relação entre a estrutura do modo de produção capitalista e a desigualdade de gênero. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica na qual analisar-se-á, especificamente, três diferentes abordagens tributárias desta tradição, sendo elas: a Teoria dos Sistemas Duplos, a Teoria do Capitalismo Indiferente às Identidades e a Teoria da Reprodução Social (TRS). Embora as teorias marxistas acerca da desigualdade de gênero compartilhem alguns pressupostos adotados – em especial a premissa da materialidade como fonte última de explicação da realidade concreta – suas análises e desdobramentos são heterogêneos. A partir dessas teorias, a pesquisa se propôs a levantar as posições de algumas autoras marxistas a respeito da seguinte pergunta: a desigualdade de gênero é ou não é imprescindível ao capitalismo? Dessa questão teórica decorre uma questão prática: é possível alcançar a igualdade de gênero dentro do capitalismo? Serão examinados as teses e os argumentos dos(as) diferentes autores(as), bem como as polêmicas ocorridas entre eles(as), para, assim, oferecer um panorama teórico crítico e comparativo aos estudos no campo da teoria feminista marxista.

22/04 | 14h

sala 133 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**APLICAÇÕES EMPÍRICAS DA TEORIA DA
REPRODUÇÃO SOCIAL:
ESTUDOS DE CASO E ANÁLISES**

MEDIAÇÃO: BRUNA DELLA TORRE (UNICAMP)

**A FORMAÇÃO DE BAIRROS DA BAIXADA FLUMINENSE PELA PERSPECTIVA
DAS MULHERES DO TERRITÓRIO - UM ESTUDO PELA LENTE DA TEORIA DA
REPRODUÇÃO SOCIAL**

Marta da Silva Batista e Isadora de Andrade Guerreiro (USP)

O trabalho apresenta um recorte da pesquisa de mestrado em andamento: As mulheres e o urbano na Baixada Fluminense - um estudo de caso à luz da Teoria da Reprodução Social, que realiza um estudo de caso sobre a Baixada Fluminense a partir da Teoria da Reprodução Social (TRS), analisando a formação desse espaço urbano pelo olhar das mulheres que nele habitam. Pretende-se confrontar a narrativa da história oficial da região contada pela lente masculina, deslocando o olhar para as trajetórias femininas neste território, que envolvem lutas pela reprodução da vida cotidiana que cada vez mais ganham a esfera pública e requerem políticas específicas, que enlacetam a dimensão de gênero com o território. E ainda propor diretrizes para um modelo de equipamento público voltado para mulheres. O recorte trata da formação dos bairros pela lente das mulheres. Foram entrevistadas quatro mulheres com mais de 45 anos de idade e que vivem há no mínimo 10 anos na região. Os relatos tratam de sua chegada aos bairros, os processos de ocupação e as relações de gênero envolvidas no processo. Um aspecto que se mostra é o espaço doméstico como local de segurança e insegurança. Ao mesmo tempo que é o local de abrigo é também espaço de violência doméstica. É o espaço onde é possível realizar o trabalho produtivo e reprodutivo e assim ficar mais perto da família, mas também é o local onde se sofre um assalto violento que coloca toda a família em risco ou tem o trabalho produtivo superexplorado pelo marido. A invisibilidade das violências sofridas pelas mulheres é perceptível no estudo sobre os processos históricos da Baixada Fluminense. A partir da Teoria da Reprodução Social serão explorados os aspectos conceituais que envolvem a violência contra as mulheres.

TEORÍA DA REPRODUCAO SOCIAL E EXPANSAO DO CAPITAL TRANSNACIONAL

Marcela Orozco (Unicamp)

Queremos integrar um método de análise feminista baseado na Teoria da Reprodução Social (Voguel, 2022) e o feminismo dos 99% (2019) no estudo dos processos de expansão do capital transnacional. No Grupo de Trabalho Fronteiras Regionalização e Globalização do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (GT FRG CLACSO) exploramos a conformação de Espaços Globais para a Expansão do Capital Transnacional (EGECT), Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIAs) e Zonas Específicas de Intensa Conflitividade Social (ZEICS). Cada uma de estas noções estão sendo elaboradas a partir do Esquema do Método de Análise do Projeto Coletivo “Espaços globais para a expansão do capital transnacional no continente americano” do GT FRG CLACSO, no qual participamos ativamente desde 2016. A referência sociológica principal na construção do objeto de estudo nesse esquema é Karl Marx e o materialismo que ele propõe. Usamos também a proposta teórica de William I. Robinson do capitalismo global. Um dos nossos principais objetivos, dado que nos focamos anteriormente nos conflitos socioambientais, é destacar a análise de classe e integrar os processos de trabalho.

A INTERSECCIONALIDADE NAS EXPERIÊNCIAS DE INJUSTIÇA DE TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E A CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Bruna Nicodemos (USP)

Este trabalho objetiva discutir, de uma perspectiva teórico crítica, como a dimensão interseccional que atravessa as condições de precariedade do emprego doméstico se relaciona com a crise de reprodução social contemporânea enquanto crise do capitalismo. A partir da análise dos dados relativos ao emprego doméstico evidenciados pelas PNADs e PNADs Contínuas, sobretudo após a regulamentação da “PEC das Domésticas” em 2013, e pela literatura sobre emprego doméstico no Brasil, discute-se como as teorias do feminismo negro sobre interseccionalidade podem ser articuladas com a abordagem proposta por Nancy Fraser sobre a crise de reprodução social como base da crise da democracia no capitalismo atual. Argumenta-se que essa articulação situa o emprego doméstico como objeto privilegiado de análise para compreender a crise de reprodução social e, nesse sentido, é essencial o enfoque sobre a experiência subjetiva das empregadas domésticas e os potenciais efeitos sociais que engendram. Assim, propõe-se o conceito de experiência de injustiça, tal como formulado por Emmanuel Renault a partir da teoria do reconhecimento de Axel Honneth, como ponto central que permite compreender como a interseccionalidade no âmbito do emprego doméstico se articula com a crise de reprodução social. Isso porque a partir do sofrimento social gerado por tais experiências surgem processos ambíguos no sentido de estimular ações e estratégias de resistência, ou de obstruir a capacidade de agência das trabalhadoras. Destaca-se ainda que os efeitos dessas experiências de injustiça estão relacionados ao modo como as dinâmicas econômicas e políticas têm impactado o trabalho doméstico no Brasil, sobretudo após o agravamento da crise política e da pandemia de Covid-19.

22/04 | 14h

sala 134 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**DESCOLONIZANDO O FEMINISMO:
PERSPECTIVAS E PRÁTICAS DECOLONIAIS**

MEDIAÇÃO: BEATRIZ DE TULLIO PESSOA RAMOS (UNICAMP)

**DECOLONIALIDADE FEMINISTA-MARXISTA: INTERLOCUÇÃO ENTRE A
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E OS ESTUDOS DECOLONIAIS**

Rayane Noronha Oliveira (UFPB)

O presente trabalho almeja esboçar algumas interlocuções preliminares entre os estudos decoloniais e o feminismo-marxista da Teoria da Reprodução Social (TRS). Para tanto, assume-se a importância da perspectiva decolonial ao tensionar o modelo eurocêntrico de produção de conhecimento instaurada hegemonicamente a partir da modernidade capitalista, questionando, inclusive, as perspectivas marxistas em suas defesas de uma sequência história unilinear e unidirecional de sociedades de classe. Ao mesmo tempo, é salutar afirmar que a crítica decolonial precisa, necessariamente, ser constituída pela crítica anti-imperialista, incompreendida sem o arcabouço teórico-metodológico marxista. A TRS, situada teórica e metodologicamente no campo do feminismo-marxista reconhece as ausências teóricas sobre a reprodução social, biológica e geracional da força de trabalho na teoria valor-trabalho de Marx – trabalho realizado de forma predominante por mulheres –, mas não deixa de materializar uma união promissora entre o feminismo e o marxismo, sem prescindir da sua crítica. Buscar-se-á, neste ensaio, o desenvolvimento de um diálogo que poderá evidenciar uma união ainda mais promissora ao considerar as contribuições dos estudos decoloniais à TRS e vice-versa. Para tanto, será realizado um estudo bibliográfico com alguns/mas dos/as principais referenciais da perspectiva decolonial, como Aníbal Quijano, María Lugones, Ramón Grosfoguel e Lélia Gonzalez, em diálogo com autoras da TRS, como Lise Vogel, Cinzia Arruzza, Thiti Bhattacharya, Susan Ferguson, dentre outras, no intuito de desenvolver algumas possíveis conexões teórico-conceituais entre marxismo, decolonialidade e o feminismo-marxista da teoria da reprodução social.

¿QUÉ PATRIARCADO? UN DEBATE ENTRE LOS FEMINISMOS DECOLONIALES Y MARXISTAS

Julia Exposito (CONICET - Argentina)

El presente trabajo se centra en la problemática del patriarcado que se abre en el cruce entre feminismos decoloniales y marxistas materialistas. Es desde esta categoría desde donde es posible poner a dialogar de modo crítico a estos feminismos. Para ello abordaremos la problemática de reproducción social de los feminismos marxistas materialistas, eje central para comprender las determinaciones patriarcales del capitalismo y viceversa; para luego cruzarla con cuestión de la colonialidad del género que traen los feminismos decoloniales. Para llevar esto a cabo se realizan dos movimientos analíticos: relevar la crítica feminista al marxismo a partir de la categoría de reproducción social, y luego explorar la crítica del feminismo decolonial a la categoría de patriarcado del feminismo marxista materialista, que presupondría una determinada configuración del sexo como base material del género

JOSINA MACHEL: EMANCIPAÇÃO FEMININA E LIBERTAÇÃO NACIONAL EM MOÇAMBIQUE

Aniele Fernandes de Sousa Leão (UFMG)

Este artigo propõe uma análise detalhada da obra "O papel da mulher na revolução", de Josina Machel, uma figura emblemática na luta pela independência de Moçambique contra o colonialismo português. Machel, reconhecida por seu papel como guerrilheira e defensora fervorosa dos direitos das mulheres, argumenta convincentemente que a libertação de Moçambique e a emancipação das mulheres são processos interdependentes que devem evoluir simultaneamente. A autora articula a necessidade de uma participação ativa das mulheres em todas as esferas da luta revolucionária, tanto no âmbito militar quanto político, para assegurar não apenas a libertação nacional, mas também para reestruturar a sociedade moçambicana sob novos paradigmas de igualdade de gênero. Machel defende uma organização sistemática da atuação feminina nas frentes de batalha e na política, visando ocupar e transformar os espaços tradicionalmente dominados pelos homens. Este posicionamento reflete uma clara influência das concepções socialistas do materialismo histórico de Karl Marx e Friedrich Engels, adaptando-as ao contexto da luta anticolonial em Moçambique. Através de uma análise crítica da narrativa de Machel, este trabalho busca destacar a contribuição singular da autora para o discurso sobre a libertação nacional e a emancipação das mulheres. Argumenta-se que a visão de Machel sobre o papel das mulheres na revolução não apenas desafiou as normas de gênero existentes, mas também forneceu um modelo para a integração da luta feminina nas amplas estratégias de libertação nacional. Assim, a obra de Josina Machel emerge como um texto fundamental para entender as dinâmicas de gênero na revolução moçambicana e seu legado para as discussões contemporâneas sobre gênero, política e sociedade.

TRABALHO REPRODUTIVO NOS PAÍSES PERIFÉRICOS: UMA ATIVIDADE PRÉ-CAPITALISTA?

Mirian Monteiro Kussumi (UFRJ)

Dentro da teoria marxista, a reprodução social enquanto trabalho doméstico (de cuidado e manutenção da casa) foi tradicionalmente considerada como improdutiva e extraeconômica – sobretudo por não estar inserida no circuito produtivo de mercadorias, não produzir valor de troca, não ser necessariamente remunerada etc. Entretanto, novas abordagens, que começam a despontar sobretudo a partir da década de 90, apontam para um questionamento dessa categorização. Através da investigação do sistema capitalista em escala global, partindo de tendências teóricas tanto da teoria do sistemas-mundo (com autores como Wallerstein e Arrighi) quanto da teoria da Dependência (elaborada por Samir Amin e Gunder Frank), algumas autoras feministas buscaram pensar o trabalho de reprodução social a partir do eixo centro-periferia. Evidenciando as distorções e diferenciações do trabalho feminino entre países de centro e países periféricos, Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen, Claudia von Werlhof, entre outras, buscaram demonstrar como as atividades reprodutivas se integram ao sistema capitalista muitas das vezes sob a forma de trabalhos informais e de subsistência. Essa abordagem não apenas contemplaria uma investigação do trabalho feminino periférico (o que podemos entender como Sul global), mas ainda sugere a própria reformulação do status teórico da reprodução social – que, longe de ser considerada como uma categoria pré-capitalista, na verdade, estaria integrada ao capitalismo enquanto sistema que se auto-expandiu mundialmente. Nossa apresentação busca, portanto, considerar a natureza do trabalho reprodutivo feminino nas áreas periféricas do capitalismo, acentuando a modificação de seu enquadramento teórico nas vertentes marxistas apontadas acima.

22/04 | 14h

sala 231 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**EDUCAÇÃO FEMINISTA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES NA FORMAÇÃO CRÍTICA**

MEDIAÇÃO: DANIELA MUSSI (UNICAMP)

**A CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL EM CONTEXTO NEOLIBERAL – O
ACESSO A EDUCAÇÃO INFANTIL EM BLUMENAU**

**Georgia Paula Martins Faust (UFSC); Natalia Palhoza (FURB)
e Samara Madureira Moraes**

A crise da reprodução social, decorrente do capitalismo financeirizado, impacta de maneira desigual as mulheres, atribuindo-lhes uma carga desproporcional de responsabilidades. A privatização da esfera de reprodução intensifica a pressão sobre as famílias, tornando desafiador conceber a socialização de atividades cruciais para a reprodução física, emocional e mental da força de trabalho. Este estudo tem como objetivo analisar a escassez de apoio estatal em uma necessidade considerada fundamental para as mães: o acesso à Educação Infantil. Em termos metodológicos, desenvolveu-se pesquisa documental, tendo como fonte principal o Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Brasil, 2014), bem como relatórios decorrentes. Serão considerados também dados estatístico-educacionais do Censo Escolar do Município de Blumenau, Santa Catarina, Brasil. Esta pesquisa tem como pressuposto as contradições entre reprodução social e capital em um contexto neoliberal, pautando-se em autores como Karl Marx, Nancy Fraser, Susan Ferguson e Tithi Bhattacharya. O PNE 2014-2024 tinha como primeira meta a universalização do atendimento na educação infantil para crianças de quatro a cinco anos até 2016 e, até o final do período, a cobertura de cinquenta por cento para crianças de zero a três anos. Embora o Mapa de Monitoramento do PNE indique que o estado de Santa Catarina esteja próximo de atingir a segunda parte da meta, com 44% das crianças de zero a três anos atendidas em 2016, o município de Blumenau não possui dados registrados sobre essa porcentagem. Este estudo busca examinar como a ausência de políticas eficazes afeta a acessibilidade à Educação Infantil, especialmente em Blumenau, destacando as implicações dessa lacuna na reprodução social em um contexto neoliberal.

DE VOLTA AO LAR: REPRODUÇÃO SOCIAL E O ESVAZIAMENTO DO AMBIENTE ESCOLAR NO BRASIL DE BOLSONARO

Isadora Szklo

O presente estudo busca relacionar a presença de uma agenda moral em políticas públicas para a área de educação discutidas e aprovadas pelo Governo Bolsonaro e a culminância no PL que busca regulamentar a “educação domiciliar” no Ensino Básico. Assim, o artigo defende que, através de um discurso de retomada de ideais da família, o estado neoliberal estaria planejando diminuir seus gastos às custas da intensificação da exploração do trabalho não assalariado da mulher. O artigo desenvolve-se sob a pesquisa de teóricas como Lise Vogel e Tithi Bhattacharya de que a força de trabalho na sociedade capitalista, antes de produzir valor, é ela mesma produzida em espaços de saúde, ambientes de escolarização e lares, sendo as duas últimas o foco da análise. Objetiva compreender e evidenciar como o PL 2401/2019 não é apenas uma medida que afeta de modo generalizado a educação brasileira com vistas a um projeto público, gratuito, crítico e de qualidade. Tal medida alteraria a esfera da reprodução social no contexto do neoliberalismo brasileiro, ao transformar a tarefa de educar em uma tarefa não remunerada. Considerando que a participação de mulheres em atividades de reprodução social é abundantemente maior do que a de homens, as maiores afetadas seriam as mulheres. O método utilizado foi o cruzamento entre referências teóricas críticas à “educação domiciliar” e teóricas da Reprodução Social. Visto que uma possível transformação do lar em ambiente escolar seria de grande impacto na vida de mulheres da classe trabalhadora, trazendo consequências para o trabalho da reprodução social e contribuindo para o agravamento das consequências do neoliberalismo em solo brasileiro, o estudo conclui que a defesa do espaço escolar público e gratuito deve ser uma pauta urgente na luta feminista.

CRIANÇA, INFÂNCIA, BRINCAR E O CAPITALISMO: REFLEXÕES SOBRE O “SER CRIANÇA” SOBRE A PERSPECTIVA DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Carla Castro (UFPA)

O presente artigo discorre acerca da infância, brincar e o capitalismo fazendo algumas reflexões segundo a Teoria da Reprodução Social, a qual se fundamenta na teoria social marxista e de seu método materialista histórico e dialético. Tendo como objetivo refletir sobre como a infância e o brincar estão interligados ao capitalismo e consequentemente estão inseridas na reprodução social. Bhattacharya (2023) afirma que o capitalismo cria necessidades na classe trabalhadora, como consumidora e consequentemente a satisfaz com novas mercadorias. O que para os teóricos, o brincar seja considerado fonte inspiradora para o desenvolvimento e aprendizado humano, resultando em características fundamentais, como: criatividade, espontaneidade, criticidade, autonomia, busca

do conhecimento para o capitalismo, as crianças além de entrarem para o mercado e participam dos processos e instituições da reprodução social Bhattacharya,(2023).É interessante pensar ainda que, diante da própria concepção de infância e cultura presente na sociedade contemporânea, que é da precocidade e adultização infantil, verifica-se que os instrumentos e objetos para essa realidade têm uma visão marcada pelo mundo adulto, que expressa seu olhar e sentimento sobre esse “ser criança”, no que se refere aos tipos de brinquedos, modo de se vestir e de usuários de redes sociais. Assim, foi realizado um breve estudo bibliográfico com abordando algumas reflexões, que se apresenta em três tópicos: O primeiro apresenta as transformações na concepção de infância ao longo do tempo, o segundo abordada o papel do brincar na formação da identidade infantil e o terceiro as intercessões entre a Teoria da Reprodução social e o capitalismo na infância.

22/04 | 14h

sala 206 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

FEMINISMO NO BRASIL: DEBATES E CONTROVÉRSIAS

MEDIAÇÃO: JÉSSICA RIVETTI (USP)

**O APAGAMENTO DO FEMINISMO MARXISTA NA HISTORIOGRAFIA DOS
FEMINISMOS NO BRASIL: ANÁLISE DA ORIGEM E CRÍTICA AO PÓS-MODERNISMO**

Natalia Galvao (UFABC)

Os estudos de gênero pelo viés marxista têm suas origens brasileiras associadas às intelectuais acadêmicas que, entre 1960 e 1980, colocaram o Brasil entre países pioneiros no debate feminista-socialista (SAFFIOTI, 1987). Com a queda da União Soviética (URSS), em 1991, o endosso à defesa do fim das metanarrativas, da verdade cognoscível e do marxismo em si, torna escassa a análise que coloca no centro das relações sociais e econômicas, a luta de classes, incluindo as teorias feministas marxistas. Este trabalho objetiva investigar menções aos feminismos de bases marxistas e do movimento de mulheres trabalhadoras, pelas narrativas das historiografias dos feminismos no Brasil. Para tal, foi feita uma busca no google acadêmico através da sentença “história dos feminismos no Brasil”, por meio da qual foram obtidos, aproximadamente, 16.000 resultados. A análise dos primeiros 50 trabalhos se deu por meio da ferramenta IRAMUTEQ, através da qual se buscou as expressões: marxismo; marxista; classista; luta de classes; classe trabalhadora; trabalhadora; trabalho familiar; divisão sexual do trabalho; produção social e reprodução social, categorias caras ao feminismo marxista. Como resultado, pode-se constatar que, mesmo os resgates históricos que percorrem tempos áureos de produções intelectuais marxistas ou perpassam o contexto histórico do processo de industrialização do Brasil, a mobilização das mulheres trabalhadoras na luta sindical e os trabalhos das acadêmicas feministas-marxistas são invisibilizados em muitas historiografias. Por fim, apresenta-se breve análise histórica das causas, bem como sua possível relação com a agenda pós-moderna, instaurada desde as últimas décadas do século XX.

AS IMBRICAÇÕES DA CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES DE SEXO, RAÇA E CLASSE E A “QUESTÃO CULTURAL” NO BRASIL: UMA ANÁLISE NA VIDA E OBRA DE DONA IVONE LARA

Thallyta Beatriz Bezerra dos Santos Nagel (UFRN)

No contexto da “questão social” brasileira, buscamos identificar e compreender as expressões de “práxis cultural” exercidas no trabalho artístico-cultural da cantora e compositora Dona Ivone Lara, mediante a questão cultural desenvolvida historicamente no país. Entendendo o trabalho como categoria fundante do ser humano genérico, compreendemos a sua centralidade na vida social, que na sociabilidade heteropatriarcal-racista-capitalista possui uma determinada funcionalidade à produção e reprodução do capital. Neste sentido a “práxis-cultural” em seu potencial anti-hegemônico se apresenta enquanto ferramenta de conscientização social acerca das desigualdades estabelecidas pelo capital e enquanto ferramenta de disputa em um contexto de luta de classes. A cantora e compositora Dona Ivone Lara possui em sua trajetória de vida e na construção de sua obra expressões de resistência contra as relações de exploração da classe trabalhadora, as relações patriarcais de sexo e o racismo no Brasil; uma vez que contrariou as estatísticas históricas de sua época reservadas às mulheres negras no âmbito do samba e contribuiu para a ampliação da consciência de classe e raça da classe trabalhadora. A pesquisa bibliográfica exploratória de cunho qualitativo se fundamenta na perspectiva materialista de totalidade da vida social através de subsídios de obras sobre práxis e cultura, e, na análise musical de algumas das composições, bem como da práxis artístico cultural da referida artista. Concluindo-se que a trajetória e o trabalho de Ivone Lara expressa a consubstancialidade das expressões da “questão social”, da “questão cultural”, assim como da “questão racial” e de gênero no Brasil.

22/04 | 14h

sala 169 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**MARX E O FEMINISMO:
DIÁLOGOS E TENSÕES**

MEDIAÇÃO: NIEGE PAVANI (UNICAMP)

NOVOS MATERIALISMOS COMO NOVA (RE)GE(NE)RAÇÃO DOS FEMINISMOS MARXISTAS?

Matheus Henrique da Mota Ferreira (UFRJ)

Uma das primeiras aparições do nome ‘novo materialismo’ conforme usado hoje se dá no trabalho de Braidotti na década de 90, mas talvez hoje os nomes mais importantes associados a esse movimento sejam os de Haraway e Barad. Obras associadas à virada materialista na teoria crítica contemporânea dificilmente desenvolvem seu vínculo histórico com o feminismo marxista, em particular com aquele da standpoint theory feminista – ela mesma já sendo uma reelaboração da noção lukacsiana de ponto de vista/standpoint do proletariado. Traçamos essa conexão, mostrando que o projeto neo-materialista de ‘retorno’ à matéria – a qual teria sido esquecida após a virada linguística e ‘seus excessos’ – é devedor do movimento dos feminismos materialistas/marxistas de ampliação da noção de materialidade a partir da discussão sobre sexo/gênero, corporalidade e trabalho reprodutivo. Defendemos aqui uma ontologia da matéria enquanto histórica, se atualizando segundo novas questões de seu tempo e problemáticas a serem tratadas. Os novos materialismos são uma tentativa de manter o potencial proliferante dos feminismos que o antecederam, agora pautados por temas que gravitam em torno da crise ambiental, da agência de processos naturais e organismos não-humanos, da ‘natureza biopsicossocial’ dos corpos e das relações dinâmicas entre ciências naturais e estudos culturais. A matéria adquire novos capítulos na história de sua constituição, esses novamente escritos por autoras mulheres que questionam o próprio modo como teorias materiais anteriores já se encontravam imbricadas com pressupostos epistemológicos de uma ciência feita por e para homens. Propomos aqui reler os novos materialismos como uma nova (re)ge(ne)ração dos feminismos materialistas/marxistas sem os quais eles não poderiam ter surgido.

A PRESENÇA DO MATERIALISMO HISTÓRICO E DIALÉTICO EM O SEGUNDO SEXO (1949)

Bruna Mello Gomes Bernardes (Unicamp)

Nesta comunicação, apresentarei os resultados de minha pesquisa de mestrado realizada entre 2021 e 2023. Na minha dissertação, proponho investigar a presença do materialismo histórico e dialético na obra *O Segundo Sexo* (1949), de Simone de Beauvoir. Desse modo, inicialmente, apresentarei os apontamentos da filósofa acerca da biologia, da psicanálise e do materialismo histórico de modo a evidenciar, de um lado, a insuficiência teórica dos métodos a-históricos tomados individualmente e, de outro, o teor materialista de sua postura frente ao uso dos três métodos como suporte teórico para compreender a alteridade das mulheres. Em seguida, atendo-me à tensão entre a postura ora idealista ora materialista de Beauvoir em *O Segundo Sexo*, argumentarei que o aspecto materialista do conceito de situação é um indício sólido de que a abordagem da filósofa é mais marxista do que hegeliana. A partir disso, buscarei mostrar que o uso que a filósofa faz da dialética hegeliana para compreender a relação entre as mulheres e os homens ultrapassa os limites do idealismo hegeliano e aproxima-se da virada materialista que Marx realiza ao superar a dialética do espírito. Por fim, apresentarei a análise que a filósofa faz da situação concreta das mulheres francesas na sociedade capitalista do século XX, apontando para a dimensão que a posição materialista da filósofa ocupa, a partir dos seguintes pares antagônicos: capitalismo e socialismo, casamento e trabalho, e alienação e liberdade.

MARX E ENGELS DIANTE DAS DEUSAS: A REPRESENTAÇÃO FEMININA NA LITERATURA GREGA

Ana Carolina Marra de Andrade (UFMG)

No presente artigo iremos analisar tanto a obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Friedrich Engels, quanto os Cadernos Etnológicos de Karl Marx, mais especificamente em seus extratos retirados de Morgan. Há dois trechos específicos destas obras em que tanto Marx quanto Engels apresentam uma disparidade na representação feminina na literatura grega entre a figura da deusa e a da mulher. Entendemos que, para os autores, as deusas (femininas) estariam em uma posição mais próxima dos deuses (masculinos) que as mulheres dos homens no âmbito terreno, e essa discrepância poderia ser compreendida como uma herança, que se manteve na expressão religiosa, de um momento histórico pretérito em que as mulheres detinham uma posição mais igualitária, livre e influente em relação aos homens. Portanto, iremos comparar os dois trechos em que Marx e Engels, separadamente, mencionam essa percepção, e desenvolver o contexto em que se apresentam, levando em consideração os períodos históricos, os textos literários e as personagens aos quais os autores se referem. Nem Marx nem Engels se estenderam muito sobre a temática, mas ainda assim acreditamos que podem ser retiradas contribuições valiosas com a análise dos pequenos trechos em que suas concepções são expostas. Desse modo, tentaremos demonstrar o que cada autor expôs sobre a posição das deusas e das mulheres gregas, também comparando o pensamento de cada um para definir se há ou não uma concordância entre ambos nesse sentido.

O FIM DA FAMÍLIA N'A IDEOLOGIA ALEMÃ E A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Deise Luiza da Silva Ferraz (UFMG)

O pensamento no campo do marxismo do século XX é controverso. Se por um lado há pensadores e pensadoras que contribuíram para um retorno a Marx pelo próprio Marx e por apreender as relações sociais capitalistas desde a raiz tendo como mediação o conhecimento já produzido pelo alemão, tensionando e qualificando as discussões no seio das lutas políticas da classe trabalhadora organizada; por outro, há inúmeras leituras superficiais da obra marxiana que são base para colocar o mouro no debate mas em defesa de sua supressão. Defender a tese de que o pensamento de Marx não nos é uma mediação para a apreensão das relações reais do século XXI não seria um problema se a própria realidade tivesse tornado a produção do autor supérflua, afinal toda a luta da classe trabalhadora, em suas diferentes expressões particulares, pela emancipação tem como desdobramento tornar supérflua a apreensão marxiana para o desvelar de uma sociedade emancipada. Porém, infelizmente, não é o que se presencia. Eis porque, o estudo das obras de Marx não é uma necessidade colocada pela subjetividade de quem estuda as relações sociais hodierna, mas uma necessidade que emana do próprio processo de produção de conhecimento científico não resignado às descrições parcializadas das contradições sociais. Neste sentido, visando colaborar com as discussões presentes na Teoria da Reprodução Social, este texto objetiva uma análise imanente da crítica realizada por Marx e Engels à Stirner presente n'A Ideologia Alemã, buscando expor como os autores apreendem o movimento histórico de abolição da família e seu desdobramento para a unidade familiar da classe trabalhadora.

22/04 | 14h

sala 209 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**FEMINISMO E A REALIDADE DO TRABALHO
PRECÁRIO: REFLEXÕES E IMPLICAÇÕES**

MEDIAÇÃO: MONISE PICANÇO (USP)

PATRIARCADO, REPRODUÇÃO SOCIAL E A MATERNIDADE OBRIGATÓRIA PARA O CAPITAL: A INEFICÁCIA DAS LEIS PARA A DIMINUIÇÃO DA VULNERABILIDADE FEMININA NO MERCADO DE TRABALHO

Tuany Baron (UniCuritiba)

Tomando-se como exemplo a ineficiente lei que estabeleceu o Programa Emprega + Mulheres, com a promessa de promoção de uma parentalidade segura no mercado de trabalho, recorre-se, especialmente, ao marxismo feminista para analisar os motivos pelos quais a mulheres, após a maternidade, são empurradas para fora dos postos de trabalho formais e são mantidas às franjas do sistema capitalista. Partindo do resgate histórico da condição da mulher como sujeito social no desenvolvimento do capitalismo, a partir de Silvia Federici, localiza-se o posicionamento da maternidade (do trabalho reprodutivo), a partir do advento do mercantilismo burguês, como determinante social para tornar os corpos femininos bem comum da sociedade, e seus úteros convertidos em máquina de produzir trabalho vivo. Para além disso, num segundo momento, apresenta-se leitura ainda mais radical, a partir da clivagem de valor de Roswitha Scholz, que demonstra que o papel social da mulher se dá também a partir de uma dissociação específica de gênero mediada pelo valor, chegando-se a uma dupla socialização feminina (maternidade obrigatória e inserção no mercado de trabalho), que, no contexto de crise capitalista, coloca as mulheres em situação de “vida de crise”, incontornável senão pela própria extinção do sistema capitalista. Assim, uma perspectiva feminista marxista dá conta de descortinar o fato de que, obviamente, o patriarcado não é uma invenção capitalista, mas no capitalismo, com sua associação a esse iluminismo dotado de uma pseudoneutralidade (mas androcêntrico), o patriarcado torna-se produtor de mercadorias e gerador de valor de forma muito específica, onde a manutenção da significação social da maternidade garante, inclusive, uma fachada de normalidade social burguesa.

QUAL O LUGAR DAS MULHERES NO APROFUNDAMENTO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO MARCO DA REFORMA TRABALHISTA E DA TERCEIRIZAÇÃO IRRESTRITA

Ana Clara Vaz Martins e Juliana Andrade Begiato (Unicamp)

Este artigo tem como objetivo analisar o lugar das mulheres no marco da reestruturação capitalista, se apropriando da teoria feminista marxista. Partiremos da noção de que o capital em crise, desde 2008, se reinventou para aumentar a extração de mais-valia da classe trabalhadora, através de novas relações de trabalho, como a uberização e intensificando a terceirização. No Brasil, a terceirização se alastrou intensificadamente durante os governos do PT, triplicando o número de postos de trabalho terceirizado, e foi, ainda, mais precarizada com a Lei da Terceirização Irrestrita e a Reforma Trabalhista, pós golpe institucional. Essas políticas provocaram mudanças na dinâmica de vida de uma maioria de mulheres, sobretudo mulheres negras, que têm suas jornadas de trabalho estendidas e sua exploração intensificada. Neste sentido, pretendemos, com este artigo, compreender como essas transformações nas relações laborais impactaram especialmente as mulheres, que cumprem dupla e até tripla jornadas de trabalho. Por fim, queremos apresentar uma reflexão sobre quais os desafios que a reestruturação capitalista, com uma gama de reformas que intensificam a exploração da classe trabalhadora de conjunto, e em especial das trabalhadoras, impõe para as marxistas no século XXI, e como se apropriar da teoria e da prática marxista pode nos ajudar a superar estes desafios.

AS RELAÇÕES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE E SUA RELAÇÃO COM A APOSENTADORIA DE SERVIDORAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO DE BELÉM-PARÁ

Gisele Ferreira Batalha e Adriana Azevedo Mathis (UFPA)

Este pesquisa tem como objeto de estudo as relações de gênero, raça e classe e sua relação com as implicações da aposentadoria de servidoras públicas do município de Belém-Pará. Dessa forma, o objetivo do estudo busca analisar como as relações de gênero, raça e classe se apresentam na vida de servidoras públicas municipais aposentadas do município de Belém-Pará, levando em consideração o envelhecimento e a reprodução social. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, tem como método de análise a teoria social crítica de Marx. Utilizou-se os seguintes instrumentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, estudo de campo, entrevista e diário de campo. No estudo de campo foi realizada a técnica de entrevista semiestruturada, com 20 servidoras públicas municipais aposentadas, com idade igual ou superior de 60 anos. Os principais resultados apontaram que as contradições do período da aposentadoria permeiam as questões de gênero, classe e raça, além de estarem relacionadas aos aspectos do envelhecimento e reprodução social. Embora a entrada da mulher no mercado de trabalho tenha trazido a elas o sentimento de autonomia e independência, mesmo já sendo aposentadas, mascara outra realidade que é o trabalho de reprodução social geracional, pois a mulher é explorada dentro e fora do ambiente doméstico. Após a aposentadoria, ela continua seu trabalho, invisibilizado, com a saúde fragilizada, vivencia seu direito de forma precária e explorada. Concluiu-se que as relações de gênero, classe e raça não podem ser analisadas isoladamente, faz-se necessário considerar o contexto histórico, o desmanche dos direitos sociais e as relações de trabalho no sistema capitalista.

23 de abril

23/04 | 10h

sala 118 (prédio do meio)

mesa

**“HÁ TODO UM UNIVERSO PARA CONSTRUIR”:
A CRÍTICA DA FORMA JURÍDICA SOB
PERSPECTIVA FEMINISTA**

MEDIAÇÃO: MARIANA LINS (USP)

“As mercadorias não podem ir por si mesmas ao mercado e trocar-se umas pelas outras” (Marx, 2013, p. 159), é necessário que as pessoas sejam interpeladas como sujeitos de direito, isto é, sujeitadas juridicamente ao capital, como livres, iguais e proprietárias para que possam realizar as trocas que constituem a esfera da circulação capitalista. A partir de Marx, Pachukanis (2017) debruçou-se sobre o direito, submetendo-o à aplicação do método materialista histórico-dialético. Como resultado desse esforço teórico, a ordem jurídica é apresentada, pela primeira vez no campo marxista, como forma social específica do capitalismo, demonstrando-se que as categorias da circulação, em especial, o contrato, organizam e sustentam a produção, assegurando que a exploração de classe (essência) seja representada na forma de acordo de vontades (aparência), que constitui um “verdadeiro éden dos direitos naturais do homem”.

No ano em que se comemora 100 anos da publicação de Teoria Geral do Direito e Marxismo, entendemos ser urgente o incremento da produção da crítica marxista feminista da forma jurídica, em especial, a partir de realidades periféricas como a brasileira. No estágio da subsunção hiper-real do trabalho ao capital (Orione, 2021) e do mercado flexível de compra e venda da força de trabalho (Orione, 2022), as opressões de gênero, raça, dentre outras, continuam a ser mobilizadas pelo capital para rebaixar do valor da força de trabalho, mas a partir de novas determinações históricas.

Compreender as nuances dessas novas determinações tem sido objetivo dos estudos do grupo de pesquisa Direitos Humanos, Centralidade do Trabalho e Marxismo (DHCTEM-FDUSP). A proposta, portanto, visa apresentar resultados de alguns desses trabalhos, reafirmando a concepção da prática teórica como luta de classes na teoria (Edelman, 2016).

APRESENTAÇÃO 1

Júlia Lenzi Silva (USP)

A constituição, afirmação e sofisticação da forma jurídica previdenciária, a relação entre seu conteúdo e o valor da força de trabalho e a importância de seu estudo para o mapeamento de tendências no desenvolvimento do modo de produção capitalista têm sido objeto de investigação no campo pachukaniano (Batista, 2013; Silva, 2021; Almeida, 2022). Por sua vez, o tardio reconhecimento das mulheres como sujeitos de direito e a dinâmica em que opera a equivalência previdenciária no tocante a elas são construtos teóricos desenvolvidos por Molitor (2021) e Martins (2023). Tais contribuições sustentam a hipótese de que os constantes movimentos de supressão de conteúdos protetivos previdenciários – materializados nas reformas da previdência – reforçam a tendência de aumento da exploração da força de trabalho das mulheres e a consequente diminuição de seu valor, materializando o presente como o tempo da máxima acumulação de trabalho produtivo direto e reproduutivo, na nomenclatura proposta por Martins. Sustento que, na era da subsunção hiper-real do trabalho ao capital (Orione, 2021), não apenas há o espraiamento de características que historicamente delimitaram a precariedade no mercado de compra e venda de força de trabalho feminina para toda a classe trabalhadora (Abílio, 2020), como elevam-se as dificuldades do capital na elaboração de uma resposta ideologicamente orientada para a crise da reprodução social. A violência deste contexto tem sido mediada por “armadilhas jurídicas” cada vez mais sofisticadas, as quais – ainda que na dimensão teórica – têm logrado capturar e neutralizar as lutas das mulheres trabalhadoras. Exemplo disto é o debate acerca da licença parental, a partir das contribuições marxistas-feministas de Cury (2023).

APRESENTAÇÃO 2

Thamíris Evaristo Molitor (UFMG)

Com a reestruturação produtiva operada a partir de 1970 – que inaugura o mercado flexível de compra e venda da força de trabalho (Orione, 2022) – o direito do trabalho também foi paulatinamente sendo alterado para acomodar as novas necessidades de acumulação acelerada do capital. Foram feitas reformas trabalhistas nos países centrais do capitalismo, mas, é nos países periféricos que os efeitos da “flexibilização” do trabalho foram mais sentidos. Mesmo com a transnacionalização do capital (Robinson, 2014), que precarizou também a vida da população de países “ricos”, pode-se apontar que, historicamente, países como Brasil se especializaram em vender força de trabalho barata e flexível (Rosso, 2017). A terceirização, portanto, é o primeiro símbolo dessa flexibilização no direito brasileiro, que abriu espaço para outras formas precarizadas, como o contrato zero hora, e implicou um total descolamento da figura do empregador e do empregado, aprofundando a abstração do trabalho. Ocorre que, apesar de aumentar essa abstração, concretamente, esse processo afeta mais alguns grupos

“específicos”. Ao buscar contrarrestar os efeitos da lei tendencial da queda da taxa de lucro (Marx, 2017) por meio do aumento da exploração de classe, são os mais oprimidos que sofrem desproporcionalmente: mulheres e pessoas não brancas. Busca-se analisar esse fenômeno, apontando-se que a terceirização inaugura uma nova modalidade de capital: a de comércio de força de trabalho (Molitor, 2023).

APRESENTAÇÃO 3

Irene Maestro Sarrión dos Santos Guimarães (USP; Uninove)

O processo de “urbanização de baixos salários”, que caracteriza o Brasil, se realizou mediante a combinação entre superexploração do trabalho e valorização fundiária e imobiliária. A transferência dos custos da moradia para a classe trabalhadora, incapaz de acessar o mercado imobiliário formal, leva à ocupação e autoconstrução em regiões periféricas e menos valorizadas como saída para sua reprodução social, acarretando a vivência em condições habitacionais precárias, informais e inseguras e com dificuldade de acesso a infraestruturas urbanas. Na medida em que a produção capitalista do espaço espelha e promove as relações sociais de produção que o constituem, temos cidades marcadas por segregação socioespacial, que explicitam as contradições da sociedade do capital. As dinâmicas entre trabalho produtivo e reprodutivo - este último suportado desproporcionalmente pelas mulheres - fazem com que o espaço urbano espelhe os papéis sociais femininos e masculinos, sobretudo na cisão entre o público e o privado, e que, portanto, nas lutas por moradia, as mulheres sejam maioria e “linha de frente”. Estas trabalhadoras, que vivem sua condição de classe através da raça e do gênero, possuem ocupações em trabalhos de pouca qualificação, precarizados e informais. As transformações nas dinâmicas da acumulação predominantemente financeira imbricam a produção da vida material e o urbano como espaço privilegiado de intervenções violentas e expropriatórias do capital diante das crises, intensificando as dificuldades vivenciadas pelas mulheres trabalhadoras. Se a luta por sobrevivência é capturada na forma de luta por direitos (Duarte, 2020), por outro lado, surgem formas de articulação do cotidiano construídas pela luta destas mulheres que apontam para alternativas por fora do Estado, do direito e do mercado, e, portanto, alternativas de resistência às formas sociais do capital.

APRESENTAÇÃO 4

Leila Giovana Izidoro (USP)

A proposta parte do impacto da reestruturação produtiva do capital, que resultou em um padrão de acumulação flexível e na implementação de políticas neoliberais, no trabalho dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis. Esses(as) trabalhadores(as) dependem principalmente da venda de materiais cujos preços flutuam no mercado global, além de serem afetados pelo processo de financeirização do meio ambiente. A “forma jurídica ambiental” é expressa nesse

processo de financeirização por meio da compensação ambiental, no qual a recuperação do “lixo” se torna um “ativo ambiental”, negociado por meio de créditos de logística reversa equivalentes a tonelagem de resíduos coletados. Esse cenário de aparente acordo de vontades na esfera da circulação exclui o momento da desigualdade na esfera da produção, onde ocorre a exploração da força de trabalho dos(as) catadores(as). Partindo da teoria do valor de Marx e da crítica da forma jurídica de Pachukanis, esta proposta explora especificamente a relação entre “forma jurídica ambiental” e a subjetividade jurídica das catadoras de materiais recicláveis. No Brasil, cerca de 70% da catação é realizada por mulheres, o que denota a “donadecasificação” (Mies, 2022) desta ocupação, abrangendo a combinação de trabalho produtivo e reprodutivo. Em um contexto de crise ambiental-climática e da reprodução social, há um processo de transformação na posição dessas trabalhadoras: do “quarto de despejo”, passam à “sala de visitas” da sociabilidade capitalista – parafraseando Carolina Maria de Jesus, em “Casa de Alvenaria”. A “sala de visita” é a logística reversa, local onde elas estão mescladas com empresas, suas organizações de classe e com o Estado e em que é levado ao extremo a acumulação do trabalho produtivo direto e reprodutivo (Martins, 2023). A proposta identifica as limitações impostas pelo capital à potência política dessas trabalhadoras, direcionando-as ao universo contratual e da sustentabilidade de seus empreendimentos.”

23/04 | 10h
sala 14 (prédio do meio)

mesa

MARX, MARXISMO E TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: DIÁLOGOS CRÍTICOS

MEDIAÇÃO: MARIANA LUPPI (USP)

A Teoria da Reprodução Social (TRS) vem se consolidando como uma perspectiva marxista que busca analisar a centralidade da reprodução da força de trabalho para a compreensão da complexa dialética opressão-exploração na totalidade capitalista. Nesse sentido, a TRS vem contribuindo também para uma retomada e uma releitura das categorias marxianas, bem como se proposto novas reflexões e interlocuções com diversas tradições marxistas, feministas, antirracistas e ecossocialistas. Esta mesa tem como objetivo resgatar algumas dessas possibilidades de novas contribuições sobre a teoria marxiana e marxista a partir da Teoria da Reprodução Social. Que novos olhares podemos produzir, a partir da TRS, sobre a própria obra de Marx? Como a TRS pode impactar nossa leitura sobre categorias como o trabalho doméstico, trabalho reprodutivo e trabalho de reprodução social, e qual relação podemos estabelecer com categorias como trabalho necessário/excedente e trabalho concreto/abstrato? Como compreender o valor da força de trabalho diante das determinações de gênero e raça? Qual a relação entre acumulação primitiva e reprodução social da força de trabalho? Qual a contribuição da TRS para as lutas revolucionárias e como ela interage com outras tradições do marxismo e fora dele? Quais as contribuições da TRS para a superação de abordagens dogmáticas e economicistas e frente às formulações pós-modernas? Essas são algumas das questões que buscaremos refletir nesse diálogo.

ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE GÊNERO E REPRODUÇÃO SOCIAL EM O CAPITAL

Danielle Jardim da Silva (UFF)

Marx tem sido visitado, usado, cobrado e julgado por diferentes perspectivas feministas há anos. Recentemente, o surgimento da Teoria da Reprodução Social retomou Marx como um intelectual central para a estruturação de sua perspectiva teórica a partir da noção de reprodução da força de trabalho e de totalidade capitalista (entre outras). Tal perspectiva teórica (e o feminismo marxista em geral) precisa impulsionar um novo retorno feminista às obras de Marx, à luz dos debates do século XXI. Diferentemente das acusações de que Marx nada tem a dizer sobre as mulheres, em *O Capital*, tomado como a principal obra de Marx, encontramos elementos teóricos e empíricos que colocam gênero e reprodução social como questões fundamentais da interpretação de Marx sobre o capitalismo. Nesse artigo, buscamos recuperar alguns dos momentos presentes em *O Capital*, nos quais Marx aborda questões referentes a gênero e à reprodução social. Aqui podemos ver diversas passagens onde as mulheres trabalhadoras estão presentes, visíveis, assim como a diversidade das consequências da expansão de sua presença no trabalho fabril. Além disso, questões ligadas diretamente à reprodução social, como o cuidado da casa e da família, o impacto do trabalho extenuante na saúde dos trabalhadores, o comprometimento das gerações mais jovens diante da exploração de sua força de trabalho, questões sobre educação e formação dos trabalhadores etc também estão presentes. Queremos com isso, contribuir para a retomada da leitura e debate feminista sobre *O Capital* e do conjunto das obras de Marx.

A DETERMINAÇÃO DE VALOR DA FORÇA DE TRABALHO NA DIALÉTICA ENTRE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL

Clara Gomide Saraiva (UFRJ)

Este trabalho tem como objetivo relacionar a contribuição da Teoria da Reprodução Social (TRS) com a produção teórica de Marx e, particularmente, o debate sobre valor. A fim de aprofundar as dimensões da reprodução social da força de trabalho, busco estabelecer a sua conexão com categorias marxianas, tais quais valor de uso/valor, trabalho necessário/excedente, trabalho concreto/abstrato, para assim conseguir determinar o valor da força de trabalho sem desconsiderar as determinações de gênero, raça e sexualidade. Como compreender o trabalho doméstico e demais processos de reprodução social na teorização sobre o funcionamento da sociedade capitalista formulada por Marx em *O Capital*? Sustento que, a partir da TRS, é possível desvendar a dialética da relação indireta, porém indivisível, entre produção e reprodução social. E além, buscar nas raízes sócio-históricas da formação do capitalismo e do processo de acumulação primitiva, as bases materiais que estruturam as relações sociais generificadas e racializadas no atual modo de produção. Assim, podemos identificar de que forma o capital estrutura o trabalho doméstico - tanto o não-remunerado, quanto o remunerado - para a sua acumulação e reprodução ampliada. Por fim, traço diálogos com outras perspectivas do feminismo da reprodução social e a implicação que a relação entre valor e trabalho doméstico tem como consequência para o marxismo feminista.

CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PARA UM MARXISMO ANTIRRACISTA E FEMINISTA

Camila Carduz Rocha (PUC-SP) e Mariana Fernandes A. Beltrão (UFRJ)

No contexto de avanço neoliberal e agravamento da crise estrutural do capitalismo e do acirramento da luta de classes e das formas de resistência da classe trabalhadora em suas múltiplas determinações (como os movimentos negros, indígenas, de mulheres, de imigrantes, das dissidências de gênero e sexualidades, etc.), se intensificam as múltiplas críticas dirigidas aos limites que um marxismo dogmático impõe à apreensão da complexidade das relações capitalistas generificadas, racializadas e territorializadas. Esse marxismo, enquanto resultado histórico atravessado pelas próprias ideologias produzidas pelo capitalismo, acabou assimilando inclinações eurocêntricas, racistas, machistas, xenófobas, LGBTfóbicas, revelando sua incapacidade de apreender a unidade contraditória raça-classe-gênero. Esta limitação teórica e política apontou para a necessidade de superação de uma hierarquização de prioridades que, capturada pelo economicismo e pelo mecanicismo, tornou-se incapaz de dar centralidade aos processos de racialização, generificação e de desenvolvimento desigual e combinado enquanto constitutivos genéticos do modo de produção capitalista. Por situar-se neste esforço de superação, pretendemos situar a Teoria da Reprodução Social como um campo de convergência marxista, que em diálogo com diversas tradições antirracistas, feministas, de dissidências de gênero e sexualidades, recupera a radicalidade do método da crítica da economia política, sendo capaz de oferecer contribuições à apreensão da totalidade capitalista em seu movimento contraditório, assim como elementos estratégicos-táticos. Ao colocar a reprodução da força de trabalho no coração da teoria do valor-trabalho, a partir da investigação de seus processos diferenciados de reprodução, objetivos e subjetivos, (por meio da racialização, generificação e territorialização), a TRS assume o desafio de teorizar a reprodução do modo de produção capitalista a partir do ponto de vista da classe trabalhadora, complementando a abordagem de Marx, que a concebeu a partir da perspectiva do capital.

23/04 | 14h

sala 162 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**MOVIMENTO FEMINISTA: HISTÓRIA,
CONQUISTAS E DESAFIOS ATUAIS**

MEDIAÇÃO: MARIANA CHAGURI (UNICAMP)

**SERPENTEANDO PELA POTÊNCIA E PELO LIMITE: A ORGANIZAÇÃO FEMINISTA
NO CARNAVAL DOS BLOCOS DE RUA CARIOCAS HOJE**

Ana Clara Vega Martinez Veras Ferreira (UFRJ)

O carnaval carioca é uma das festas populares de maior expressão e impacto socioeconômico, cultural e político do Brasil hoje. É uma efeméride que cresce a cada ano, tanto em número de turistas recebidos quanto em renda movimentada. Tem sido perceptível que nos últimos anos a festa carnavalesca vem sendo utilizada por foliões e foliãs como forma de manifestação política, para além do lazer e ludicidade propiciados pela fruição da cultura. No caso de blocos de rua, que aumentam em número a cada ano, foram formados novas agremiações lideradas e compostas por mulheres, seguindo a reorganização dos feminismos latino-americanos a partir de 2015. Essa movimentação política feminina inseriu pautas feministas à discussão política da festa, principalmente por meio de campanhas anti-assédio e da reivindicação do direito à cidade (Lefebvre, 2001) pela perspectiva feminista. Com a crise socioeconômica gerada pelo neoliberalismo e a subsequente queda na qualidade de vida e o acesso à renda, cresceu o número de trabalhadoras que tem o carnaval como fonte de renda alternativa. Isso fez com que fosse possível observar mais evidentemente a repetição dos padrões dos papéis sociais de gênero (Saffioti, 1987) na festa carnavalesca. Ou seja, as funções direcionadas às mulheres no carnaval seguem a divisão sexual do trabalho corrente no cotidiano, direcionando à elas os papéis sexualizados e da reprodução social (Bhattacharya, 2019). Entendendo o potencial político da arte e da cultura a partir de Angela Davis (2017), este trabalho busca analisar as formas de organização social e política das mulheres no carnaval de rua carioca hoje, assim como discutir suas limitações. Ademais, busca-se complexificar esta análise entendendo a indissociabilidade e as articulações entre gênero, raça e classe.

O NÓ GÊNERO CLASSE E RAÇA: UM ESTUDO DE PSICOLOGIA SOCIAL COM MULHERES MILITANTES DE MOVIMENTOS SOCIAIS FEMINISTAS

Mariana Luciano Afonso (Universidade Cidade de São Paulo)

Este trabalho é fruto de uma tese de doutorado em Psicologia Social. Temos como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético. Entende-se que o nó gênero classe e raça, como apontado pela feminista marxista Heleith Saffioti, estrutura a realidade social, de modo que estas três contradições, entrelaçadas, sustentam a manutenção do capitalismo. A partir da Psicologia Social, entendemos também que o nó possui dimensão subjetiva e simbólica. Produz sofrimentos coletivamente compartilhados por grupos oprimidos. Este trabalho é uma reflexão sobre sofrimento e resistência, a partir das memórias e histórias de vida de mulheres que participam de movimentos sociais feministas. Buscamos apreender os sentidos e as transformações psicológicas que acompanham essa participação política, especialmente no contexto de um movimento social feminista, antirracista e anticapitalista: a Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Durante quatro anos foram realizadas entrevistas semiestruturadas; observação participante; e análise documental. A investigação mostrou que a participação na Marcha insere-se em um contexto de vivências de relações de dominação-exploração de gênero, raça e classe; assim como de uma trajetória de participação política e enfrentamentos. Da análise das histórias de vida emergiram categorias que sintetizam a importância da participação política no movimento feminista, como: valorização da pluralidade; possibilidade de falar e ser escutada; processo de avanço de consciência política sobre as relações sociais de gênero, classe e raça; configuração como espaço de práticas de cuidado; recuperação de história coletiva e de ancestralidade pessoal (expressando formas de ligação com o passado); exercício do potencial de criação (expressando mediação com o futuro).

COZINHA SOLIDÁRIA LUCIANA FERREIRA: OS DESAFIOS DA ECONOMIA DO CUIDADO COMO AÇÃO POLÍTICA NO JD. NOVO CAMPO LIMPO

Tâmara Pacheco (USP)

A partir da realização de rodas de conversas desenvolvidas na Cozinha Solidária Luciana Ferreira do MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto), localizado no Jd. Novo Campo Limpo, Embu das Artes, durante os meses de setembro, outubro e novembro de 2023, este paper propõe uma reflexão acerca das condições materiais e existenciais de mulheres periféricas dentro dos limites e potencialidades estratégicas do trabalho do cuidado como forma de luta política, no contexto da democracia liberal brasileira. O objetivo é identificar essas formas de relações sociais estabelecidas entre lideranças femininas comunitárias do MTST e moradoras voluntárias do projeto com base das demandas do território no enfrentamento da crise do capitalismo atual. No contexto do espaço público da cozinha, o trabalho do cuidado é reelaborado. As reflexões aqui sugeridas pretendem aprofundar a temática do cuidado que atravessa as relações de opressão, tendo como ponto de encontro os territórios periféricos. Trata-se de uma aposta na aprendizagem colaborativa a partir do processo de construção de diálogo e da escuta com base no método da observação participante. O estudo conta com a participação de 12 mulheres com idades entre 15 e 70 anos.

UMA POLÍTICA SUCESSORA: A PRÁXIS FEMINISTA E TRANSFORMADORA DAS MULHERES DO MTD E DO LEVANTE POPULAR DA JUVENTUDE

Pamela C. Oliveira (Unicamp)

Este paper traz os resultados obtidos durante pesquisa de mestrado da autora sobre a práxis feminista das mulheres do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD) e do Levante Popular da Juventude (Levante) com a finalidade de compreender como suas ações e reflexões estão contribuindo para alterar as estratégias e práticas de ambos movimentos sociais populares, a partir do reconhecimento da Reprodução Social como indispensável na luta de classes. As entrevistas semiestruturadas revelam como a prática cotidiana dessas mulheres têm impulsionado o reconhecimento das contradições analíticas entre as esferas de reprodução e produção, e, com isso, reposicionado os métodos e as práticas das organizações. Neste sentido, o processo de assimilação da prática feminista pelo todo da militância passa necessariamente por um esforço de solidariedade interseccional, visto o caráter misto em gênero e raça de ambas as organizações. Defendemos que a diferença entre as pessoas, bem como o manejo dos conflitos e violências que afloram, fundamentado em um companheirismo militante, propulsionam as organizações a atualizarem seu referencial marxista para responderem à altura da complexidade das classes trabalhadoras do Brasil contemporâneo. Para sustentar nossas análises, nos fundamentamos em teóricas e teóricos da Reprodução Social (TRS) e na Teoria feminista interseccional (enquanto ferramenta analítica e práxis crítica) tal como desenvolvido pelas estudiosas Patricia Hill Collins, bell hooks e Audre Lorde.

A QUESTÃO DA MORADIA SOB A ÓTICA DAS MULHERES MORADORAS DA OCUPAÇÃO CAROLINA MARIA DE JESUS EM BELO HORIZONTE

Thaís Vieira e Maura Estevão Rodrigues (UFG)

Ao discutir a questão da moradia, Friedrich Engels demonstra como a formação dos conglomerados urbanos patrocinados por grandes empresas detentoras do capital acarretam aumento de aluguéis, despejo de famílias, habitações formadas por diversas famílias e, nos casos mais agravados da situação, diversas famílias ficam desabrigadas e vão morar nas ruas. Movimentos sociais como Movimento de Lutas nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) apontam todos os dias que a questão da moradia no Brasil não está relacionada à falta de espaços urbanos planejados para serem ocupados por essas famílias; mas à distribuição desses espaços de forma igualitária. Neste sentido, o objetivo deste artigo é compreender através do olhar das mulheres moradoras de ocupações urbanas os limites da obra de Engels “sobre a questão da moradia” no que tange às necessidades dessas mulheres: muitas vezes mães solas, sem redes de apoio e que veem nas ocupações uma forma de garantia habitacional. A pergunta de partida a ser respondida é: como as mulheres da Ocupação Carolina Maria de Jesus percebem a questão da moradia? A metodologia utilizada será a etnografia política e a entrevista semiestruturada. A etnografia foi feita no ano de ocupação do primeiro prédio que sediou a OCMJ as entrevistas semiestruturadas foram feitas no final do ano de 2023. A análise de dados será feita através da análise de discurso crítica.

23/04 | 14h

sala 103 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

INTERSECCIONALIDADES: LUGAR DE FALA, PONTO DE VISTA E AS FRONTEIRAS DO FEMINISMO

MEDIAÇÃO: TESSA MOURA LACERDA (USP)

**LUGAR DE FALA, PONTO DE VISTA E HEGEMONIA: RECONNECTANDO MULHERES NEGRAS,
MARXISMO E REVOLUÇÃO**

Leticia Parks (USP)

Pretroria, África do Sul, 6 de agosto de 1956. A massiva marcha de mulheres ocupou a capital política contra as leis anti-passe. A primeira grande marcha contra um dos mais violentos regimes de segregação racial de todo o mundo teve na linha de frente as três nacionalidades eleitas por milhares como abre alas - uma britânica, uma sul africana, uma indiana, no que se poderia entender como forma de dar lugar na dianteira aos distintos pontos de vista das mulheres em luta.

Lugar de fala e ponto de vista são conceitos que estão no centro das atuais reflexões sobre a luta das mulheres negras. A filósofa Djamila Ribeiro inaugura o termo lugar de fala como interpretação do conceito original de standpoint de Patricia Hill Collins. Para a primeira, o lugar de fala é uma ferramenta de refutação do pensamento social existente, inclusive o marxismo, tratando tudo como interpretações de mundo que dão continuidade às opressões. Para Collins, cuja perspectiva crítica ao marxismo em nenhum momento nega a sua utilidade como teoria de ruptura com o capitalismo, o standpoint não deveria ser ferramenta de afirmação da sociedade de classes, tampouco deveria tornar válido o que se diz ou defenda exclusivamente a partir do ponto de vista, o que resultaria num essencialismo e numa reafirmação do positivismo através de uma forma moderna de determinismo social.

Um dos objetivos deste trabalho é refletir de que forma o conceito de Patrícia Hill Collins é afirmado ou negado por Djamila Ribeiro para, a seguir, analisar o ponto de vista em comparação com definições clássicas do marxismo, como posição estratégica e hegemonia (Gramsci), para identificar quais fundamentos podem apresentar saídas estruturais para o racismo e o patriarcado.

BETWEEN LOS INTERSTÍCIOS: A PERSPECTIVA DE GÊNERO EM BORDERLANDS/LA FRONTERA, DE GLORIA ANZALDÚA

Camila Montinho da Silva (UFRJ)

Este trabalho situa a contribuição fundamental do livro *Borderlands/la frontera – the new mestiza*, da escritora chicana Gloria Anzaldúa, para o campo dos estudos de gênero. A obra tem a Fronteira como ponto de partida para reflexão, mas é importante mencionar que se trata, sobretudo, de uma reflexão sobre a mulher fronteiriça. Sua publicação, em 1987, colocou em evidência questões referentes às demandas de mulheres até então invisibilizadas tanto pelo universo masculino, quanto pelo próprio feminismo branco. Desse modo, consideramos importante abordar o conceito de interseccionalidade, proposto por Kimberlé Crenshaw em 1989. Em breves considerações, a advogada percebeu que muitas pessoas não conseguiam perceber as políticas de exclusão que funcionavam juntas, gerando mais de uma discriminação. Dessa forma, ela conceituou a interseccionalidade se baseando na interação entre dois ou mais eixos da subordinação. A partir de suas considerações, começaram a surgir diversas abordagens para o debate interseccional, variando no que diz respeito, principalmente aos fatores de identidade e de poder. Tratamos, ainda, do feminismo chicano, buscando traçar um panorama de seu surgimento e de suas lutas. Tal discussão é importante porque demonstra como as mulheres chicanas, principalmente as chicanas lésbicas, tiveram suas demandas rejeitadas pelos movimentos sociais chicanos, fato evidenciado por Gloria Anzaldúa em diversos fragmentos de *Borderlands*.

23/04 | 14h

sala 106 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
NARRATIVAS FEMININAS, NARRATIVAS
FEMINISTAS? GÊNERO E LITERATURA**

MEDIAÇÃO: LARISSA VANNUCCI (USP)

UMA ESPIRITUALIDADE CONTRACULTURAL EM "IN CELEBRATION OF MY UTERUS", DE ANNE SEXTON

Virgínia Derciliana Silva (USP)

Anne Sexton (EUA, 1929-1974) escreveu poesia que foi tratada como confessional durante as décadas de 1960 e 1970, mesma época em que tinha lugar nos Estados Unidos a segunda onda do movimento feminista. Sempre lida como feminista, a autora foi uma representante das poéticas do subúrbio (GILL, 2007) e tratou das questões das mulheres. "In celebration of my uterus" tem como eu-lírico uma mulher que se regozija em sua própria natureza, exaltando sua relação com a natureza e com outras mulheres. Buscamos analisar o poema e ler sua temática e imagética em relação ao surgimento de uma espiritualidade feminista nos Estados Unidos a partir dos anos 1950, que se baseava em práticas pré-cristãs de reverência à natureza e na imagem de uma Deusa Mãe. Para isso, nos baseamos principalmente na obra de Mary Daly, "Beyond God the father: toward a philosophy of women's liberation" (1985) e no ensaio "Why women need the Goddess: phenomenological, psychological and political reflections", de Carol Christ (1979).

**PERSONAGENS FEMININAS, AUTORIAS MASCULINAS: POLÊMICAS E CONTRADIÇÕES A PARTIR DE
ANNA KARIÊNINA, DE LIEV TOLSTÓI**

Julia Ferrari Duarte do Páteo (USP)

O escritor Liev Tolstói viveu durante o período em que se sistematizou a denominada "Questão Feminina" na Rússia, conjunto de discussões que se iniciou na década de 1850, pautando a emancipação das mulheres. No entanto, quando se trata do seu grande romance "Anna Kariênnina", a questão torna-se mais espinhosa. Em diálogo com a Questão Feminina, Tolstói nos apresenta personagens femininas que se deparam com as dores e angústias de uma sociedade patriarcal, assim, ainda que a intenção autoral seja condenar

o ideal da mulher emancipada que vinha sendo construído, o que se observa são as contradições do período retratadas com minúcia e maestria. Nessa apresentação, portanto, parte-se dos contrastes entre a intencionalidade autoral e os discursos das personagens femininas do romance de Tolstói para propor uma nova leitura da obra, a partir de uma perspectiva feminista. Em um mundo em que o cânone é dominado por nomes masculinos, a proposta é elevar as vozes femininas de suas personagens, colocando-as em disputa com seus próprios criadores.

O TRABALHO DOMÉSTICO NA FICÇÃO BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

Analía Bicalho Vencioneck (UFRJ)

Em *O patriarcado do salário* (2022) Silvia Federici nos apresenta argumentos, construídos ao longo de sua trajetória acadêmica e ativista, a respeito da ausência de uma discussão sobre o trabalho doméstico e reprodução de mão de obra em Karl Marx: duas questões que Federici destaca como fundamentais para a produção de valor na sociedade capitalista que permanecem em boa parte obliteradas dentre as pautas prioritárias das lutas trabalhistas e, mesmo, feministas. Neste sentido, a presente proposta de apresentação, buscando ampliar a discussão sobre os trabalhos delegados aos corpos femininos – o doméstico, em especial –, tem como objetivo sistematizar criticamente um certo painel de representação desse cenário na ficção brasileira contemporânea a partir das obras *Perifobia* (2017), de Lilia Guerra, *Suíte Tóquio* (2020), de Giovana Madalosso, e *Solitária* (2022), de Eliane Alves Cruz, e seus tratamentos sobre a figura da empregada doméstica. Contextualizo a questão, a princípio, a partir da teoria das psicopatologias do capitalismo por Franco “Bifo” Berardi e Jason Smith (2012), referenciando também o fenômeno do “Precariado” pela leitura de Giovani Alves (2011; 2018), a crítica à produção de valor quanto ao trabalho mal pago realizado por mulheres empreendida Federici (2022) e, por fim, um breve apontamento sobre a noção de “dívida” e seu vínculo com o dinheiro, proposta por David Graeber (2015), de modo a delimitar o terreno da perspectiva sobre o problema.

23/04 | 14h

sala 130 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

NANCY FRASER HOJE: CAPITALISMO, CRISE E PERSPECTIVAS FEMINISTAS

MEDIAÇÃO: NATHALIE BRESSIANI (UFABC)

AS ANTINOMIAS DO CAPITALISMO CANIBAL EM NANCY FRASER

Victória Santos de Faria Veloso (UFSC)

Tendo como ponto de partida a fase mais recente do projeto teórico de Nancy Fraser, caracterizada por um retorno constitutivo à crítica do capital e de suas estruturas de sustentação, pretendemos explorar seus avanços na compreensão das transformações degenerativas associadas ao recrudescimento do capitalismo financeirizado, as quais desencadearam a crise multidimensional - econômica, política, ecológica e social - que vivemos. Para tanto, procuraremos traçar o quadro crítico expandido trazido pela filósofa estadunidense, especialmente suas contribuições em capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica (2020) e *cannibal capitalism: How Our System Is Devouring Democracy, Care and the Planet – And What We Can Do About It* (2022), que, emulando o gesto marxiano de investigação das moradas ocultas do capital, busca desobliterar dimensões negligenciadas na “história oficial” da crise, encerrada em seu aspecto econômico, lançando luz sobre “condições de fundo” que são, ao mesmo tempo, necessárias e canibalizadas pela ordem social hodierna, a saber, capitalista. Desse modo, defendemos que i) a ênfase das “condições de fundo” — sendo consideradas três esferas: a reprodução social, a ecologia e a política — permite uma mirada abrangente do sistema capitalista, encarado não apenas como um subsistema econômico, mas como uma “ordem social institucionalizada” que organiza os mais amplos aspectos da vida coletiva ii) Nos permite sofisticar as relações entre crise, exploração (trabalho) e expropriação (acumulação primitiva) a partir da adição de condições de fundo sem as quais esta última não vingaria iii) irrompe binarismos tradicionais entre os âmbitos econômico e social, iluminando cenários de luta que não são devidamente explicitados por um único expoente de dominação.

NOTAS SOBRE A CONCEPÇÃO EXPANDIDA DE REPRODUÇÃO SOCIAL EM NANCY FRASER

Niege Pavani (Unicamp)

Em Capitalismo em debate, Fraser e Jaeggi [2020] discutem sobre a concepção atualizada de capitalismo que pauta a Teoria Crítica no contemporâneo, passando pelo crivo de acúmulos de diversos movimentos sociais forjados no século XX, em especial, o movimento feminista. Nesta comunicação, levanto algumas das teses debatidas pelas autoras no referido texto, explorando a perspectiva apresentada por Nancy Fraser de que o processo constitutivo do capitalismo se dá a partir do “rompimento de unidade prévia” estabelecida nos modos de produzir coisas e possuir terras; fundando, assim, uma diferenciação marcada pelo mecanismo opressivo de gênero, separando e hierarquizando o papel do trabalho produtivo e reprodutivo na organização social e econômica capitalista. Nesse sentido, a retomada nos dias atuais das teóricas do feminismo sobre o tema da reprodução social tem produzido novidades e atualizações sobre conceito e categorias nele contidas, emprestando à crítica política do capitalismo uma expansão necessária para qualificar o debate da própria atualização da conceitualização da presente fase do sistema capitalista e suas crises derivativas.

O FEMINISMO EM MEIO AO DIAGNÓSTICO DE CRISE DO CAPITALISMO FINANCEIRIZADO DE NANCY FRASER

Mariza Rodrigues Azzi (Unifesp)

Este estudo tem como objeto a obra da teórica crítica e feminista Nancy Fraser, focando no seu diagnóstico de tempo de crise do capitalismo financeirizado. Parte-se da hipótese de que seus escritos recentes trazem mudanças significativas em relação à articulação e centralidade de conceitos utilizados em sua obra anterior. Eixo condutor para esta análise, o feminismo é utilizado como recorte teórico por meio do qual tais mudanças são escrutinadas. Assim, o estudo aborda as diferenças e proximidades entre dois momentos singulares na obra de Fraser, a saber, o paradigma da redistribuição e do reconhecimento e o paradigma do capitalismo enquanto ordem social institucionalizada. O argumento explorado é o de que, ao articular novas referências teóricas e identificar mudanças contextuais advindas das relações sociais, em meio ao capitalismo enquanto ordem social institucionalizada, Fraser propõe uma perspectiva de feminismo fortemente vinculada à luta anticapitalista, carregada de um caráter abrangente e de articulação das diferentes esferas sociais e das lutas por emancipação social. Dentre os novos referenciais, destaca-se a Teoria da Reprodução Social, corrente do marxismo feminista explorada por autoras como Cinzia Arruzza e Tithi Bhattacharya, cujo diálogo com Fraser se faz notório através da publicação do manifesto “Feminismo para os 99%” (2019). Assim, essa pesquisa investiga a aproximação da obra de Fraser com essa corrente teórica, que parece implicar não mais na centralidade de conceitos como o de redistribuição e reconhecimento, mas em uma noção ampla de capitalismo como ordem social institucionalizada. Espera-se contribuir para o debate sobre o que se entende por uma nova perspectiva de feminismo proposta por Fraser em sua obra recente.

QUÃO CRÍTICA É A CRÍTICA DO CAPITALISMO DE NANCY FRASER? UMA DISCUSSÃO À LUZ DA DESOBEDIÊNCIA FINANCEIRA

Heitor Moreira Lurine Guimarães (Unicamp)

A comunicação tratará de uma articulação possível entre a teoria crítica do capitalismo desenvolvida nos escritos recentes de Nancy Fraser, de um lado, e os estudos feministas sobre desobediência financeira, do outro. Em seus últimos escritos, Fraser tem defendido a necessidade de criticar o capitalismo trazendo a tona a sua dependência em relação a condições econômicas e não econômicas de fundo, bem como a tendência perene de crise existente quanto a cada uma dessas condições. Em certo ponto de seu pensamento, tal empreendimento intelectual desemboca na aposta de caracterizar o capitalismo como dependente de três tipos distintos de trabalho: o explorado, o expropriado e o domesticado, que traduzem, respectivamente, a famosa tríade classe, raça e gênero, agora reinterpretados como franjas sobrepostas de uma mesma classe trabalhadora em sentido ampliado do termo. Este trabalho pretende ponderar até que ponto a proposta de Fraser se mostra operante confrontando-a com apontamentos levantados por teóricas feministas que tematizam o endividamento e a desobediência financeira no neoliberalismo. Se é verdade que a dívida se tornou o principal vetor da acumulação e disciplinamento sob o neoliberalismo, seria o caso de testar o potencial crítico da proposição de Fraser verificando em que medida ela auxilia a aclarar tal fenômeno. Em especial, serão abordadas autoras latino-americanas como Verônica Gago e Luci Cavallero e seu conceito de colonização financeira.

23/04 | 14h

sala 132 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: PERSPECTIVAS
FEMINISTAS SOBRE TRABALHO, FAMÍLIA E SOCIEDADE**

MEDIAÇÃO: CAROLINA SOARES (UNICAMP)

**CRISE DO CUIDADO OU FINANCEIRIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO SOCIAL? UMA
PROPOSTA DE ABORDAGEM CRÍTICA À TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

Adriana Gregorut (King's College London; PUC-SP)

Esta pesquisa examina criticamente a ideia de crise da reprodução social, seus pressupostos teóricos e conceituais e sua aplicabilidade ao caso brasileiro. A teoria da reprodução social, enraizada na teoria feminista marxista, busca entender os processos pelos quais a sociedade capitalista se reproduz e sustenta as relações sociais, construindo hierarquias de gênero. Entretanto, as origens da teoria nas experiências das mulheres no Norte Global levantam questões sobre sua relevância e limitações quando aplicadas ao Sul Global. Esse questionamento, por sua vez, encaminha uma crítica aos próprios pressupostos teóricos da abordagem da TRS sobre crise e suas reflexões sobre o processo de financeirização da reprodução social. Nesse contexto, com base na literatura da economia política brasileira, a pesquisa propõe identificar possíveis lacunas na TRS, argumentando principalmente que, no contexto do desenvolvimento do neoliberalismo, as políticas sociais no Brasil passaram por uma mudança qualitativa, e não por uma retirada quantitativa do Estado. Isso desafia a visão da TRS sobre as próprias transformações do capitalismo neoliberal em contextos do Norte Global e revela problemas teóricos relevantes. Para contribuir à superação desses problemas, proponho um engajamento integrativo com abordagens que trabalham a ideia de financeirização enquanto tecnologia de poder e de controle sobre o futuro, de forma a entender a relevância do endividamento das famílias para os desafios reprodutivos do presente.

LA EDUCACIÓN Y CONSTRUCCIÓN DE SUBJETIVIDADES DE LAS MUJERES, APROXIMACIÓN DESDE LA TEORÍA DE LA REPRODUCCIÓN SOCIAL

Eudel Irene Seijas Nieves (UFES)

A partir de una lectura crítica a los fundamentos históricos y filosóficos de la educación, mediada por la teoría de la reproducción social (TRS) que nos ofrece el feminismo marxista nos proponemos develar el carácter opresivo del sistema educativo en la construcción de subjetividades de las mujeres en la sociedad. Nuestra hipótesis es que la reproducción diferenciada de la clase trabajadora parte de la construcción de subjetividades, en las que determinantes como género, raza y clase social se traducen en diversas capas de opresiones que persisten en la vida de las mujeres en la sociedad actual. A través de una revisión crítica a *La Republica* de Platón y *Emilio* o de la educación de Rousseau debatiremos con argumentos de Marx, Vogel, Fraser y Ferguson, entre otros, a fin de entender el lugar que ocupa la educación dentro de los procesos de separación entre producción de capital y reproducción social, así como su incidencia en las condiciones que ofrece el sistema capitalista a las mujeres de la clase trabajadora en la sociedad actual.

23/04 | 14h

sala 133 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

DINÂMICAS DE GÊNERO NO MUNDO DO TRABALHO: ANÁLISES E PERSPECTIVAS

MEDIAÇÃO: MARIA LAURA BESSA (USP)

PANORAMA DO TRABALHO DAS MULHERES NO RIO GRANDE DO NORTE: UM ESTUDO FEMINISTA MATERIALISTA DA CLASSE OPERÁRIA FEMININA POTIGUAR

Vitória Thammy Oliveira de Araújo (UFRN)

A classe operária não é homogênea, é formada por dois sexos e possui especificidades que atingem e oprimem mulheres de forma sistêmica. A predominância feminina em empregos informais ilustra a exploração capitalista, onde a disponibilidade de mão de obra feminina barata reduz custos de produção. No Rio Grande do Norte, a maioria dos municípios está em áreas rurais, onde as mulheres têm uma participação significativa em setores como saúde, serviços sociais e educação, mas enfrentam subvalorização, baixa escolaridade e sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidados. Tais fatores dificultam a ascensão ao trabalho formal e fomentam a precarização do trabalho feminino. Esse artigo consiste em um estudo exploratório do panorama do trabalho dessas mulheres, destacando os desafios econômicos e de gênero, e apresenta uma análise materialista, histórica e dialética. Reconhecendo a relevância de destacar particularidades regionais e da formação econômica local para apreender a inserção das mulheres no mercado de trabalho, apreciamos dados levantados pelo livro "Autonomia econômica das mulheres: inserção e permanência das mulheres do Rio Grande do Norte no mundo do trabalho" Brasil, D. F., Queiroz, J. V., de Almeida Gonçalves, L., de Jesus M., & Basílio, M. D. (2018) e dados secundários disponibilizados pelo IBGE referente ao último período (2023). O arcabouço teórico marxista necessário para compreensão da gênese dessa exploração - tendo suas engrenagens no modo de produção patriarcal-racista-capitalista - será principalmente referenciado à Cisne (2017), Kergoat (1994), Hirata (2018). Com essa análise, defenderemos que as nuances das relações de trabalho das mulheres devem ser postas em ênfase, afirmando ser esse recorte um elemento crucial na luta pela emancipação humana.

LUTA DE CLASSES E O IMPACTO NA VIDA DAS MULHERES: O FEMINISMO E AS CONQUISTAS DE DIREITOS TRABALHISTAS

Rafaela Ozava (PUC-MG)

Muito se diz sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres. As maneiras pelas quais essas diferenças foram social e historicamente consideradas, acabam por gerar distinções que fazem com que a divisão sexual do trabalho seja desvalorizada e inferiorizada em relação ao trabalho do homem. Essas diferenças também contribuíram para uma posição de inferioridade em relação aos homens, e colocadas em situação de precarização, subordinação e inferioridade. A luta de classes, como apresentam os sociólogos e pensadores Karl Marx e Friedrich Engels são lutas que são distintas e chaves do processo histórico e econômico dos trabalhadores. Silvia Fredericci é uma das precursoras do pensamento e crítica a Marx, por observar que o trabalho das mulheres, muitas vezes domésticas, não é necessariamente sobre o capital e a acumulação de mais valor, mas sobre os corpos trabalhadores, bem estar social e patriarcal pautado por uma situação capitalista e colonialista. Observamos que a luta de emancipação é pautada desde a época colonial passando pela criação do Código Civil de 1916 e se faz presente em toda a trajetória jurídica de corpos femininos, até a defasão assegurada pela Reforma Trabalhista de 2017. Por fim, a legitimação da luta feminina para reivindicações de direitos trabalhistas ao longo do tempo vem sendo motivo de muita batalha e conquista, uma vez que a mulher trabalhadora é pertencente do proletariado, sendo tratada como um corpo de mão de obra não remunerado, muitas vezes doméstico, o presente trabalho pretende abordar a memória social histórica dos fatos e os direitos adquiridos ao longo do tempo por diferentes classes de mulheres e para diferentes nichos trabalhistas, trazendo o corpo feminino para a identificação de classe geradora de trabalho.

“NÓS SEMPRE TRABALHAMOS”: UMA LEITURA INTERSECCIONAL DAS RELAÇÕES DE TRABALHO ENTRE AS MULHERES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Carolina Susae de Sousa (UFES)

Este artigo busca traçar um panorama do processo constitutivo das relações de trabalho vividas pelas mulheres brasileiras sob uma perspectiva interseccional. Considerando, portanto, os atravessamentos das condições de raça, classe e gênero no processo de acumulação capitalista fundamentalmente sustentado também pela divisão sexual do trabalho e pela exploração e invisibilização da mão-de-obra de mulheres, esta apresentação busca responder à ideia comumente difundida de “entrada” das mulheres no mercado de trabalho, tendo em vista o contexto da divisão internacional do trabalho e o subdesenvolvimento brasileiro. Para tal, nos referenciamos nas contribuições de Lélia Gonzalez, Heleith Saffioti, Amelinha Teles entre outras intelectuais que pensaram a relação entre as mulheres e o trabalho considerando as estruturas formadoras da sociedade brasileira.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E SUAS IMPLICAÇÕES NA REALIDADE DAS MULHERES NO MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA: UMA PERSPECTIVA MARXISTA E CRÍTICA

**Camila Machado Vidal, Leticia Oliveira Paula
e Maria Antonia Bezerra de Oliveira (UFRN)**

Muito se diz sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres. As maneiras pelas quais essas diferenças foram social e historicamente consideradas, acabam por gerar distinções que fazem com que a divisão sexual do trabalho seja desvalorizada e inferiorizada em relação ao trabalho do homem. Essas diferenças também contribuíram para uma posição de inferioridade em relação aos homens, e colocadas em situação de precarização, subordinação e inferioridade.

A luta de classes, como apresentam os sociólogos e pensadores Karl Marx e Friedrich Engels são lutas que são distintas e chaves do processo histórico e econômico dos trabalhadores.

Silvia Fredericci é uma das precursoras do pensamento e crítica a Marx, por observar que o trabalho das mulheres, muitas vezes domésticas, não é necessariamente sobre o capital e a acumulação de mais valor, mas sobre os corpos trabalhadores, bem estar social e patriarcal pautado por uma situação capitalista e colonialista.

Observamos que a luta de emancipação é pautada desde a época colonial passando pela criação do Código Civil de 1916 e se faz presente em toda a trajetória jurídica de corpos femininos, até a defasão assegurada pela Reforma Trabalhista de 2017.

Por fim, a legitimação da luta feminina para reivindicações de direitos trabalhistas ao longo do tempo vem sendo motivo de muita batalha e conquista, uma vez que a mulher trabalhadora é pertencente do proletariado, sendo tratada como um corpo de mão de obra não remunerado, muitas vezes doméstico, o presente trabalho pretende abordar a memória social histórica dos fatos e os direitos adquiridos ao longo do tempo por diferentes classes de mulheres e para diferentes nichos trabalhistas, trazendo o corpo feminino para a identificação de classe geradora de trabalho.

23/04 | 14h

sala 134 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**CONSERVADORISMO E GÊNERO:
DIAGNÓSTICOS E RESISTÊNCIAS**

MEDIAÇÃO: MARIANA AMARAL (USP)

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E À CRÍTICA A AGENDA ANTI-GÊNERO NO BRASIL

Angélica Antonechen Colombo (IFPR)

Durante o mandato da ex-ministra Damares Alves, as articulações políticas das ações anti-gênero apareceram em quase todos os temas ao redor de suas ações, dando principal destaque a dois eixos fundamentais, ou seja, a concepção da “família tradicional” e a luta contra o ativismo LGBTQIAP+ e antiaberto. Mulheres, pessoas LGBTQIAP+, pessoas pretas, indígenas e periféricas são colocadas em situações de opressão e violência em função de interesses de uma sociedade fundada em desigualdades sociais, limitando seus direitos civis em nome de convicções ultraconservadoras. Nas sociedades capitalistas, a organização da reprodução social está fundamentada nas relações entre gênero, raça e classe. A constituição de identidades em torno de preferências sexuais é resultado das relações materiais no capitalismo, moldadas pelas relações de exploração e opressão dos corpos em busca da acumulação de capital. Controlar os corpos, marginalizá-los e discipliná-los também serve para controlar a força de trabalho que gera lucro. A Teoria da Reprodução Social (TRS) oferece uma perspectiva crítica para compreender a opressão e a agressão sexual de corpos distintos. Dito isso, este trabalho se fundamenta na TRS como um instrumento teórico e crítico para analisar o avanço de políticas anti-gênero no Brasil. Essa análise se baseia na literatura de Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, Silvia Federici, Alan Sears e Kevin Floyd. O objetivo do trabalho é examinar e conduzir um debate crítico sobre as condições materiais que sustentam o avanço das políticas anti-gênero formuladas durante o mandato da ex-ministra Damares Alves no Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH).

O QUE FICOU PÓS ONDA CONSERVADORA? UMA ANÁLISE DO IMPACTO DAS POLÍTICAS PATRIARCAIS BOLSONARISTAS

Larissa Souza Pinheiro (UFPB)

A segunda década do século XXI marcou o esgotamento do que se convencionou chamar de “onda vermelha” na América Latina. A partir de 2010, desenvolveu-se aqui uma série de processos de intensa instabilidade política e recrudescimento do conservadorismo. Temos como pressuposto, que essa ascensão conservadora, que atinge de forma particular a vida das mulheres faz parte de uma tendência mundializada, reflexo da crise estrutural do capital que, como estratégia de superação da crise, lança mão da ideologia conservadora para preservar o sistema imbricado de relações de dominação e exploração de classe, sexo e raça. A partir dessa compreensão, esse trabalho propõe-se a fazer uma análise dos impactos deixados nas políticas públicas para mulheres pós governo Bolsonaro. Também temos como objetivo apontar tendências conservadoras e patriarcais que seguem se fortalecendo mesmo após a derrota bolsonarista nas urnas em 2022. Para isso, utilizaremos o método materialista de Marx. Para nós, a compreensão da realidade está em entender de forma histórica e crítica as relações sociais em seus antagonismos e contradições, compreensão fundada na perspectiva de totalidade que apenas o método marxiano é capaz de oferecer. O trabalho seguirá a seguinte exposição: analisará o giro ideológico promovido pelo bolsonarismo no Ministério das mulheres, da família e dos Direitos Humanos e por fim, apontará que tendências conservadoras, principalmente em torno dos direitos sexuais e reprodutivos femininos, seguem sendo fortalecidas por coalizões políticas de grupos cristãos com setores laicos da direita brasileira. Servem ainda, como mote de negociação entre setores conservadores e “progressistas” que utilizam o direcionamento dessas políticas como moeda de troca em torno de apoios políticos escusos

EL PLAN COLOMBIA Y LA INSTALACIÓN DE UN SISTEMA NEOLIBERAL-MILITAR

Ginneth Pulido Gómez (USP)

El debate se propone a analizar de forma crítica la configuración del Estado colombiano como un laboratorio neoliberal-militar en América Latina, en el marco de Acuerdos de índole intervencionista, específicamente delimitados por el Plan Colombia, un convenio clave para el proyecto de desarrollo del Estado nacional a partir del final de la década de 1990, marcado por una serie de relaciones asimétricas entre Colombia y Estados Unidos dentro del cual se encuentran, no apenas un gran paquete de inversión para los organismos militares, la guerra al terrorismo y a las drogas, como otras exigencias relacionadas con procesos de privatización, uso de glifosato como fumigante de aspersión y cohesión comercial. En este punto, es importante problematizar que las relaciones supranacionales, condicionadas por agentes de poder y las relaciones asimétricas son estructuralmente marcadas por relaciones de género hegemónicas y masculinizadas, enmarcadas por un sistema de explotación y producción capitalista, las personas afectadas por estas políticas, pueblos campesinos, indígenas y afrodescendientes, colocados en el imaginario del opresor como al margen del proceso civilizatorio, feminizados y subordinados, se organizan en procesos de resistencia que también son criminalizados por el Estado y sus agentes.

"O CAPITALISMO E A EXTREMA DIREITA: UMA ANÁLISE FEMINISTA MARXISTA"

Shirley Silverio Raposo (Unifesp)

Este artigo analisa a ascensão da extrema direita, enfocando a intersecção entre gênero, classe e poder dentro do contexto capitalista, sob uma ótica feminista marxista. Argumenta-se que a misoginia, o machismo e o antifeminismo, características marcantes desses grupos, não são apenas expressões de ódio contra as mulheres, mas também mecanismos estratégicos utilizados para perpetuar a divisão de classes e manter a hegemonia capitalista. A promoção de papéis de gênero tradicionais pela extrema direita é identificada como uma tentativa de desviar a atenção das reais causas da opressão econômica e social, fragmentando assim a classe trabalhadora e enfraquecendo a luta coletiva por direitos e justiça social. O ódio e os ataques às mulheres está intimamente ligado ao crescimento de grupos masculinistas, sejam eles de direita ou de esquerda. É importante destacar que há um retrocesso nas políticas públicas ligadas à questão de gênero e de certa forma um refluxo dos movimentos de luta contra as opressões. A própria utilização de termos como “identitarismo” e “wokeismo” para designar movimentos anti-opressão demonstram de certa forma o ascenso dos extremismos.

23/04 | 14h

sala 202 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

DOCÊNCIA, FEMINISMO E MASCULINIDADES:

O PAPEL DOS EDUCADORES NA

TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

MEDIAÇÃO: MARIA FERNANDA MONTERO (PUC-SP)

A CRISE DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS PARA UMA PERSPECTIVA UNITÁRIA

Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas (UFBA)

A presente investigação buscou analisar, de forma preliminar, como a crise da reprodução social se expressa no âmbito educativo brasileiro, considerando a totalidade enquanto categoria para uma análise unitária sobre exploração e opressões, fundamentada na Teoria da Reprodução Social. Nessa perspectiva teórica, escola e trabalho docente fazem parte da reprodução social, havendo uma relação dialética, complexa e contraditória entre produção capitalista e reprodução social. Como o trabalho docente no Brasil passou por um processo de feminização no início do século XX, a escola se torna um espaço privilegiado de análises, posicionando mulheres como ponte entre produção e reprodução. O processo de feminização do trabalho docente também contribuiu para precarização e rebaixamento da formação. Tal precarização envolve empobrecimento em relação ao salário e redução da autonomia e do controle sobre os processos pedagógicos, impactando no desprestígio social da profissão docente e produzindo sofrimento e adoecimento psíquico entre professoras. Atrelado a uma concepção hegemônica e ideológica da Psicologia sobre o processo saúde-doença, o sofrimento psíquico docente é reduzido ao âmbito individual e biológico e desvinculado de seus determinantes sócio-históricos, seja em relação às origens desse sofrimento ou potenciais formas de amenizá-lo. Essa racionalidade reducionista e naturalizante sobre a vida humana, denominada medicalização, torna-se uma expressão concreta e corporificada da crise da reprodução social na educação brasileira e no trabalho docente. Por fim, discute-se brevemente sobre possibilidades de superação desta crise, que passam pela organização coletiva de professoras e pela construção de uma práxis pedagógica feminista e emancipatória.

AS CONTRADIÇÕES DAS RELAÇÕES ENTRE PATRIARCADO, CAPITAL E TRABALHO EXPRESSAS NA ATUAÇÃO DE PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Lucas Kamers de Aguiar (UFSC)

Esta pesquisa objetiva compreender as condições da atuação de professores homens na Educação Infantil diante das contradições do capitalismo. O IBGE (Brasil, 2020) mostra que nos últimos anos o número de professores homens na Educação Infantil brasileira não ultrapassou de 3,8% em relação à totalidade de professores, e pesquisas mostram que sua atuação nessa etapa da Educação Básica é permeada por situações de estranhamento e preconceito. O estudo busca uma compreensão mais profunda do processo social que envolve a docência nesta etapa da educação, analisando este problema na história concreta, onde patriarcado, capital e trabalho se correlacionam e constituem partes de uma mesma totalidade e as relações entre classe e gênero são síntese de múltiplas determinações. Em termos teórico-metodológicos, nos amparamos na perspectiva materialista histórico-dialética, e realizamos uma revisão analítica da bibliografia histórica e sociológica em relação à opressão às mulheres e uma análise de projetos de lei e documentos educacionais que retrocedem debates em relação às discussões de gênero, culminando na proibição de professores homens na Educação Infantil. Evidenciamos que os problemas relacionados à presença de professores homens nesta etapa da educação formal relacionam-se aos limites do modo de produção atual. O estranhamento social com a atuação masculina neste espaço, em que o cuidado, desvalorizado socialmente, é entendido como uma extensão do ambiente doméstico, reflete a opressão e a exploração do trabalho feminino. A superação substancial desta realidade vai além das discussões de gênero nos currículos e aumento do número de homens na Educação Infantil, e relaciona-se com a superação do modo de produção capitalista e do patriarcado.

AS MÚLTIPLOS FACES DO TRABALHO NA VIDA DAS MULHERES TRABALHADORAS ESTUDANTES DE PEDAGOGIA

Naira Estela Roesler Mohr (UFFS)

Este trabalho é decorrente de uma pesquisa de campo realizada com graduandas do curso de pedagogia da Universidade Federal da Fronteira Sul – UFFS, localizada no município de Erechim, região Norte do Rio Grande do Sul. O objetivo central da pesquisa, que teve a adesão de 76 participantes, foi o de discutir as múltiplas dimensões que envolvem a vida das estudantes do curso de pedagogia. A análise, de abordagem qualitativa, foi amparada em teorias explicativas oriundas do feminismo materialista, a partir de categorias como historicidade, contradição e totalidade. O estudo abordou questões que envolvem o cotidiano das estudantes, como a sobrecarga de atividades relacionadas ao processo de reprodução social, envolvendo os espaços públicos e privados. Discutiu aspectos da valorização e reconhecimento da atuação docente, relacionando-os com a dimensão do cuidado, presente no trabalho pedagógico com crianças pequenas.

De maneira geral, a pesquisa demonstrou que as mulheres ao tornarem-se estudantes universitárias, desempenham uma terceira jornada laboral, além das tarefas domésticas e das atividades remuneradas, revelando situações de intensificação e precarização do trabalho. Apesar disso, muitas consideraram que a formação em pedagogia, devido ao seu campo amplo de atuação, resulta em melhores possibilidades profissionais, se comparadas com a situação vivenciada por elas anteriormente. Grande parte identificou dificuldades no exercício da profissão docente, principalmente pela falta de reconhecimento social, mas ao mesmo tempo, a maioria sente motivação e gosto pela profissão. Além disso, muitas das participantes destacaram que consideram a experiência universitária como fundamental, ao possibilitar um maior nível de consciência e tomada de posição frente ao mundo.

23/04 | 14h

sala 204 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
GÊNERO E MORADIA**

MEDIAÇÃO: DANIELA COSTANZO (CEBRAP)

ENTRE A PRODUÇÃO DA MORADIA E A REPRODUÇÃO DA VIDA: UMA LEITURA FEMINISTA DO ENDIVIDAMENTO COTIDIANO

Thaís Moreno (UFMG)

Este trabalho é fruto da minha pesquisa de mestrado, defendida em 2022, na Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Nele, estudei a empresa Vivenda, que foi o primeiro 'negócio de impacto social' do Brasil a captar recursos do mercado financeiro para atuar com reformas de baixa complexidade em periferias, oferecendo crédito a juros para famílias de baixa renda e articulando-as com escritórios de arquitetura em escala nacional. Como o déficit habitacional é predominantemente feminino, a clientela das reformas geridas pela Vivenda também é sobretudo de mulheres. Realizei análises do material de divulgação do próprio programa, além de entrevistas com profissionais parceiros da empresa, e com mulheres pobres que adquiriram este tipo de reforma de baixa complexidade. A partir daí, discuti como as mulheres atendidas lidaram com a dívida contraída, quais eram suas táticas cotidianas de gestão financeira, e qual era o papel dos laços de solidariedade na reprodução de suas vidas cotidianas. Com isso, analisei a questão da produção da moradia junto às dimensões de gênero e das finanças, compreendendo que essa articulação é essencial para decifrar as relações sociais em pauta e ampliar a perspectiva crítica da arquitetura. Amparada numa perspectiva feminista marxista latino-americana, realizei uma leitura feminista da dívida demonstrando o estreitamento da financeirização com a vida cotidiana periférica e seus impactos para a reprodução da vida das mulheres, sobretudo negras e pobres. São elas os principais alvos de novas formas de exploração financeira via endividamento. Ao fim, concluo que a transformação de serviços que deveriam ser subsidiados por políticas públicas em novos 'negócios de impacto' se trata do fortalecimento da financeirização e do endividamento dos mais pobres.

NEOLIBERALISMO E REPRODUÇÃO SOCIAL: REFLEXÕES SOBRE A FEMINIZAÇÃO DO DÉFICIT HABITACIONAL

Mariana Trotta Dallalana Quintans (UFRJ)

O trabalho reflete sobre o processo de feminização do déficit habitacional, por meio da análise do endividamento das mulheres no capitalismo financeiro neoliberal, com base no referencial teórico feminista. O déficit habitacional entre 2016 e 2019 foi basicamente feminino, compreendendo 60% de mulheres. Esse processo está relacionado entre outros aspectos com o endividamento feminino com os custos da reprodução social. A lógica neoliberal de desmantelamento de políticas sociais faz com que a responsabilidade pelos serviços públicos, que deveriam ser realizados pelo Estado, recaiam integralmente sobre mulheres, ampliando a superexploração do trabalho feminino. Como aponta Bhattacharya (2020) são as mulheres, no âmbito da desresponsabilização do Estado por políticas públicas pelo capitalismo neoliberal, que arcam com as despesas com alimentação, moradia, transportes públicos, escolas e hospitais públicos, ingredientes necessários para a produção da vida e reprodução social dos trabalhadores e suas famílias. Como afirmado por Cavallero e Gago (2019) viver no capitalismo financeiro produz dívida e está recaí principalmente sobre as mulheres e os corpos feminizados. Se anos atrás o endividamento dos setores populares se dava para o pagamento de crédito financeiro para a compra de casas e apartamentos, atualmente, o crédito tem sido utilizado para cobrir as despesas cotidianas. É um “endividamento para viver”, um endividamento ligado às tarefas da reprodução da vida sustentadas principalmente pelas mulheres. Dentro destas chaves, o trabalho busca refletir sobre o impacto do neoliberalismo na vida das mulheres, especialmente no que diz respeito a efetivação do direito à moradia adequada.

A REPRODUÇÃO SOCIAL TEM CASA: HABITAT E A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO

Desirée Bastos Matta (USP)

A busca por uma leitura feminista do marxismo traz à tona pontos de convergência na discussão de teóricas que vêm trabalhando o tema nas últimas décadas. Entre Silvia Federici, Tithi Bhattacharya, Angela Davis e Lise Vogel se destaca a centralização da força de trabalho como o motor capitalista, por ser a única mercadoria que pode criar valor quando inserida no processo de produção. Este olhar centralizado no trabalho humano leva a uma revisitação do conceito de classe para que seja superada a separação interna entre trabalhadores assalariados e não assalariados – e é esta ampliação do ponto de vista crítico teórico que cria a base para a investigação feminista no trabalho de reprodução social.

Voltar a Marx e Engels é necessário para apontar onde tocaram na questão da reprodução social, mas também para colocar em destaque como a área não foi suficientemente visitada pelos autores. Assim, as autoras citadas adentram o campo da parcela do trabalho necessário que não é representada pelo salário, a do trabalho reprodutivo realizado majoritariamente por mulheres no Habitat, e demonstram que trabalho produtivo e reprodutivo são processos dialéticos codependentes.

Este artigo relaciona o trabalho de autoras feministas da Teoria da Reprodução Social, estabelecendo base para o entendimento das condições da mulher no capitalismo contemporâneo, observando que as mesmas já forneceram respostas para críticas formuladas ao marxismo atualmente. Também implica a relação dialética das formas de habitação com a realização do trabalho doméstico e sua intrínseca relação com a produção capitalista. Conclui-se que o processo de reprodução social sempre foi parte da luta de classes e fonte dos principais conflitos que devemos atravessar para a emancipação da exploração capitalista.

CIRCUITOS DE REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA ABORDAGEM DESDE A GEOGRAFIA

Kena Azevedo Chaves (UNESP)

Assim como a produção, a reprodução social é condicionada histórica e geograficamente, havendo especificidades da relação entre reprodução da vida e acumulação capitalista em cada formação social. Como estratégias para investigação dessas especificidades territoriais, as feministas marxistas têm empregado uma série de ferramentas, dentre as quais o mapeamento de circuitos de reprodução. Tais circuitos dão conta de iluminar as continuidades entre reprodução e produção, ao mesmo tempo em que destacam a diversidade e volume de trabalhos, processos e instituições envolvidas na reprodução da vida. Em diálogo com a Teoria da Reprodução Social (TRS), autoras do Sul global têm produzido reflexões sobre formas de organização da reprodução social fora dos contextos urbano-industriais e exercitam perspectivas sobre como construir circuitos de reprodução que se expandam para além desses contextos, complexificando os quadros desenhados por autoras da TRS. Ainda que pouco explorada, a estratégia de enfocar circuitos de reprodução endereça provocações feministas sobre o necessário deslocamento das leituras economicistas, que privilegiam a análises das dinâmicas capitalistas focadas na produção e na esfera da economia. Nesta abordagem, a ideia de Life Making extrapola a produção da força de trabalho, se espalha para dimensões de reprodução da vida em ambiente comunitário e para a manutenção dos meios de reprodução que incorporam a natureza e atividades de subsistência. Os circuitos também evidenciam continuidades entre acumulação e reprodução que escapam aos ambientes diretos da produção, colocando em evidência a expropriação como mecanismo de privilegiado de acumulação e as interfaces desta com a reprodução da vida.

23/04 | 14h

sala 165 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**SUSTENTANDO A VIDA: REFLEXÕES SOBRE
O TRABALHO DE CUIDADO E A SOCIEDADE**

MEDIAÇÃO: MARGARITA OLIVEIRA (UFRJ)

MULHERES E ECONOMIA: É POSSÍVEL UMA CIÊNCIA ECONÔMICA FEMINISTA?

Clarice Menezes Vieira (UFRRJ) e Margarita Oliveira (UFRJ)

A economia construiu-se como campo do saber científico através de um gradual processo de alienação ao fim do qual tornou-se desprovida de qualquer relação com a realidade concreta. As mulheres e sua condição econômica, em particular, nunca foram sequer pensadas como temas por aquela ciência. Inicialmente, a economia política clássica, ao definir como seu objeto a produção e a distribuição de riqueza criada pelo trabalho “produtivo” (definido como aquele que gera mercadorias ou serviços circulando em mercados), abstraiu a divisão sexual do trabalho na qual a economia capitalista se baseia, que atribuiu às mulheres o trabalho realizado na esfera privada; e, com isso, excluiu sua participação no sistema econômico. Posteriormente, ao conferir ao mundo e à natureza um caráter estático e finito, e à raridade a origem do valor, o paradigma neoclássico transferiu seu foco, antes na riqueza material, para a forma como indivíduos lidam com a escassez de recursos através da operação de suas escolhas racionais. Como, na estrutura simbólica patriarcal, os homens são os agentes dotados das faculdades necessárias ao ato da escolha, a economia se tornou a ciência do homem econômico. Assim, embora saibamos que todas as ciências carregam os traços do androcentrismo vinculado ao pensamento moderno, a economia é uma ciência radicalmente patriarcal, sexista e misógina. Buscaremos, nesse artigo, recapitular o processo de alienação através do qual a economia se formou; discutiremos as possibilidades, tarefas e avanços do feminismo marxista no campo da ciência econômica, destacando, em especial, a Teoria da Reprodução Social; e, finalmente, analisaremos como este conhecimento pode se articular com outras iniciativas teóricas heterodoxas e outras correntes da economia feminista.

ISSO QUE CHAMAM AMOR É TRABALHO (PSÍQUICO)

Dafne Melo

O trabalho busca fazer um diálogo reflexivo e exploratório sobre possíveis contribuições entre (certa) psicanálise e (certo) marxismo: mais especificamente, um diálogo entre os aspectos subjetivos e psíquicos do trabalho de cuidado necessário para que o sujeito se constitua e a teoria da reprodução social desenvolvida por marxistas feministas. O elo entre esses dois elementos será construído por meio do conceito de trabalho. Se por um lado, no marxismo, o trabalho é um conceito central, e alvo de intensos debates, entre eles o debate sobre o trabalho de reprodução social, por outro, na psicanálise, ele não possui um status de centralidade, ainda que apareça com frequência na obra freudiana, em noções como “trabalho do sonho” [Traumarbeit] e “trabalho do luto” [Trauerarbeit], bem como se faz presente no conceito de elaboração ou perlaboração [do alemão, Durcharbeitung, Verarbeitung ou Bearbeitung, palavras que mantém o radical arbeit], cuja origem do latim, labor, remete ao mesmo significado. Se por um lado a psicanálise pode contribuir para que se compreenda aspectos subjetivos e psíquicos envolvidos no trabalho de reprodução social, por outro, que a psicanálise tenha no horizonte a teoria da reprodução social é fundamental para que se entenda a dimensão social do sofrimento psíquico de mulheres cuidadoras em nossa sociedade.

ARESPONSABILIZAÇÃO UNITÁRIA, A PARTIR DO SEXO, DOS AFAZERES DE CUIDADO SOCIAL, TEM NOS COLOCADO EM RELAÇÕES DESIGUAIS, EXPLORATÓRIAS E PRODUTORAS DE VIOLENCIAS DE GÊNERO

Queli Anschau (UFSC)

A responsabilização unitária, a partir do sexo, dos afazeres de cuidado social, tem nos colocado em relações desiguais, exploratórias e produtoras de violências de gênero. Isso mesmo: a “delícia” revolucionária dos afazeres do cuidado, que podem ser executados por qualquer sujeito social, ao não serem partilhadas, se tornam fardo para àquelas que nascem com vagina. Para Federici (2017), foram quatro séculos, caçando bruxas, criando tecnologia de gênero sobre o ser feminino, para sintonizar corpos e fazeres nos termos de um destino nato, os tais papéis sociais de gênero. Afinal, por que esses afazeres são subalternizados? A primeira pista é reconhecer que a vida tem valor social e não valor de mercado, assim como a terra, o ar, a água, a existência humana não pode ser mensurada por valores ditados pelo mercado, e isto, não é o mesmo que dizer sem valor. A segunda contradição a ser apreendida, está em desvelar que o cuidado social alteraria diretamente a lógica do capitalismo, por isso ele o ofusca e investe em sua subalternidade e sexualidade, com todas suas forças. Percebem onde assenta-se o grande apelo à família? Ao instinto materno? Quem cuidará gratuitamente dos braços até se tornarem fortes para a produção? Mas mais que isso, essa lógica desigual, sobrecarrega algumas e priva outros do exercício do cuidado. O cuidado social para Zirbel (2016) é a garantida de vida societária, não porque objetivamente para viver precisamos de cuidado, porque seu exercício é político. Para Gilligan (1982), o cuidado social é um exercício ético, transforma quem recebe e quem o executa. Mais que a sobrecarga dos cuidados sociais, é preciso colocar em pauta a comunitarização do cuidado social, para além do sexo e do Estado, com vista a ética do cuidado.

24 de abril

24/04 | 10h
sala 14 (prédio do meio)

mesa
**TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E
FEMINISMOS MARXISTAS**

MEDIAÇÃO: BRUNA DINIZ (USP)

A mesa Teoria da Reprodução Social (TRS) e Feminismos Marxistas tem o objetivo de apresentar elementos que consideramos fulcrais para a compreensão do lugar da TRS diante do(s) feminismo(s) marxista(s). Para tanto, interessa-nos apresentar: gênese, interlocução e bases teórica, conceitual e metodológica. Se uma parte do feminismo marxista se coloca no lugar de superação de Marx ou “com e contra” Marx, a TRS tem o intuito de preencher as lacunas de Marx desde o próprio Marx, tomando por referência o concreto das relações entre produção e reprodução, exploração e opressão, enquanto totalidade social, para fins de uma práxis revolucionária. Nesta mesa, abordaremos as perspectivas teóricas que fundam a TRS, demonstrando que ela é ao mesmo tempo fruto de uma longa tradição, tanto quanto logrou romper o histórico dualista que permaneceu durante os séculos XIX e XX. Seu resultado é uma teoria do trabalho capaz de tecer enquadramentos analíticos caros à contemporaneidade. A articulação gênero, raça e classe é um desses enquadramentos que será abordado via TRS e em diálogo com o conceito de interseccionalidade, com os feminismos negros, entre outras tradições de luta. As distintas formas em que essas três categorias são apreendidas resultam de bases conceituais e dispositivos heurísticos divergentes, resultando em horizontes e atuações políticas igualmente variadas. Neste sentido, o resgate ao método marxiano realizado pela TRS, através da categoria de mediação, nos auxilia na compreensão das pontes entre produção e reprodução; teoria e empiria; aparência e essência; entre outras formas de ser da totalidade social. Para tanto, apresentaremos um dos elementos que consideramos mais relevantes ao materialismo histórico e dialético: a relação entre universal, particular e singular, demonstrando como a TRS busca analisar a realidade social.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL: GÊNESE E SUAS INTERLOCUTORAS

Mariana Shinohara Roncato (Unicamp)

A Teoria Unitária nasce dentro de um fecundo debate feminista da década de 1970, porém, com uma miríade de questões e insights oriundos da tradição marxiana e socialista do século XIX. Sem abandonar a centralidade da categoria trabalho, porém, o expandindo para o âmbito da reprodução social, Lise Vogel inaugurou uma vertente de pensamento marxista, atualmente conhecida como Teoria da Reprodução Social, que objetiva desenvolver teoricamente questões, tais como: a análise materialista das opressões; a simbiose entre opressão e exploração; a relação entre produção e reprodução social, entre outros enfoques caros para crítica do capitalismo e à tradição marxista. Durante o século XX, grande parte do marxismo empregou análises dualistas para compreensão das opressões e da exploração. De outro lado, parte dos feminismos enveredou para uma perspectiva de que a teoria marxista demandava reformas, para tanto, categorias e métodos centrais desta corrente foram abandonados. Ao mesmo tempo negando esses dois caminhos, tanto quanto realizando um movimento de síntese dessas discussões, a TRS busca encontrar as bases da opressão de gênero no capitalismo, rejeitando as ideias de um patriarcado trans-histórico e questionando a divisão sexual do trabalho como chaves analíticas centrais. Através destas considerações, o presente artigo visa apresentar as interlocuções sobre a gênese desta corrente de pensamento, demonstrando seus avanços teóricos dentro do feminismo marxista, bem como advogando que a TRS se propõe enquanto uma teoria do trabalho capaz de ampliar a crítica do capitalismo. O resgate à origem deste pensamento nos permite encontrar elementos que remontam desde o socialismo utópico, feminismos negros, teorias da população, entre outros enquadramentos que permitiram sua construção na década de 1980, assim como seu atual florescimento.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A ARTICULAÇÃO ENTRE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

Bárbara Araújo Machado (UERJ)

A forma como as relações sociais de gênero, raça e classe social interagem entre si é uma discussão central para os movimentos sociais em geral e para o feminismo em particular, tanto do ponto de vista teórico quanto em termos das consequências políticas que a compreensão da natureza dessa interação implica. Diferentes correntes do feminismo têm formulado explicações para esse fenômeno, sendo a interseccionalidade um dos conceitos que adquiriu maior destaque. A presente comunicação tem como objetivo explicitar as particularidades através da qual a vertente marxista da Teoria da Reprodução Social explica a relação entre gênero, raça e classe, a partir de conceitos marxianos e em diálogo com o feminismo negro e outras tradições de luta.

RELAÇÃO ENTRE UNIVERSAL, PARTICULAR E SINGULAR COMO SUBSÍDIO TEÓRICO PARA ANÁLISES FEMINISTAS MARXISTAS A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Lívia de Cássia Godoi Moraes (UFES)

Um dos maiores desafios das feministas marxistas da Teoria da Reprodução Social (TRS) tem sido resgatar a dialética mediante um prevalecente economicismo em teorias e debates de feministas que se aproximaram – seja para se apropriar, seja para refutar – do marxismo, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, com impactos em análises mais recentes. Nosso objetivo neste artigo é ressaltar um dos elementos que consideramos mais relevantes no materialismo histórico dialético: a relação entre universal, particular e singular. Tal relação nos permite, por um lado, enfatizar os desafios postos pela realidade no que concerne aos níveis de abstração na análise do concreto, enquanto síntese de múltiplas determinações. Portanto, pensar o empírico relacionado à totalidade social e à teoria enquanto totalidade. Por outro, auxilia no desenvolvimento da crítica aos sistemas duplos e/ou triplos, bem como no debate crítico da interseccionalidade e da consubstancialidade, no sentido de uma ontologia integrativa. Trata-se de um exercício teórico que enfatiza a categoria mediação como fundamental para pensar os desafios postos à sociabilidade generificada e racializada e a totalidade social capitalista fetichizada.

24/04 | 10h

sala 118 (prédio do meio)

sessão de comunicações

CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA? DESAFIANDO O CÂNONE LITERÁRIO

MEDIAÇÃO: CAROLINA PETERS (USP)

POR UMA CRÍTICA LITERÁRIA FEMINISTA INTERESSADA NA LUTA DE CLASSES

Larissa Vannucci (USP)

A ideia que norteia a crítica literária feminista é de que gênero é construído socialmente e que essa construção corrobora com relações desiguais de poder. Isso é verdade, mas está na hora de transformos essa questão para ampliar as perspectivas de leitura e interpretação principalmente de personagens mulheres, abandonando o maniqueísmo inventado de que mulheres são sempre vítimas e homens sempre opressores. Este trabalho objetiva desenvolver uma visão mais abrangente, mantendo no horizonte de leitura a duplicidade do ser mulher, considerando as complexidades impostas pela sociedade de classes de que: a grande maioria das mulheres foi sim oprimida, mas algumas também foram opressoras; submissas, mas também subversivas; vítimas, mas também agentes. Para oferecer uma crítica literária feminista mais convincente para a construção de um mundo igualitário, precisamos abraçar essas complexidades. Portanto, partiremos da premissa da crítica literária Rita Felski de que não podemos pensar em agência feminina sem dar a mulheres a possibilidade de interpretar todos os papéis possíveis. Pretendemos abordar a problemática de uma visão estreita de uma parte da crítica literária feminista que enxerga personagens mulheres apenas como vítimas das circunstâncias e dos enredos aos quais estão inseridas e que tal postura crítica diminui mulheres na literatura e na vida. Confrontando análises de diferentes críticas literárias, poderemos enxergar como tal visão estreita é prejudicial para uma interpretação literária, mas também de mundo. Se literatura é política, precisamos concretizar a própria definição do termo de que “a crítica feminista é um ato político cujo objetivo não é simplesmente interpretar o mundo, mas muda-lo, mudando a consciência de quem lê e a sua relação com o que lê”.

UMA UTOPIA SEM DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO: UMA LEITURA MARXISTA DE "OS DESPOSSUÍDOS", DE URSULA K. LE GUIN

Mariana Luppi Foster (USP)

Esse trabalho buscará discutir o romance “Os Despossuídos”, da autora estadunidense Ursula Le Guin, a partir de seus possíveis diálogos com o feminismo marxista. A potencialidade crítica do gênero de Ficção Científica será debatida, considerando sua capacidade de construção de estranhamento em relação às estruturas sociais predominantes. Assim, o romance será tratado, por um lado, como um documento histórico, que expressa as preocupações de parte dos movimentos feministas e sociais em geral. Por outro lado, a obra também é um experimento mental focado em imaginar consequências da crítica social contemporânea, explorando a imaginação utópica para sugerir caminhos de transformação e criar provocações acerca das contradições desses caminhos, como indica o subtítulo “Uma utopia ambígua”. Nesse sentido está o diálogo com o marxismo: o romance ambienta-se parcialmente em uma sociedade identificada como anarquista, onde não existem as relações de produção, e consequentemente de gênero, baseadas na propriedade privada e no Estado. As condições imaginadas, portanto, são opostas aos EUA dos anos 1970, contexto de escrita do romance. Esse trabalho destacará particularmente a relação dessa construção literária com 1) as reivindicações históricas do feminismo socialista e anarquista, 2) o chamado “debate do trabalho doméstico”, importante contribuição para o feminismo marxista do período contemporâneo à obra, e 3) os desenvolvimentos da Teoria da Reprodução Social nas últimas décadas.

MARXISMO FEMINISTA, LITERATURA E GÊNERO: ENCONTROS LITERÁRIOS E TEMPORALIDADES ENTRE MULHERES PERSONAGENS DE VIRGINIA WOOLF E DE LYGIA FAGUNDES TELLES

Alice Miranda Maciel (USP)

O presente trabalho tem como intenção apresentar resultados parciais alcançados em pesquisa de iniciação científica, ainda em andamento, na Faculdade de Letras da USP-SP. A partir de referenciais teóricos da teoria crítica literária e da literatura comparada, esse estudo busca problematizar enfrentamentos femininos em diferentes tempos históricos, evidenciados pela análise da construção narrativa de mulheres personagens, identificadas em obras das escritoras Virginia Woolf e Lygia Fagundes Telles. No interior dessa discussão, realizada no tempo presente, propõe-se o debate sobre pontos de encontro entre a literatura das duas autoras, sublinhando, todavia, a diversidade de olhares do trabalho de ambas. Assim sendo, estabelece-se como objetivo amplo, a interpretação de narrativas curtas e romances das autoras, com enfoque nas obras “Mrs. Dalloway” (Woolf, 1925) e “Verão no Aquário” (Telles, 1969). A

partir de análise crítica literária de ambos os romances, observa-se muito fortemente o engajamento feminista das autoras superando dicotomias entre subjetividade e objetividade. Woolf e Telles expõem processos de formação da consciência feminina em suas personagens mulheres, respectivamente, Clarissa (Mrs. Dalloway) e Raíza (Verão no Aquário), perfazendo-se nas relações sociais que envolvem a trama dessas histórias o movimento e as contradições da luta de classes. No terreno das temáticas propostas, busca-se, portanto, reconhecer sob uma perspectiva marxista os feminismos presentes nas produções literárias das escritoras, fundamentais para a compreensão da mulher como ser social que “escovando a história a contrapelo” resiste contra a misoginia, a opressão da sociedade dividida em classes e a naturalização da desigualdade de gênero.

INTERSECCIONALIDADE NA LITERATURA: EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA

**Karla Raphaella Costa Pereira (UFERSA)
e Cícera Antoniele Cajazeiras da Silva (UFC)**

Proveniente do curso de extensão Literatura, educação e relações de gênero, realizado em 2023, na Universidade Federal Rural do Semi-árido, este trabalho apresenta resultado de debates em torno da análise de nove obras literárias cuja temática permitiu perceber o caráter educativo da socialização das relações de gênero, raça, classe e sexualidade. A literatura, como imagem criativa da realidade, permite visualizar a construção das múltiplas e contraditórias relações entre os indivíduos, assim observou-se como a educação, em sentido amplo e estrito, colabora para a perpetuação das ideologias e das práticas opressoras, além de possibilitar construir senso crítico em relação a elas. O objeto de análise foi o enredo das obras, a formação da individualidade das personagens como síntese de suas vivências na figuração literária. Partiu-se do entendimento da formação individual como uma construção histórica, não como uma imposição biológica, mas como produto da síntese de liberdade e condições independentes da vontade dos indivíduos. A análise interseccional aplicada à literatura permitiu compreender como essas relações se entrecruzam e interveem na formação das individualidades atravessadas pelas diversas formas de opressão da sociedade capitalista. O ponto de partida foi a necessidade de perceber que o papel de cuidado exercido pelas mulheres é proveniente de uma necessidade do capital, conforme explicitado por Lise Vogel, bem como tem uma gênese histórica, como demonstrado por Silvia Federici, daí a fundamental importância dessas atividades para a lógica atual do capitalismo, conforme Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza e outras. O estudo literário se apresenta, então, como uma rica forma de perceber as interseccionalidades nas vivências concretas.

24/04 | 14h

sala 236 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**CUIDADO COMO TRABALHO:
A VIRADA FEMINISTA**

MEDIAÇÃO: LÍVIA DE CÁSSIA GODOI MORAES (UFES)

A MULHER DA MULHER: E AGORA, QUEM VAI SER MULHER NO MEU LUGAR?

Árizla Quirino (USP)

O presente texto sugere uma reflexão sobre a condição dependente das mulheres trabalhadoras, que estão formalmente inseridas no mercado de trabalho, das mulheres que vendem sua força de trabalho, de maneira informal, no chamado "mercado de cuidados". A condição feminina, interpretada por um ponto de vista crítico, é atravessada pela divisão sexual do trabalho e pelo confinamento geográfico atrelado ao espaço privado, onde está isolada a dimensão reprodutiva da vida e da força de trabalho. Porém, a particularidade brasileira, quando olhada em retrospecto, sugere que o confinamento espacial não fora uma realidade absoluta como na realidade europeia. Além do trabalho dentro de casa, mulheres pobres, sobretudo na cidade de São Paulo, trabalhavam fora de suas casas ocupando espaços públicos e/ou privados assumindo tarefas reprodutivas vinculadas à alimentação, cuidado com crianças e idosos, comércio, e principalmente no trabalho doméstico. Pode-se dizer que o processo de modernização da economia brasileira já envolvia a mobilização indireta do trabalho das mulheres na criação das condições de reprodução da força de trabalho masculina como também feminina. A exploração do trabalho doméstico de mulheres empobrecidas, sobretudo negras e pardas, frequentemente associada a permanência de um traço escravista na sociedade brasileira, poderia ser também o que possibilitou a inserção de mulheres, sejam negras ou brancas, no mercado de trabalho? Deste modo, a reflexão aqui sugerida busca observar essa contradição da condição feminina no Brasil, mobilizando situações experienciadas em campo na periferia de São Paulo, para debater não só a permanência do trabalho doméstico na sociedade como a sua "função social" na reprodução da força de trabalho urbana, especialmente feminina.

POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADOS: EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES OU MERO AJUSTE À LÓGICA CAPITALISTA?

Ana Cristina de Oliveira Mélo (UFABC)

Este artigo propõe trazer reflexões iniciais acerca da Política Nacional de Cuidados, atualmente em elaboração no âmbito do Governo Federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e da Secretaria Nacional de Cuidados e Família, analisando-a sob a ótica da teoria da reprodução social que critica a superexploração das mulheres. Em 2022, a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (Cepal) incorporou a promoção da igualdade de gênero e da sociedade do cuidado como uma de suas áreas prioritárias para o desenvolvimento sustentável da região. Cabe refletirmos se existe de fato um compromisso com a emancipação das mulheres ou uma mera aceitação de sua contribuição no desenvolvimento capitalista. O artigo aborda alguns debates relacionados à crise dos cuidados, incluindo uma breve discussão sobre o trabalho reprodutivo, predominantemente realizado por mulheres. A questão central orientadora deste estudo é: a Política Nacional de Cuidados contribui de fato para a emancipação das mulheres ou, nas entrelinhas, objetiva o desenvolvimento do capitalismo à custa do trabalho precarizado realizado pelas mulheres? Dado o estágio inicial, de elaboração da política, este artigo não busca fornecer uma resposta definitiva, mas sim apresentar considerações sobre os desdobramentos que essa política pode trazer para a vida das mulheres e para o desenvolvimento do país.

APRENDENDO A CUIDAR: PERSPECTIVAS CRÍTICAS SOBRE O TRABALHO DE CUIDADOS DE IDOSOS EM HELENA HIRATA

Liliane Bordignon (Unicamp)

Apresenta-se aqui uma análise sobre as perspectivas críticas do trabalho de cuidados na obra da pesquisadora Helena Hirata. Desde a década de 2000, a socióloga do trabalho e do gênero tem se dedicado às pesquisas sobre o trabalho de cuidados de idosos no Brasil, França e Japão, revelando as contradições e precariedades que afetam, sobretudo, as mulheres cuidadoras. Considerando a importância da obra e temática, propõem-se aqui apresentar as principais teses da autora na definição do trabalho de cuidados de idosos por meio de revisão bibliográfica, buscando revelar hipóteses acerca da questão: como se aprende a cuidar de idosos? Como e por que o cuidado de idosos se profissionaliza no tempo presente, gerando a necessidade de formação profissional? As análises da autora sobre cuidado e cuidadoras são arquitetadas na perspectiva da consubstancialidade, conceito forjado no interior do feminismo materialista por Danièle Kergoat. Ao analisar os imbricamentos existentes entre gênero, raça e classe social no processo de reprodução social, a autora demonstra a centralidade das mulheres e a sobrecarga no trabalho de cuidados de idosos, gratuito e remunerado. Além disso, aporta perspectivas analíticas e dados que

contribuem com a problematização da naturalização do cuidado de idosos, a desqualificação, a ausência de direitos trabalhistas, formação e reconhecimento profissional das mulheres. As pesquisas de Helena Hirata demonstram que as cuidadoras parecem se qualificar para o trabalho, sobretudo, na experiência no setor de cuidados, muito próximo ao que acontece com o trabalho doméstico, ainda que o número de cursos técnicos de formação inicial e continuada de cuidadoras tenha aumentado nos últimos anos.

TRABALHO DE CUIDADO: UM ELEMENTO INTEGRANTE DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Giulia Maria Barossi (UFPR)

O trabalho em questão discute a relação entre a teoria unitária da reprodução social (TRS), que tem como marco inicial a publicação de Lise Vogel em 1983, e a teoria do cuidado, que reafirma os processos emocionais, afetivos e sexuais de tais trabalhos, buscando-se, desta forma, verificar as (im)possibilidades de compatibilização das referidas teorias. Debater esse entrelaçamento se tornou incontornável quando, no contexto da pandemia da covid-19, reavivou-se a expressão “crise dos cuidados” e, com isso, teóricas da TRS demonstraram como esta crise se situa dentro das contradições que provocam a crise estruturante da reprodução social. Sobretudo para a realidade brasileira, é imprescindível observar a porosidade das fronteiras do cuidado, que suscitam controvérsias sobre a necessidade de diferenciá-lo ou aproximá-lo do trabalho doméstico. Assim, este recorte norteia a seleção das contribuições teóricas, incluindo Helena Hirata e Nadya Guimarães, autoras que não se filiam à TRS, bem como pesquisadoras que reivindicam esta tradição, como Lívia Moraes e Patrícia Lemos. Este trabalho compõe uma pesquisa de mestrado em andamento que objetiva analisar o projeto de Política Nacional de Cuidados, em desenvolvimento por um grupo interministerial instituído pelo governo federal em 2023, e como este se propõe a modificar parte da reprodução social no Brasil. Deste modo, o trabalho expõe como os cuidados são um componente fundamental da reprodução social, a qual é mais abrangente do que tais atividades, sejam elas realizadas direta ou indiretamente, dentro ou fora do lar. À vista disso, comprehende-se que os cuidados são um elemento da reprodução social, que integra a totalidade social e, conjuntamente com o todo, é modificado historicamente.

24/04 | 14h

sala 103 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

DESAFIOS E AVANÇOS NA LUTA PELO ABORTO NO BRASIL

MEDIAÇÃO: BEATRIZ SANCHEZ (USP; CEBRAP)

**PARA ALÉM DA AUTONOMIA DOS CORPOS DAS MULHERES: A LUTA PELA LEGALIZAÇÃO DO
ABORTO NO CERNE DAS CONTRADIÇÕES E LUTAS PELA REPRODUÇÃO SOCIAL NO
CAPITALISMO**

Josefina Mastropaoolo (UFRJ)

A maioria dos processos pela descriminalização e legalização do aborto na América Latina se fundam na afirmação da autonomia dos corpos de mulheres e pessoas gestantes, como variável central do reconhecimento e garantia dos direitos reprodutivos. Em tempos de (ultra)neoliberalismo, (neo)conservadorismos e avanço da extrema-direita na região, pautas liberais se apresentam como radicalmente progressistas. Nesse sentido, bandeiras de luta como: “meu corpo, minhas regras” têm conseguido mobilizar mulheres e feministas para obter conquistas em torno ao aborto. Entendemos, a partir do feminismo marxista da Teoria da Reprodução Social, que esse horizonte de luta é necessário, mas insuficiente para produzir uma práxis crítica-transformadora. Assim objetivamos discutir não apenas o direito a decidir sobre os nossos corpos, mas situar esse debate e essa luta no marco de uma discussão teórica e de uma práxis política sobre as condições concretas da nossa reprodução social; a partir de uma perspectiva unitária em que raça, classe e gênero sejam lidos como constitutivos da mesma totalidade histórica. Nessa direção dialogamos com os debates sobre justiça reprodutiva propostos pelo feminismo negro. Discutimos a questão do aborto no cerne das contradições da produção-reprodução social no capitalismo. Ao mesmo tempo, com base na ontologia integrativa e na perspectiva de totalidade defendida pelas feministas da teoria unitária, é possível pensar as lutas pela descriminalização e legalização do aborto e as greves feministas como indissociáveis das condições nas quais acontece a reprodução da vida. Desde essa perspectiva, situamos a luta pela descriminalização total e pela legalização do aborto como parte constitutiva da luta de classes, e não apenas do movimento feminista.

ANÁLISE HISTÓRICA DA CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO NO BRASIL DESDE UMA PERSPECTIVA DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA FEMINISTA

Marília Vieira Ikeda (UEMG)

O artigo analisa, desde uma perspectiva histórica e a partir do materialismo dialético, a criminalização do aborto no Brasil como forma de controle do corpo feminino. Parte-se da compreensão que em um contexto histórico de uma sociedade capitalista e patriarcal, os estatutos legais espelham e fortalecem o machismo e consequentemente a superioridade do homem sobre a mulher. Para tal análise, examina-se a criminalização da mulher nos parâmetros da história brasileira. Analisa-se, também, a realidade do aborto no Brasil desde a perspectiva da classe e da raça. Para finalmente, compreender os motivos que determinam a permanência da criminalização do aborto apesar de se tratar de um grave problema de saúde pública e apesar da existência dos paradigmas de vida digna, igualdade e liberdade da mulher impostos pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

PROPRIAR É OBRIGAÇÃO E SER MÃE NÃO É ESCOLHA: CRÍTICA FEMINISTA, REPRODUÇÃO SOCIAL E CONTRADIÇÕES ENTRE A CRIMINALIZAÇÃO DO ABORTO E A SELETIVIDADE DO DIREITO À MATERNIDADE NO BRASIL

Bianca de Figueiredo Melo Villas Bôas (USP)

O presente trabalho se vale da análise materialista-dialética oferecida pela teoria da reprodução social para questionar duas chaves centrais na discussão dos direitos sexuais e reprodutivos: o direito ao aborto e a proteção à maternidade. A maternidade se converte, nas democracias liberais, em um direito positivado por institutos que cuidam de ampará-la legalmente. A criminalização da interrupção da gravidez, a licença-maternidade, a estabilidade provisória gestacional, o pré-natal, a prioridade em filas e assentos são só alguns dos exemplos do que o Estado enxerga como direitos necessários à proteção da maternidade. Tais “direitos”, em especial a proibição do aborto, são lidos como leis protetivas não só ao “direito de ser mãe”, mas também ao “direito à vida” de quem irá nascer. O nascimento, é assunto do Estado. O trabalho procura demonstrar como essas demandas, o direito à maternidade e ao aborto legal, se tensionam, contradizem e ocultam determinações estruturais. Para tanto, a pesquisa apoia-se em teóricas da reprodução social (FEDERICI, 2017; VOGEL, 1983; BHATTACHARYA, 2019) para apresentar como mecanismos jurídicos considerados protetivos pelas democracias liberais amparam historicamente o interesse político e econômico do Estado no controle da atividade reprodutiva das mulheres. Contrasta-se, ainda, a realidade material marcada por raça e classe das brasileiras (SAFFIOTI, 2001; GONZALEZ, 2020; CARNEIRO, 2020) que são atravessadas pela contradição de uma maternidade a um só tempo compulsória e impossível. Ao final, a crítica proposta pretende contribuir para uma maior clareza na leitura dos direitos sexuais e reprodutivos reconhecidos pelo ordenamento brasileiro, sem que isso implique em armadilhas que limitem a resistência feminista do tempo presente.

TRABALHO REPRODUTIVO, ABORTO E NEOCONSERVADORISMO: TENSÕES ENTRE POLÍTICA E RELIGIÃO SOB A PERSPECTIVA DO MARXISMO FEMINISTA

Célia Arribas (UFJF)

O artigo analisa a relação entre trabalho reprodutivo, aborto e a atuação de grupos religiosos na arena pública sob a perspectiva do marxismo feminista. Inicialmente, destaca-se o trabalho doméstico e dos cuidados como uma forma de exploração das mulheres no capitalismo, incendiando sobre sua autonomia e fundamentando a dominação masculina racial e colonial. Em seguida, aborda as disputas em torno da descriminalização do aborto no Brasil, delineando duas posições antagônicas: “pró-escolha”, defendida por movimentos feministas e defensores dos direitos humanos; e “pró-vida”, mantida por setores conservadores, incluindo grupos religiosos e políticos. O artigo explora mais detidamente a dinâmica da militância espírita nas controvérsias públicas sobre descriminalização do aborto a partir das distintas reações, de repulsa ou de atração, em relação aos desdobramentos do avanço do neoconservadorismo no país, com destaque para a polarização política intensa e o fortalecimento de alianças entre políticos conservadores e líderes religiosos, especialmente evangélicos, a partir do golpe de 2016, passando pelas disputas presidenciais de 2018 e a condução do governo Bolsonaro. Conclui-se enfatizando como as discussões sobre aborto podem ser lidas como uma drágea compacta de várias dimensões da vida social – família, maternidade, cuidados, divisão sexual do trabalho e de responsabilidades, desigualdades e democracia –, servindo de termômetro para refletir sobre as relações entre política e religião na construção de políticas públicas de gênero. O controle sobre os corpos que reproduzem pode ser lido através da luta pelo direito ao aborto, que se entrelaça com a luta por melhores condições de trabalho e por políticas que reconheçam e valorizem o trabalho doméstico e de cuidados.

SEXISMO AMBIVALENTE E REPRODUÇÃO SOCIAL: UMA PERSPECTIVA DO CONTEXTO BRASILEIRO

Ana Maria Bercht e Angelo Brandelli Costa (PUC-RS)

A teoria do sexismo ambivalente descreve que o sexismo tem uma faceta hostil, onde a mensagem de inferioridade e subserviência das mulheres em relação aos homens é evidente, e uma benevolente, mais sutil, que aparece quando, por exemplo, se diz que mulheres cuidam melhor da casa e dos filhos do que homens. Essa ambivalência sustenta representações polarizadas, como “santas” e “putas”, mulheres “boas” (como as voltadas para o lar e marido) e mulheres “ruins” (como feministas, lésbicas, etc). A pauta dos direitos reprodutivos, em especial no que tange ao aborto, segue sendo uma das áreas onde o feminismo encontra maior resistência. Isso se deve a importância que a reprodução social, composta pelas esferas da reprodução biológica da espécie, a reprodução da força de trabalho e a reprodução das necessidades de apropriação e cuidado, tem na manutenção do patriarcado capitalista. Segundo investigações internacionais,

realizamos uma pesquisa com o intuito de verificar, em uma amostra brasileira, se alguma das facetas do sexismo se relacionaria mais fortemente com atitudes de oposição ao aborto. Foi realizado um survey online, de recorte quantitativo e transversal, com escalas para medir o sexismo ambivalente e estas atitudes de oposição. Os resultados parciais revelam que na amostra de 510 pessoas, o sexismo hostil correlacionou-se mais fortemente com posições contrárias tanto ao aborto eletivo como ao traumático (casos de estupro e risco de vida à gestante), dado que difere de pesquisas internacionais onde o benévolos mostrou-se mais presente. Propõem-se uma compreensão através das lentes do feminismo materialista, em especial teorias da reprodução social que fazem o uso da categoria “trabalho” para pensar a apropriação dos produtos dos corpos das mulheres.

24/04 | 14h

sala 106 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
ARTE COMO RESISTÊNCIA: PERSPECTIVAS
FEMINISTAS NA CULTURA CONTEMPORÂNEA

MEDIAÇÃO: CAROLINA PETERS (USP)

A PERSPECTIVA DA ESCAVADORA: PELOS BUEIROS DA HISTÓRIA DO TEATRO POLÍTICO BRASILEIRO

Patricia Borin Ribeiro (Unesp)

Após a conclusão da pesquisa de Mestrado "Nas profundezas do mar da história do teatro político brasileiro: Um estudo feminista acerca das dramaturgas que escreveram de 1964 a 1985" (2024) e a temporada da peça "Um azul nos bueiros de São Paulo" (2023), lanço a seguinte pergunta: estaria diante de uma perspectiva escavadora? Nestes estudos investiguei a memória de mulheres que escreveram teatro nos anos da ditadura civil militar brasileira e que tiveram seus nomes apagados da história oficial. Com o avanço das pesquisas feministas em artes cênicas, muitas destas mulheres foram reveladas por pesquisadoras, algumas destas valendo-se dos arquivos como meio de acessar essa memória ocultada da história oficial. Na peça, a dramaturga-narradora escava nos bueiros da cidade memórias perdidas, até encontrar com a figura própria da memória. Quando acesso a produção destas mulheres, noto uma forma de atuação política profícua na cena e na vida pública. Compreendo, então, que olhar para a história recente da produção dramatúrgica auxilia não só a reescrever uma historiografia que apresenta lacunas, mas a rever a caracterização da cena política, cruzando questões de classe, gênero e raça-etnia. Ainda, quando estamos diante do atual teatro político, sob a perspectiva de grupos que trazem a pauta identitária no período pós redemocratização, podemos nos arriscar a falar de um "novo teatro político", que não pode mais se furtar a enfrentar questões tão candentes como a luta das mulheres, des negres e des LGBTQIA+. Desta forma, o trabalho a ser apresentado na 1^a Conferência Internacional Marxismo Feminista pretende atravessar estas análises, refletindo o que o "gestus social" de escavar nos revela acerca da perspectiva feminista a respeito da história do teatro político brasileiro.

DIALÉTICA FANONIANA E FEMINISMO NEGRO INTERSECCIONAL EM 'A SENZALA VISTA DA CASA-GRANDE', CRÍTICA DE MARIA BEATRIZ NASCIMENTO AO FILME 'XICA DA SILVA' (1976)

Mariana Queen Nwabasili (USP)

Propõe-se uma leitura inovadora do artigo “A senzala vista da casa-grande”, texto crítico ao filme “Xica da Silva” (Cacá Diegues, 1976) realizado pela historiadora, poetiza e militante feminista negra Maria Beatriz Nascimento. A crítica, publicada no jornal alternativo *Opinião* em 1976, ganhou grande repercussão por ter, entre outros fatores, levado à construção do termo “patrulhas ideológica” pelo cineasta Cacá Diegues em 1978. Além disso, é considerada como uma das críticas cinematográficas que, na época, colocava “em prática alguns pressupostos da crítica marxista, voltada a desmistificar a ideologia latente dos filmes” (ADAMATTI, 2020). A partir disso e considerando perspectivas de Bakhtin/Voloshinov (2004) e dos Feminismos Negro e Interseccional, a comunicação propõe transcender as leituras que confinam o texto e o gesto crítico de Nascimento à uma análise que separa aquilo que é político-ideológico do que é artístico-formal. Por fim, aponta um aspecto pouco analisado do famoso artigo: a evidenciação de um pensamento dialético de verve fanoniana (FANON, 2008) no trecho em que a autora convoca e questiona o que “de negro” (como característica humana) há no próprio diretor Cacá Diegues, mas que este só consegue reconhecer como algo pertencente e a ser valorizado como “outro-negro”. Sabe-se que Nascimento foi leitora de Neuza Santos Souza (NASCIMENTO, 2022), que configura entre as e os responsáveis por introduzir o pensamento fanoniano no Brasil nas décadas de 1970 e 1980 (NASCIMENTO, 2019; FAUSTINO, 2025). Vale dizer que entendemos Maria Beatriz Nascimento como uma das pioneiras e antecipadoras, no país, do Feminismo Negro, do Feminismo Interseccional (SOBRINHO, 2020) e de uma crítica de cinema feminista negra interseccional na História do Cinema Brasileiro.

DANÇA, FEMINISMO E COMUNICAÇÃO: DISCUSSÕES ATRAVÉS DE UM VIÉS MARXISTA

Ana Leopoldino (USP)

O seguinte trabalho objetiva abrir uma discussão acerca da potencialidade da presença da dança nas discussões de gênero do feminismo marxista. A dança é uma prática de cunho comunicativo, que se relaciona com o meio político que a cerca. É por meio do corpo em movimento que a dança acontece, e o corpo, é condicionado às lógicas políticas estruturais que se relacionam diretamente com o sistema econômico e as dinâmicas político-sociais de um contexto. No Brasil, um país de capitalismo dependente, os corpos afetam-se pelas dinâmicas ocasionadas por esse contexto. O feminismo é visto aqui como um disparador de questões que envolvem o corpo nas discussões de gênero e que não pode se distanciar das análises políticas contextuais. Nesse sentido, a dança como uma potente comunicadora através da arte, pode trazer contribuições valiosas às discussões de gênero e ao vasto campo de abordagens do marxismo. O marxismo enquanto uma análise da superestrutura social, abre caminhos para realizar um balanço concreto das condições estruturais da vida no capitalismo através do método materialismo histórico-dialético.

Deste modo, aglutinar dança e feminismo marxista não só faz sentido, como se faz necessário, pois aborda a criticidade proposta pela arte, junto a fatos concretos e materiais da discussão de gênero. É através do respaldo teórico de autoras da área da dança como Katz e Greiner (2005), Corrêa (2011), Guzzo e Spink (2015) e Chagas (2018), além das autoras que trazem à tona as discussões de gênero através do âmbito marxista: Saffioti (1976), Montenegro (1981), Hooks (2018), Gago (2020) e dos autores do campo marxista que se aprofundam no método materialista histórico-dialético: Engels e Marx (2009), Netto (2011), e Leite (2019) que este trabalho se aprofunda em tais discussões.

24/04 | 14h

sala 130 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
TEORIA CRÍTICA E FEMINISMO

**MEDIAÇÃO: ANA BEATRIZ BARBOSA DE CARVALHO E SILVA
(UNICAMP)**

A TEORIA CRÍTICA DE IRIS YOUNG: O MARXISMO FEMINISTA COMO “TEORIZAÇÃO COM INTENÇÃO PRÁTICA”

Lorenzo Bicca Estivallet (UERJ)

Este trabalho tem como objetivo reconstruir a relação entre a obra da filósofa estadunidense Iris Marion Young (1949-2006) e o marxismo, com base na própria autocompreensão da autora sobre as tarefas e estratégias feministas frente a elaborações teóricas que se preocupam com problemas práticos. Buscarei sustentar que Young mobilizou um arcabouço teórico que dialogava com a fenomenologia, pensamento democrático radical e crítica cultural sem perder de vista seu engajamento com a Teoria Crítica Feminista ao tratar de questões teóricas enraizadas em contextos sociais específicos. Com o intuito de desenvolver esse argumento, em primeiro lugar, sintetizarei a crítica de Young em relação à teoria dos sistemas duplos, que seria incapaz de explicar a imbricação entre patriarcado e capitalismo. Esse primeiro passo não pretende ser exaustivo, uma vez que o debate sobre a tentativa de elaboração de uma teoria unitária da opressão das mulheres ensejou um amplo campo de estudos no marxismo feminista. Contudo, trata-se de um movimento elementar para o segundo momento deste trabalho, em que pretendo vincular a posição de Young na discussão sobre o materialismo histórico feminista às suas escolhas teóricas posteriores, chamando atenção para a conexão entre dominação, opressão, justiça social e o espaço urbano na obra da autora. Por fim, o texto pretende tanto fazer um balanço crítico da pragmática do marxismo de Young quanto sugerir que o ecletismo característico da trajetória intelectual da autora permitiu a produção de perguntas frutíferas a respeito da relação entre gênero, sexualidade, raça, cidade e democracia, dentre outros eixos estruturais do capitalismo contemporâneo.

TEORIA CRÍTICA E O "MERAMENTE EXPERIENCIADO": UMA LACUNA NO PENSAMENTO DE NANCY FRASER?

Gustavo Frota Lima e Silva (USP)

O enraizamento empírico das reflexões normativas representa uma das características centrais da Teoria Crítica. Nas obras que se filiam a essa tradição, há o esforço pelo estabelecimento de uma dialética de imanência e transcendência, que se expressa por meio de um intervalo a ser preservado entre as normas e os contextos sociais que lhes dão origem. A força radical e a orientação para a emancipação da tradição crítica dependem, portanto, dessa abertura dialética em que se assume uma espécie de superávit de validade normativa frente à realidade social imediata, sem que se perca de vista o caráter reflexivo e historicamente enraizado de todo o empreendimento teórico. Esse caráter reflexivo da Teoria Crítica expressa-se pelo compromisso de que as perspectivas e experiências sociais de sujeitos vitimados por processos de opressão sejam representadas em termos filosóficos: a perspectiva do teórico deve estar relacionada, dialogicamente, às perspectivas participantes. O presente trabalho busca analisar o modo como tal empreendimento teórico-dialético é figurado no pensamento de Nancy Fraser. Em especial, pretende-se, seguindo Lois McNay, estabelecer uma crítica à tendência contemporânea de pensadores ligados ao campo crítico de desconsiderar a importância das experiências vividas e, deste modo, traír os compromissos teóricos da tradição em favor de uma "crítica guiada por paradigmas". Trata-se, portanto, de investigar a categoria de experiência no âmbito do pensamento de Fraser e de explicitar a desconfiança professa pela autora em relação ao que denomina de "meramente experienciado". Busca-se, assim, apontar uma possível lacuna crítica no pensamento de Fraser, bem como indicar os modos pelos quais uma consideração mais cuidadosa da categoria de experiência poderia supri-la.

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO

Ana Cristina Oliveira de Oliveira (UFF)

As análises marxistas sobre os rumos da classe trabalhadora global têm sido desafiadas teoricamente. Um elemento crucial é o reconhecimento da estrutura da reprodução social intrinsecamente relacionada à produção social. Desafio este que explicita um olhar mais apurado na compreensão da classe trabalhadora para além da esfera produtiva e que a Teoria da Reprodução Social (TRS) vem acumulando e contribuindo para desvelar a existência da vida produtiva sob o domínio direto do capitalismo e a esfera reprodutiva como uma unidade dialética, intrinsecamente relacionadas. A reprodução da vida social, apesar de ser trans-histórica, estaria relacionada à exploração do trabalho de um capitalismo heterossexista, racista e de caráter dependente? A separação do mundo do trabalho (espaços de produção de valor) e o mundo da família (espaços de

reprodução da força de trabalho) indica uma revisão crítica da teoria do valor e implica reconhecer uma forma histórica particular de trabalho integrada ao modo de produção capitalista. A intenção, portanto, do artigo é pensar a relação entre superexploração do trabalho, defendida pela Teoria Marxista da Dependência, e o trabalho doméstico feminino, pela TRS, numa totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação e reprodução. E com isto, perceber que a inserção da classe trabalhadora no contrato sexual na esfera doméstica determina que as mulheres sejam os sujeitos responsáveis pela reprodução e pelo cuidado.

24/04 | 14h

sala 132 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO
(E PARA) O BRASIL**

MEDIAÇÃO: RENATA FALAVINA (UNICAMP)

**FAMÍLIAS DA CLASSE TRABALHADORA NA RELAÇÃO ENTRE TRABALHO PRODUTIVO E
TRABALHO REPRODUTIVO: UMA ABORDAGEM DE GÊNERO, RAÇA, CLASSE E ESPAÇO**

Jéssica Alves de Lima Germine (UFABC)

Este trabalho propõe um diálogo teórico entre autoras da Teoria da Reprodução Social (TRS) e intelectuais brasileiros, como Heleith Saffioti, Lélia Gonzalez e Milton Santos, para discutir o lugar complexo que as famílias da classe trabalhadora ocupam na dinâmica capitalista. O diálogo entre tais autores se justifica pela coerência teórico-metodológica, visto que, tanto para a TRS quanto para os citados autores brasileiros, a noção de totalidade é tida como um conjunto de relações em que as partes se relacionam entre si e com o todo numa dinâmica dialética, com interferências internas e externas, coconstituindo-se. Primeiramente, o artigo defende uma abordagem dialética para a análise das relações de gênero, raça, classe e espaço na divisão social do trabalho. Em seguida, discute a posição que as famílias da classe trabalhadora ocupam na relação dialética entre produção e reprodução. Por fim, volta-se às famílias brasileiras na sua concretude, discutindo a complexa trama que envolve a reprodução da força de trabalho e o trabalho produtivo assalariado, num contexto em que racismo, sexism e uma distribuição espacial heterogênea atravessam organizações familiares que não se resumem ao modelo patriarcal nuclear. Argumentamos que os espaços públicos e privados, frequentemente apresentados como esferas rigidamente separadas, são, na verdade, repartições espaciais fictícias em que se realizam atividades produtivas e reprodutivas. As famílias se encontram nessa relação híbrida de produção-e-reprodução, transitando entre o trabalho remunerado e suas residências, e deslocando-se por cidades segregadas sob critérios raciais.

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E SUA RECEPÇÃO NO BRASIL ENTRE OS ANOS DE 2013-2022

Juliana dos Reis Abrantes (UFES)

Este trabalho buscar realizar uma breve apresentação da Teoria da Reprodução Social (TRS) desde seu surgimento, a partir da ideia de uma teoria unitária. Assim como, sua consolidação enquanto uma teoria marxista feminista, mas não somente, uma teoria social integrativa que aponta para o desenvolvimento da teoria marxista como um todo. Outro elemento destacado a partir da lente da TRS é a relação dialética entre as subjetividades e especificidades das mulheres que compõe a classe trabalhadora e a materialidade concreta dos efeitos da crise de reprodução social que vão atravessar tais subjetividades e particularidades. Ao analisarmos os elementos que conformam o que é ser uma mulher racializada no Brasil é possível enxergar nitidamente o porquê de os efeitos dessa crise incidirem de forma visceral sobre essas mulheres, tais como falta de oportunidade no mercado de trabalho formal, precarização das condições de trabalho, todas as formas como o racismo as atravessam cotidianamente, sua posição de cuidadora e concomitantemente a falta de cuidado para com elas etc. Outro elemento a ser destacado é a compreensão de que a construção e o desenvolvimento da Teoria da Reprodução Social no Brasil não vêm sendo feito de forma mecânica, ou seja, há uma preocupação genuína das autoras em desenvolver a teoria a partir das características, especificidades e traços sociais que nos tornam um país periférico, constituído a partir do colonialismo e imperialismo, marcado por uma cultura escravocrata e racista até os dias de hoje.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O TRABALHO DO CUIDADO: UMA REFLEXÃO SOBRE O PROCESSO ELABORAÇÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE CUIDADO NO BRASIL

Kharina Roberta Santos Lima e Claudilene da Costa Ramalho (UFVJM)

Essa proposta de artigo tem por objetivo discorrer a Teoria da Reprodução Social-TRS, em especial realizar um debate sobre as contribuições dessa teoria para refletir os desafios da elaboração da Política Nacional do Cuidado no Brasil. A TRS é central para refletirmos que o trabalho de cuidado historicamente invisibilizado e na maioria das vezes não pago fica ou ficou a cargo das mulheres, como fruto da opressão e exploração que estruturam a sociedade capitalista-patriarcal- racista. Nesse sentido, o artigo proposto inicia-se refletindo aspectos conceituais da TRS, buscando apresentar as principais teóricas da TRS e as contribuições dessa teoria para refletir sobre o trabalho do cuidado. Brevemente procuraremos tecer reflexões acerca do trabalho de cuidado no Brasil, que vem sendo alvo de políticas públicas. Relacionar a TRS com as Políticas Públicas voltada ao cuidado, significa compreender caráter contraditório das políticas públicas com o foco no trabalho do cuidado. Nesse sentido, abordaremos o processo de elaboração da Política Nacional do Cuidado no Brasil, ressaltando o debate sobre crise do cuidado, demonstrando que tal crise expressa a principal contradição entre capital e reprodução social. Desta forma, é indispensável a TRS, para desvelar as contradições que colocam na elaboração de uma Política Nacional do Cuidado no Brasil. Uma vez que as contradições que o capitalismo-patriarcado-racismo impõe na reprodução da vida, demonstra que mesmo que essa política seja uma conquista para a luta feminista, para sua efetivação será necessário um campo de luta e disputa constante, uma vez que o trabalho de cuidado central para a reprodução das estruturas de opressões e exploração.

24/04 | 14h

sala 134 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**PANDEMIA E GÊNERO: IMPACTOS E
RESPOSTAS FEMINISTAS À COVID-19"**

MEDIAÇÃO: EUGENIA BRAGE (USP)

MULHERES E TRABALHO: O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASILE AMÉRICA DO SUL

Luiza de Souza Azevedo

A presente investigação busca compreender como a pandemia da covid-19 afetou mulheres brasileiras e sul-americanas no âmbito do trabalho. No momento inicial são apresentados conceitos e reflexões de pensadoras feministas em busca de compreender a relação entre mulheres e trabalho. Somado a isso, são apresentados dados produzidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) sobre o mercado de trabalho durante a pandemia por sexo, com foco no ano de 2020. O enfoque está no Brasil e sua posição comparativa na América do Sul e passa pelos seguintes temas: trabalho doméstico, teletrabalho e economia do cuidado. Palavras-chave: Trabalho. Mulheres. Teoria Feminista. Sistema ONU. Trabalho Doméstico. Teletrabalho. Economia do Cuidado.

**GRUPOS DE MULHERES ONLINE NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NO BRASIL:
INTERPELAÇÃO DE CLASSE NA DISPUTA DE NARRATIVAS**

Patrícia Menezes Visentin (PUC-RS)

A pandemia da Covid - 19 potencializou problemas na esfera sanitária, econômica, política e social, especialmente em países em desenvolvimento como o Brasil. Nesse contexto, através de práticas neoliberais alinhadas a expansão da lógica capitalista, o governo Bolsonaro teve sua performance presidencial marcada por decisões que precarizaram a vida da maior parte da população -

grupos historicamente mais vulneráveis como as mulheres foram os mais afetados, em detrimento da manutenção da hegemonia de classes. Grupos nas redes sociais tiveram destaque na organização de ações de suporte, e, na formação de movimentos de resistência ao modelo de governo autoritário. Neste trabalho, serão apresentados dados de uma dissertação de mestrado do PPG de Sociologia e Ciência Política da PUCRS. A pesquisa buscou analisar através de entrevistas semiestruturadas, a realidade de mulheres brasileiras no percurso da pandemia pertencentes a 3 grupos privados da rede social Facebook. Compreender as dinâmicas dos grupos e como as participantes percebiam as condutas do Governo Federal, também foi foco de análise. O referencial de análise foi a Análise do Discurso Foucaultiana e o Feminismo Interseccional, considerando diferentes marcadores sociais. Foram entrevistadas mulheres do RS, SP, DF e RN. Nesses grupos, mulheres oferecem acolhimento umas às outras através de políticas da amizade. Contudo, um dos resultados da pesquisa mostrou relações de competitividade. Além disso, mulheres de classe socioeconômica baixa e mulheres de classe socioeconômica alta com status social privilegiado, relataram vivências opostas, demarcando a importância do atravessamento de classe nas relações contemporâneas.

RELAÇÕES SOCIAIS DE SEXO, CLASSE E RACA NA REALIDADE BRASILEIRA: A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MERCADO DE TRABALHO SOB O VIÉS DO FEMINISMO MATERIALISTA EM UM CONTEXTO PANDÊMICO

**Camila Machado Vidal, Marya Clara Damascena Melo
e Vitória Thammy Oliveira de Araújo (UFRN)**

Este trabalho apresenta uma análise feminista marxista com o intuito de aprofundar o entendimento crítico sobre a consubstancialidade das relações sociais de sexo, raça e classe na inserção das mulheres no mercado de trabalho no contexto pandêmico da Covid-19 no Brasil. O objetivo deste estudo consiste em examinar de que maneira essas inter-relações exercem influência sobre a situação das mulheres na complexa estrutura da divisão sexual do trabalho, enfatizando a falta de políticas públicas amplas e efetivas, principalmente quando trata-se das adversidades vivenciadas na pandemia. A metodologia adotada abarca tanto a revisão da literatura de autoras Saffioti (2013), Hirata (2022), Kergoat (2004), Cisne (2018), quanto a análise de dados quantitativos do IBGE, PNAD e do IPEA compreendendo o período entre 2019 a 2020. O propósito essencial é destacar o paradoxo dessa desigualdade, segundo a qual a divisão sexual do trabalho é sempre estruturada por um princípio hierárquico: o trabalho masculino tem sempre um valor superior ao trabalho feminino. Intrínseco a esse princípio hierárquico, a alocação de responsabilidades profissionais destaca uma reflexão sobre as contradições presentes na distribuição do trabalho e como resulta na inferiorização das mulheres. O estudo aborda, adicionalmente, a análise de políticas públicas essenciais para promover a igualdade no mercado de trabalho, identificando lacunas e desafios para sua implementação no contexto brasileiro. Além disso, investiga a inter-relação entre divisão sexual do trabalho, precarização social e precarização do trabalho, visando compreender como esses fatores impactam a qualidade e estabilidade laboral das mulheres, especialmente no contexto da pandemia de COVID-19, considerando as imbricações de gênero, classe e raça.

24/04 | 14h

sala 230 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**CIÊNCIA E EDUCAÇÃO SOB A
PERSPECTIVA FEMINISTA**

MEDIAÇÃO: MARIA FERNANDA MONTERO (PUC-SP)

**MATERNIDADE, EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO: REPENSANDO O PAPEL SOCIAL DA
MATERNIDADE NOS CURRÍCULOS DE CIÊNCIAS E MATEMÁTICA**

Roberta de Oliveira Barbosa e Deise Aparecida Peralta (Unesp)

A maternidade enquanto um papel biológico e social tem estreita relação com o ensino de ciências e matemática devido aos aspectos biológicos da reprodução abordados nas disciplinas de ciências e biologia, e dado que a matemática é necessária para que as pessoas possam ler as desigualdades e sujeições e subordinações sociais as quais estão submetidas. Dentro deste contexto, está sendo desenvolvida uma pesquisa de doutorado que visa “Investigar de que forma a representação da maternidade nos currículos escolares de ciências e matemática interage com as influências do sistema capitalista no cuidado parental, em uma abordagem fundamentada na teoria crítica da sociedade que destaque o potencial do cuidado parental para a emancipação humana” entendendo que esta indubitavelmente está presente nos currículos e vai além dos conceitos biológicos e reprodutivos, uma vez que os currículos são além de documentos, textos sociais que refletem valores, crenças e ideologias, carregando significados culturais e políticos. A pesquisa em questão se apoia em preceitos da teoria crítica e se pauta em teóricas como Nancy Fraser, Rahel Jaeggi, Amy Allen, Seyla Benhabib e Silvia Federici para realizar uma leitura dos modos de maternar da modernidade, com particular interesse em comparar os modos de maternar predominantes no sul global com os do norte global, bem como para contextualizar a sociedade capitalista neoliberal na qual é construído o papel social da maternidade e os modelos de maternidade reproduzidos na sociedade, e consequentemente nos currículos escolares. Além do aporte teórico, espera-se que a análise de documentos curriculares e a reflexão da jovem mãe pesquisadora sejam capazes de diagnosticar em alguma medida as intersecções entre a maternidade e o currículo escolar.

RUPTURA E (RE) CONSTRUÇÃO: UM DEBATE SOBRE O POTENCIAL CRÍTICO DA EPISTEMOLOGIA FEMINISTA

Jocieli Decol (UFSC)

A ciência, enquanto um produto social, é marcada por dinâmicas de poder que conformam determinado tempo e espaço. Nesse sentido, relações de desigualdade e injustiça atravessam esse campo, estruturando-o. Falar sobre ciência e feminismo, portanto, significa compreender que as relações de gênero têm moldado historicamente a ciência e seus produtos. E que, para repensar essa dinâmica, é preciso um reexame de conceitos epistemológicos centrais que fundamentam o conhecimento científico. Os estudos feministas da ciência, ao assumirem essa tarefa, vêm transformando o conteúdo do conhecimento científico e desestabilizando o cerne masculino que sustenta a epistemologia dominante. Mas o que são os estudos feministas da ciência? O que compõe essa área? Como classificá-la? A sistematização tripartite desenvolvida por Sandra Harding em 1986 tem sido uma das mais difundidas dentro deste campo. Nela, a autora apresenta três vertentes dentro de uma Epistemologia Feminista - o feminismo empirista, o feminismo pós-moderno e o feminismo do standpoint. Neste estudo, partimos da crítica a este modelo de classificação apontado por Elizabeth Anderson (2020) para apresentar a hipótese de que as formulações centrais do campo de estudos feministas da ciência podem ser concentradas em três grandes dimensões: i) histórica; ii) material/estrutural; e iii) epistêmica. Dentro desta última dimensão, identificamos dois eixos centrais: um de ruptura e outro de reconstrução. A partir deste novo esboço de sistematização, buscamos aprofundar o debate sobre a formação, estruturação e difusão dos estudos feministas da ciência, além de evidenciar o potencial crítico da Epistemologia Feminista dentro deste campo.

MULHER E CIÊNCIA: UMA ANÁLISE FEMINISTA DA PRODUÇÃO ACADÊMICA SOBRE ESSA RELAÇÃO

Fernanda Meneghini Machado (UERJ)

O trabalho a ser apresentado é parte do resultado de uma pesquisa doutoral que teve como objetivo mapear e analisar a produção acadêmica sobre a relação da mulher com a ciência por meio de pesquisa denominada Estado da Arte ou Estado do Conhecimento. O material analisado consistiu em 25 dissertações e 23 teses coletadas na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD publicadas entre 2005 e 2019 de programas de pós-graduação de diferentes áreas do conhecimento e lugares do Brasil. Por meio da técnica de Análise de Conteúdo, categorizamos o material coletado a partir de dois eixos: o primeiro sobre ciência no Brasil e o segundo sobre gênero, patriarcado e reprodução social. No primeiro eixo, realizamos um mapeamento da produção, onde verificamos a quais programas e universidades estão vinculados os trabalhos analisados; os anos e tipos de publicação; e quais as formas de financiamento das pesquisas. No segundo eixo, analisamos os elementos que os trabalhos trazem como obstáculos e facilitadores para as mulheres na ciência e como acontece a transversalidade entre gênero, raça e classe. No artigo que pretendemos apresentar nesse evento, focaremos no segundo eixo, onde mostraremos o que a produção acadêmica analisada traz como obstáculos e possibilidades para as mulheres nos espaços científicos e como são abordadas as questões relacionadas a raça e classe.

24/04 | 14h

sala 231 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

O ESTADO E AS POLÍTICAS DE GÊNERO: ANÁLISES FEMINISTAS

MEDIAÇÃO: FABIOLA FANTI (UNIFESP)

TRABALHO DE CUIDADO SERÁ COMPARTILHADO ?

Isabella Pozza Gonçalves e Hector Cury Soares (FURG)

O presente resumo visa evidenciar o trabalho de cuidado e demonstrar medidas do Governo Federal que propõem-se a reduzir esse encargo. Para tal, será utilizado pesquisa qualitativa orientada por análise documental e revisão bibliográfica, sobretudo nas obras “O ponto zero da revolução” (Federici) e “Mulher Brasileira: Opressão e Exploração” (Saffioti), além de publicações do site do Governo Federal. Ressalta-se a vasta carga horária de trabalho desenvolvida pelas mulheres, as quais mesmo se dedicando ao trabalho externo e mal remunerado, ainda dedicam cerca de 21,4 semanais para tarefas de cuidado, segundo pesquisa divulgada pelo IBGE, em 2020. Essa dupla exploração feminina, pautada na divisão sexual do trabalho, é o que permite a reprodução do capital, conforme assevera Saffioti (p. 20, 1984), pois além da reprodução biológica, as tarefas de cuidado permitem que seja gerada mais força de trabalho para o capital. Por anos o arcabouço religioso e jurídico ocultou essa dupla exploração, resultando na desvalorização do trabalho feminino. Contudo, recentemente, o Governo Federal trouxe a público a pauta da exploração feminina. A atual gestão do governo criou o Ministério das Mulheres, o qual anunciou em novembro de 2023, o projeto de criação de lavanderias públicas, com o objetivo de que o Estado compartilhe as tarefas de cuidado. Porém, somente 13 estados participaram do edital e apenas 5 atenderam os requisitos necessários. Portanto, apesar da iniciativa governamental parecer uma conquista para a pauta feminista, há muito o que se conquistar ainda conforme explica Federici (p. 49, 2021) embora exista lavanderias gratuitas, a luta por serviços sociais sempre será frustrada se não for determinado que o trabalho feminino é trabalho e merece igual reconhecimento.

A PROTEÇÃO DA AUTONOMIA REPRODUTIVA DAS MULHERES: UMA CRÍTICA DA FORMA JURÍDICA SOB A PERSPECTIVA DE GÊNERO

Heloisa Avelina Alves de Toledo (USP)

Este trabalho busca analisar as contradições da sanção da Lei nº 14.443/2022 que traz avanços no âmbito da proteção à autonomia reprodutiva das mulheres ao diminuir a idade mínima para autorização da esterilização voluntária, autorizar a laqueadura logo após o parto e excluir a necessidade do consentimento do cônjuge para realização do procedimento. A partir da análise do referido objeto, sob o marco teórico da crítica da forma jurídica sob a perspectiva de gênero, pretende-se entender (i) em que condições históricas foi conquistada essa alteração de conteúdo; (ii) quais são as contradições impostas a partir da ampliação das regras do direito à esterilização voluntária das mulheres e (iii) qual é o impacto desse reconhecimento na posição da mulher enquanto fonte do trabalho reprodutivo. Busca-se demonstrar que o marco normativo de alteração de conteúdo que inaugura avanços para proteção do direito da mulher ao próprio corpo tem por finalidade a conformação da forma jurídica caracterizada pela relação de equivalência. Como metodologia de pesquisa, utilizou-se do mapeamento da recepção da Lei por grupos identificados feministas, a análise bibliográfica de material pré-selecionado e outros pertinentes ao debate, além da interpretação da Lei nº 14.443/2022 sob a ótica da crítica marxista do Direito.

ANÁLISE DA RESPONSABILIZAÇÃO IMPOSTA PELO ESTADO E PELA SOCIEDADE PATRIARCAL NO PAPEL PREDOMINANTE DAS MULHERES NO ATO DE CUIDAR E SUAS CONSEQUÊNCIAS

Caroline Tertulino da Silva, Rafaela Adeltrudes de Vasconcelos e Ana Iuiza Cabral da Nobrega (UFRN)

O presente estudo tem como objetivo compreender como o Estado e a sociedade patriarcal contribuem com a responsabilização das mulheres pelo trabalho invisibilizado de reprodução social no ato de cuidar e analisar os impactos dessa responsabilização em sua sobrecarga mental e emocional. Para atingir os objetivos da pesquisa, foi utilizada como metodologia uma revisão bibliográfica narrativa, desenvolvida a partir de materiais bibliográficos obtidos mediante plataformas de periódicos e outros recursos, e analisada através do método Materialismo Histórico-dialético. Foram utilizados dados quantitativos e qualitativos para possibilitar a compreensão do material de forma objetiva. A partir disso, é possível analisar que o Estado, através de leis que não compreendem os desdobramentos das desigualdades de gênero existentes, fortalece a estrutura patriarcal e o abandono de responsabilidades do homem em um lar, o que resulta na sobrecarga mental e emocional das mulheres, e aumenta o desenvolvimento de adoecimentos físicos e psíquicos. A presente pesquisa se propõe a contribuir com a discussão da temática e gerar subsídios para construção de políticas públicas, capazes de compreender e considerar as especificidades da problemática em questão.

24/04 | 14h

sala 206 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
HELEIETH SAFFIOTI E A ANÁLISE DO
PATRIARCADO: PERSPECTIVAS FEMINISTAS**

MEDIAÇÃO: ELISA VERDI (USP)

A TEORIA FEMINISTA MARXISTA EM HELEIETH SAFFIOTI

Nicholas Pinheiro Muniz de Carvalho (UFC)

A trajetória do feminismo perpassa diversas nuances, vindo da Europa, através de revolucionárias francesas como Olympe de Gouges e Mary Wollstonecraft, se fragmentando em diversas vertentes como o feminismo liberal, negro, árabe, interseccional, radical, conciliacionista, pós-feminismo, etc. E entre eles, o feminismo marxista também se inclui numa vertente que busca a compreensão da exploração feminina atrelada à totalidade estrutural que a explora e oprime. No Brasil, uma das primeira figuras de proeminência nessa vertente em um amplo alcance teórico pode ser compreendido a partir dos escritos de Heleieth Saffioti, uma socióloga marxista nascida no interior de São Paulo, que publicou seus livros em plena ditadura, orientada por uma figura renomada, Florestan Fernandes, passou a se tornar uma pensadora clássica do feminismo marxista brasileiro. A partir da leitura bibliográfica de suas obras, de comentadores e de biografias, essa pesquisa visa compreender os conceitos trazidos pela autora e sua importância na discussão sobre a opressão e a exploração das mulheres e em particular das mulheres do contexto brasileiro na estrutura capitalista de sociedade e suas vias de emancipação, compreendendo a importância de se reafirmar a continuidade do pensamento dela na academia para os objetivos traçados pelos marxistas numa sociedade buscada pelos seus idealizadores originais, Marx e Engels, assim como oferecer uma tradutibilidade às ideias de patriarcado, violência de gênero, sexo, etc. no contexto atual do capitalismo brasileiro.

A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A OBRA “A MULHER NA SOCIEDADE DE CLASSES” DE HELEIETH SAFFIOTI: POSSÍVEIS APROXIMAÇÕES

Maria Clara Oliveira Bellotti (Unicamp)

A pesquisa tem como objeto central analisar as possíveis aproximações entre o pensamento da socióloga Heleieth Saffioti em sua tese de livre-docência, “A mulher na sociedade de classes - Mito e Realidade”, e a Teoria da Reprodução Social (TRS), apreendida principalmente a partir do livro “Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária”, de Lise Vogel. Tal aproximação tem sido feita com a perspectiva de uma teoria unitária, a partir das categorias de “trabalho” e “reprodução social”, que permeiam o esforço feito pelas teóricas do feminismo socialista de entender a articulação estrutural entre opressão e exploração dentro do capitalismo. Pensar essa teoria unitária da reprodução social passa centralmente pelo entendimento de que as tarefas de produzir e reproduzir a vida, predominantemente relegadas a corpos femininos, racializados e periféricos, é um trabalho imprescindível para a reprodução do capitalismo, sendo essa noção uma das grandes contribuições que faz Lise Vogel (2022) para o feminismo socialista. Com isso em mente, essa pesquisa tem como inspiração a ideia de buscar no pensamento social brasileiro possíveis contribuições rumo a uma teoria unitária que pense a realidade das mulheres na periferia global. Se a Teoria da Reprodução Social entende o trabalho humano como a força fundamental que move o capitalismo e, então, se pergunta como se reproduz essa força de trabalho, nosso interesse aqui é investigar como Saffioti, enquanto procurava nas relações de produção capitalistas as bases para submissão da mulher, passou por essa questão. Até o presente momento, o processo de pesquisa perpassa principalmente o estudo do feminismo socialista e suas questões internas para a compreensão do lugar onde se inserem a TRS e o pensamento de Heleieth Saffioti.

NÓS E O NÓ: A CATEGORIA DA TOTALIDADE NO DESENVOLVIMENTO DO MARXISMO-FEMINISMO DE HELEIETH SAFFIOTI

Esther Maria Passos Simões Fróes Guimarães (UFMG)

Ao identificar na literatura uma escassez de estudos sistemáticos da obra de Heleieth Saffioti, que está nas origens da teoria feminista brasileira que articula raça-classe-gênero, o presente trabalho investiga a trajetória intelectual registrada em seus textos. Para isso, 1) recorremos a escritos de Marx sobre método, onde identificamos a importância radical da totalidade enquanto práxis social, além de 2) visitar as tensões político-teóricas contextuais à obra de Saffioti ao longo das lutas anticoloniais e antirracistas da segunda metade do século XX. Por fim, debruçarmo-nos sobre a obra da autora para interpretar o metabolismo de seu método marxista-feminista, desvelando a relações do “nó frouxo” e da “lógica contraditória” com totalidade e práxis, o que matiza a forma

como Saffioti relaciona sexualidade, trabalho, linguagem e reprodução social. Porém é importante entender a elaboração praxeológica gênero como categoria que incide e tensiona a instituição de relações de exploração e dominação cruciais à produção/reprodução. Assim, a autora incorpora criticamente teorias do gênero e concebe a totalidade do nó como mediação na elaboração da experiência subjetiva, sem abandonar um diálogo vivo com os debates sobre método e totalidade na filosofia marxista. Sua teoria se desloca de referências Althusserianas para Lukacsianas ao longo de um percurso profundamente transformado, a nível lógico-filosófico, pelos estudos da violência patriarcal. Isso anima sua obra e cria bases para a incorporação sui generis de um debate aberto sobre práxis e subjetividade profícua e tensionada. Portanto, o olhar para sua obra não deve canonizá-la, mas abordar criticamente suas contradições internas e as potências latentes de sua disposição política, filosófica, ética e intelectual.

O MARXISMO FEMINISTA DE HELEIETH SAFFIOTI: PARA ALÉM DE UMA PERSPECTIVA DE CLASSES

Massilânia B. de Oliveira (Unicamp)

Heleieth Saffioti une marxismo e feminismo com o intuito de dar conta da “complexidade do complexo”, visto que, segundo ela, há três sistemas de dominação-exploração que estruturam tal realidade: o capitalismo, o patriarcado e o racismo. A autora afirma que esses três sistemas de dominação-exploração se fundiram profundamente ao longo da história de tal forma que, na realidade concreta, não é possível separá-los. Dessa forma, eles se transformaram em um único sistema de exploração-dominação ao qual inicialmente Saffioti denomina de “patriarcado-racismo-capitalismo”. Tendo isso em vista, a autora elabora, então, o conceito de nó frágil. O nó frágil consiste na imbricação que ocorreu historicamente entre o patriarcado, o capitalismo e o racismo, e possui uma dinâmica própria, pois não é uma mera somatória de seus componentes. Já a sua frágil possilita que seus componentes se movam de acordo com as circunstâncias históricas. Embora Saffioti reconheça a importância de Marx e a centralidade que o pensamento marxista tem para sua teoria, afirmado, inclusive, que foi Marx quem ensinou a pensar o nó frágil, ela não argumenta em prol da primazia da classe, mas, ao contrário, contesta tal primazia. Segundo ela, para alcançarmos a igualdade social, devemos atribuir ao gênero e também à raça/etnia exatamente o mesmo estatuto teórico da classe social e, nesse sentido, aponta que a teoria marxista é insuficiente para uma análise da complexa situação das mulheres. Diante dessa insuficiência do marxismo, Saffioti recorre ao feminismo e afirma que o emprega em suas formulações teóricas enquanto uma “nova perspectiva científico política”, considerando, assim, suas interrelações. O marxismo de Saffioti é, portanto, centrado nas interrelações entre gênero, raça e classe.

24/04 | 16h

sala 169 (prédio da Letras)

lançamento

MULHERES, REVOLUÇÃO E SOCIALISMO UM LIVRO PARA ABRIR A IMAGINAÇÃO DE OUTRA SOCIEDADE

**COM DIANA ASSUNÇÃO, VIRGINIA GUITZEL,
LETICIA PARKS E CAMILA CRISTINA BEGIATO**

O marxismo tem uma longa tradição internacionalista e revolucionária na luta pela emancipação das mulheres e parte desses escritos estão presentes no livro *Mulheres, Revolução e Socialismo*, publicado pelas Edições Iskra, em 2023. Trata-se da maior compilação de textos clássicos do marxismo sobre a questão da mulher já publicada no Brasil e em língua portuguesa. Nessa mesa as debatedoras comentarão alguns dos temas centrais presentes nos escritos de Karl Marx, Friedrich Engels, Eleonor Marx, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo, Alexandra Kollontai, Inessa Armand, Vladimir Lenin e Leon Trótski. E também o papel central das mulheres na luta de classes: da Primavera dos Povos à Comuna de Paris, até eventos que marcaram a história do século XX, como a Revolução Russa e a luta contra a guerra imperialista, elas sempre foram protagonistas. Na primeira parte do livro, “Trabalhadoras do mundo, unidas”, encontramos uma série de artigos de Marx e Engels que são essenciais para a compreensão de como as bases do pensamento marxista, a partir do desenvolvimento da concepção materialista da história foi essencial para questionar as ideias sobre uma essência humana universal e imutável, possibilitando a crítica às tendências ideológicas que colocavam as mulheres de forma “natural” no espaço privado, na família ou no lar. O que também se fortaleceu com outras polêmicas desses autores com as correntes filosóficas que construíram oposições dualistas e estáticas sobre a relação cultura/natureza, homens/mulheres, produção/reprodução. E com os debates sobre temas centrais como a relação entre trabalho e capitalismo, e a família, a propriedade privada e o Estado. Nela estão presentes fragmentos de clássicos e polêmicos como o *Manifesto Comunista* e *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, que até os dias atuais geram debates no movimento feminista. Também podemos contar trechos de um importante documento histórico: a ata da Conferência da Associação Internacional dos Trabalhadores, repleta de discussões sobre o papel das mulheres na Comuna de Paris.

Na segunda parte, “Mulheres e Socialismo”, encontramos textos de grandes revolucionárias como Eleanor Marx, Clara Zetkin, Rosa Luxemburgo e Alexandra Kollontai. Escritos elaborados desde o final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, um período em que as transformações do capitalismo no final do século XIX deram origem à fase imperialista do capitalismo, uma época de crises, guerras e revoluções, como muito bem definiu Lênin. O que se deu em paralelo com o crescimento da social-democracia e a batalha pela organização das mulheres trabalhadoras no movimento socialista. Dessa forma, os textos estão repletos de debates sobre a necessidade de um programa que articule a luta pelas demandas democráticas do movimento de mulheres, como o direito ao voto, com as lutas da classe trabalhadora e pelo socialismo. Ao mesmo tempo que refletem uma batalha para organizar e mobilizar massivamente as mulheres trabalhadoras em cada país e internacionalmente, inclusive com o surgimento do Dia Internacional da Mulher, data aprovada na Conferência Socialista de Berna depois da proposta de Clara Zetkin, e que permanece até hoje. Na última parte do livro, “Revolucionar o mundo, transformar a vida”, temos uma série de artigos dedicados à Revolução Russa, aquele momento único em que a classe trabalhadora tomou o céu de assalto e as mulheres avançaram na conquista de direitos nunca antes permitidos pela democracia burguesa. Um período rico em inúmeras experiências e organização e avanço na luta das mulheres, mas muito pouco estudado pelo movimento feminista atual. Nos escritos de Lênin, Trotski, Inessa Armand, Clara Zetkin e Alexandra Kollontai somos transportados para os debates vivos e muito concretos da construção de um novo mundo, livre de toda exploração e opressão. Mas como sempre ressaltou Lênin, a igualdade perante a lei não significava igualdade perante a vida, e por esse motivo os bolcheviques discutiam acaloradamente, mesmo quando tinham que se enfrentar com a invasão imperialista e a fome, quais os caminhos para a conquista da emancipação das mulheres. Os impactos nefastos da degeneração stalinista e a permanente batalha pela auto-organização e a defesa da planificação econômica dirigida democraticamente pelos soviets são outro ponto central do qual podemos tirar muitas lições para a atualidade. Pela infinidade dos temas abordados e pelas importantes lições que trazem os artigos presentes nesse livro, essa mesa seria uma forma de contribuir para que a I Conferência Internacional do Marxismo Feminista pudesse retomar diversas elaborações clássicas do marxismo para pensar os desafios atuais das mulheres. Como abordaram Diana Assunção e Josefina Martinez, organizadoras e escritoras do prefácio do livro:

“Finalmente, contra toda resignação ao que existe, esses textos nos convidam a pensar sobre as potencialidades de uma perspectiva socialista. O fato é que, se puséssemos todos os recursos disponíveis de ciência, tecnologia e conhecimento humano nas mãos da classe produtora, poderíamos alcançar saltos gigantescos em todos os campos. Acabariam com a irracionalidade capitalista, e novas técnicas e aplicações científicas poderiam ser desenvolvidas. Assim seria possível decidir democraticamente como reorganizar a produção, a reprodução, a vida nas cidades e a relação com a natureza. E essa seria a base para uma revolução nas formas de viver, relacionar-se e, também, sentir.”

25 de abril

25/04 | 10h

sala 14 (prédio do meio)

sessão de comunicações
SILVIA FEDERICI E A REPRODUÇÃO SOCIAL:
UMA PERSPECTIVA FEMINISTA E MARXISTA

MEDIAÇÃO: BRUNA DELLA TORRE (UNICAMP)

DA MAGIA À ACUMULAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS CRÍTICAS DE SILVIA FEDERICI A KARL MARX

Gabriella Maria Segantini Souza (UFMG)

Ainda que sua autora não reclame o marxismo, *Calibã e a Bruxa* não deixa de ser um trabalho seminal nas discussões do feminismo marxista. Lançado em 2017 no Brasil, o livro da autora ítalo-americana busca uma relação entre a (assim chamada) acumulação primitiva (ou originária), os processos de expropriação e pauperização e a caça às bruxas, buscando na transição da sociabilidade feudal para a capitalista a origem da transformação das relações de gênero e da degradação da posição social das mulheres. Para tanto, a autora se propõe partir da teoria marxiana sobre a acumulação primitiva, ao mesmo tempo que afirma se afastar de Marx, dado que, segundo ela, o autor renano analisaria a acumulação primitiva do ponto de vista do proletariado masculino. A autora afirma também discordar da avaliação de Marx do legado e da função desse processo, pois para Federici ele não teria considerado as mulheres em sua avaliação. Nossa trabalho se propõe avaliar a apropriação que a autora italiana faz da teoria marxiana, sobretudo suas críticas à obra de Karl Marx e suas limitações. Apesar da inegável repercussão do trabalho de Federici, são escassos trabalhos de autores marxistas que se dediquem à análise detida das críticas que ela faz ao autor de *Triers*. Em um levantamento bibliográfico que fizemos em 2022 de trabalhos em língua inglesa, espanhola, francesa e portuguesa, encontramos apenas um trabalho que se dedica a investigar na obra marxiana se as críticas de Federici a Marx são procedentes. Nesse sentido, seguindo o esforço iniciado por György Lukács de recuperar a obra marxiana do reducionismo do qual foi vítima no último século, pretendemos analisar as críticas feitas por Federici a Marx e, partindo da análise de algumas de suas principais obras, avaliá-las.

PATRIARCADO, CAPITALISMO E CAÇA ÀS BRUXAS: CONTRIBUIÇÕES A PARTIR DE SILVIA FEDERICI

Marina Muniz (UFRN)

O objetivo do artigo é partir da contribuição deixada por Silvia Federici em *Calibã e a bruxa* para examinar a ligação entre o período denominado por Marx como da acumulação primitiva (ou originária) e a caça às bruxas, destacando que o modo de produção em que vivemos, baseado no trabalho assalariado, produtor de mercadorias, tem como pressuposto histórico o trabalho não remunerado. Procura-se evidenciar que a caça às bruxas, o trabalho escravo e a expansão colonial foram condição histórica para o desenvolvimento da lógica capitalista de produção. Defende-se ainda que o objetivo da caça às bruxas era colocar a procriação a serviço da acumulação capitalista. Por fim, entende-se que para superar a lógica patriarcal e o machismo estrutural e libertar enfim a mulher é preciso emancipar toda a humanidade do trabalho como ele existe no capitalismo.

CONTRIBUIÇÕES DE SILVIA FEDERICI PARA UMA LEITURA DAS TRANSFORMAÇÕES DO ESTADO E DA OBSTETRÍCIA NO BRASIL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX

Luiza Fernanda Pereira Santos (UFPR)

Silvia Federici discute como, para além dos cercamentos, colonização e escravidão, o capitalismo necessitou (e continua a necessitar) do disciplinamento e apropriação da reprodução para se desenvolver. No período mercantilista, o tamanho da população era visto como motor e reflexo da riqueza da Nação, o que levou a uma adoção de políticas pró-natalistas pelo Estado. Essas políticas, que passavam pela proibição da contracepção, do aborto e do infanticídio, transformaram também a forma de parir e nascer, marcada pela entrada dos médicos, agentes do Estado, no cenário do parto, antes um evento entre mulheres. No Brasil, na periferia do capitalismo, a consolidação de um Estado propriamente capitalista acontece tarde, no contexto da crise do modelo agroexportador e início da industrialização. A expansão e estruturação da burocracia estatal contou com o desenvolvimento de políticas sociais, entre elas, de saúde. O foco na saúde materno-infantil, por sua vez, encontrou uma formação social marcada por desigualdades de raça, classe e gênero, com semelhanças e diferenças em relação aos países do centro capitalista industrializado. Por meio de uma revisão bibliográfica e utilizando como aporte teórico os escritos de Federici sobre a relação entre Estado capitalista e reprodução, o trabalho busca explorar o contexto dos primórdios da medicalização do parto no Brasil em sua relação com o aparelho estatal. Partindo da ideia de que o Estado possui uma ossatura material própria, aborda a intervenção estatal na assistência obstétrica, a adoção de políticas pró-natalistas e maternalistas, o papel do Estado na disputa entre médicos e parteiras. Conclui-se então que uma análise do período é crucial para a compreensão do processo de medicalização do parto no país.

SILVIA FEDERICI E O FEMINISMO MARXISTA

Anna Marina Paes Montysuma (UFAC)

O presente texto busca estabelecer um diálogo com o livro *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*, de Silvia Federici, na tentativa de compreender quais os elementos trazidos pela autora em suas análises que se aproximam e se distanciam da concepção marxista. Observamos que há alguns elementos de aproximação do marxismo, como por exemplo as posições anti-hegemônicas adotadas pela autora, sobretudo sua compreensão de que a luta feminista deve situar-se no âmbito da luta anticapitalista, mas observamos ao longo de nossa leitura que há também aspectos do pensamento de Federici que se distanciam das análises marxistas sobre a questão da mulher e que merecem ser investigados afim de saber se é possível situá-la no campo de luta do feminismo emancipacionista.

FEMINISMO E MARXISMO: UM DEBATE COM SILVIA FEDERICI

Mariana Piteri Duarte (USP)

Este artigo busca entrar nos recentes debates acerca da reprodução social do trabalho, focando na discussão com a teórica Silvia Federici. Pretendemos debater em torno das definições de trabalho produtivo e improdutivo e valor na sociedade capitalista. A autora encontra, na definição de trabalho produtivo como gerador de valor, um viés “masculino” que justificaria, como contrapartida, a gratuidade do trabalho reprodutivo (majoritariamente feminino), um trabalho “desvalorizado” socialmente diante de outro trabalho que é o único que o capitalismo considera como verdadeiramente útil. (S. Federici, *El patriarcado del salario*, Madrid, Traficantes de sueños, p. 19.)

Contudo Marx nunca cunhou no conceito de valor um conteúdo moral, mas sim buscava identificar o centro de poder da burguesia. O marxismo, muito mais que uma teoria, é um método para entender o mundo, constituído também como uma estratégia para revolucioná-lo.

Ainda que se distanciando dessa visão estratégica do marxismo, no que diz respeito ao processo de acumulação produtiva e a visão materialista, a autora expressa em seu livro “O Calibã e a Bruxa”, o desenvolvimento histórico da propriedade privada com a exclusão da mulher da produção social e sua opressão. No entanto, deixa de apresentar uma perspectiva dialética que entenda o desenvolvimento histórico da humanidade como um constante movimento, de negação e superação.

Consideramos que o desafio teórico e prático atual é como acabar com a fragmentação da classe trabalhadora em gênero, raça e nacionalidade. E conseguir, assim, que essa massa proletária feminina, consiga influenciar e se ligar ao marxismo para superar a herança pós moderna individual e ver sua libertação ligada a libertação da classe.

25/04 | 10h

sala 118 (prédio do meio)

sessão de comunicações

**FEMINISMO SOCIALISTA: TEORIAS E
PRÁTICAS PARA A EMANCIPAÇÃO**

MEDIAÇÃO: ISABELLA MEUCCI (UNICAMP)

**“MULHER DE FERRO COM ZONAS ERÓGENAS E APARELHO DIGESTIVO”: O RELATO
CONFESIONAL DA MILITÂNCIA COMUNISTA EM PAIXÃO PAGU**

Raíza Hanna Saraiva Milfont (UFRJ)

Patrícia Galvão foi uma das primeiras mulheres novas do Brasil, pois possuía as características e as atitudes que subvertiam a lógica patriarcal do lugar destinado às mulheres na sociedade brasileira do começo do século XX. Através do registro autobiográfico, escrito em 1940, mas só publicado em 2005 sob o título de Paixão Pagu: a autobiografia precoce de Patrícia Galvão, a escritora, desenhista e militante política faz um passeio em marcha ré pelos caminhos que traçou nos seus primeiros trinta anos e nos leva aos corredores do movimento modernista e aos primeiros anos do Partido Comunista brasileiro, narrando a sua entrada e seus trajetos na militância partidária, pela qual foi presa mais de 20 vezes sob o governo ditatorial de Getúlio Vargas. Esse estudo tem como objetivo analisar a militância comunista da mulher através dos relatos íntimos de Patrícia Galvão, fazendo um retrospecto bibliográfico da sua trajetória pessoal e intelectual, pesquisada a partir de nomes como os de Augusto de Campos (2014), Antônio Risério (2014), Thelma Guedes (2003), Maria José Silveira (2007) e Francisco Alambert (1992); dos conceitos relativos à escrita de si híbrida, sob a luz de teóricas e teóricos da autobiografia como Michel Foucault (1963), Leonor Arfuch (2010) e Margareth Rago (2013), bem como pensar o devir-mulher, no sentido deleuziano, buscando vozes feministas para a reconstrução da memória brasileira, e assim poder delinear a experiência militante de Pagu e, comparando com relatos testemunhais de outras mulheres, desvelar as vivências da militância feminina de esquerda e seus desdobramentos na vida pessoal e pública dessas ativistas.

SOCIALISMO E GÊNERO: A "UNIÃO OPERÁRIA" DE FLORA TRISTAN

Luna Ribeiro Campos (Unicamp)

O propósito deste trabalho é contextualizar a obra da autora franco peruana Flora Tristan (1803-1844) dentro da tradição socialista e identificar pontos de convergência e divergência em relação ao denominado socialismo utópico. Demonstro como os debates sobre pauperismo e questões sociais, tão predominantes no início do século XIX, mantinham um diálogo direto com a recusa do trabalho feminino fora do âmbito doméstico. Através da análise da obra "União Operária" (1843), destaco a originalidade do pensamento de Flora Tristan ao elaborar uma perspectiva mais abrangente sobre as definições de trabalho e de classe operária. Este livro, que antecede em alguns anos a publicação do "Manifesto Comunista" (1848) de Marx e Engels, traça uma proposta concreta de emancipação operária que propõe uma organização operária internacional partindo do princípio da igualdade absoluta entre homens e mulheres. Ao fazer isso, os argumentos de Tristan confluem para uma elaboração pioneira a respeito da classe operária, sua abrangência e seu potencial associativo. A premissa da autora acerca da igualdade de gênero leva a uma mudança na própria definição da classe operária. Sugiro que a marginalização de suas ideias nas narrativas predominantes sobre a história do socialismo e do movimento operário está relacionada, por um lado, à sua associação ao termo "socialismo utópico" e, por outro lado, ao fato de ela ter conectado a emancipação da classe operária à emancipação das mulheres.

MADELEINE PELLETIER: O SENTIMENTO DA JUSTIÇA BASTA

Annabelle Bonnet (UFRRJ; EHESS, Paris)

Madeleine Pelletier foi uma pioneira esquecida do feminismo-marxista na França. Nasceu no ano de 1874 e morreu no ano de 1939 e foi uma destacada militante do movimento socialista francês, militante do Partido Comunista Francês (PCF) após a sua criação, assim como do movimento feminista francês da época. Colaborandoativamente com jornais marxistas e feministas, participou de uma criação inédita: o lançamento, em 1917, do jornal *La Voix des Femmes*, órgão propondo uma tentativa de síntese entre feminismo e comunismo. Desenvolveu também a teoria da assim chamada "tática feminista", acreditando que só os espaços revolucionários podiam ajudar à realização da igualdade entre os sexos e que as feministas tinham, portanto, que ocupar esses espaços. Primeira mulher médica de Paris, psiquiatra crítica à psiquiatria tradicional, teve o exercício da profissão caçado devido à prática regular de abortos, coerente com a sua posição política de legalização do aborto. Essa atividade lhe valeu um destino cruel: o da prisão em um asilo de doentes mentais em Perray-Vaucluse, no qual veio a falecer completamente sozinha. O presente trabalho pretende retratar, em grandes linhas, a história dessa importante ativista feminista-marxista.

A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE O SOCIALISMO E O FEMINISMO.

Francisco Quartim de Moraes (USP)

A análise do nascimento do socialismo na passagem do século XVIII para o XIX relaciona, intrinsecamente, o socialismo com o feminismo. Autores como Saint-Simon e Fourier, dedicaram partes de suas teorias para a defesa da igualdade entre gêneros. Nas palavras de Fourier: “a extensão dos direitos das mulheres é o princípio geral de todos os progressos sociais”. Já Saint-Simon, influenciado pelas feministas da Revolução Francesa, em especial, por Sophie Condorcet, defendia direitos iguais para homens e mulheres já em 1803.

Um estudo do movimento Saint-Simoniano, nascedouro de diversas ideias do movimento marxista (incluindo o termo “socialismo”), mostra uma disputa entre militantes pequeno-burgueses, representados por Enfantin e militantes socialistas e feministas representados por Claire e Saint-Amand Bazard. Nesse segundo grupo podemos enxergar um sólido fio vermelho que os liga ao movimento feminista do século XIX, incluindo aí militantes que participaram da Comuna de Paris, como Victoire Léodile Béra (Andre Leo) e militantes históricas que influenciaram o marxismo; como Flora Tristan.

Sobre a relação entre o marxismo e Flora Tristan, para além da influência de sua obra mais importante, *Union Ouvrière*, sobre o movimento marxista, ressaltamos a defesa feita por Engels e Marx da intelectual franco-peruana frente aos ataques dos jovens hegelianos.

Também autores como Stuart Mill e Augusto Comte, alunos de Saint-Simon, foram defensores da igualdade de gêneros. Se é possível notar posições conservadoras em Augusto Comte, ele chega a defender revoluções feministas. Uma das alunas de Comte, ao pegar o barco de volta a sua terra natal, virou a primeira feminista do Brasil. Se trata de Nísia Floresta Brasileira Augusta.

“DEBATES ENTRE UM FEMINISMO SOCIALISTA E O 'FEMINISMO PARA OS 99%' À LUZ DOS CICLOS DA LUTA DE CLASSES INTERNACIONAL”

Vitória Camargo Baggio (Unicamp)

Este trabalho visa articular um debate entre as teses teórico-políticas do “feminismo para os 99%”, contidas no Manifesto das autoras Arruzza, Bhattacharia e Fraser, e as bases para um feminismo que se proponha socialista, apontando convergências e divergências, a partir da necessidade de superação teórica do feminismo liberal em chave anticapitalista. Para isso, o trabalho trata dos ciclos da luta de classes internacional situados no período do que as autoras do Manifesto denominam como “nova onda feminista”. A tese proposta é que, particularmente à luz dos ciclos iniciados após a crise capitalista de 2008, após a Primavera Árabe e analisando as revoltas na América Latina, é possível pensar as relações entre gênero, classe e luta pela emancipação. Sustenta-se que a dinâmica desses processos não contou predominantemente com a organização da classe trabalhadora a partir de seus locais de trabalho, com métodos

considerados “tradicionais” de luta, como greves, paralisações e piquetes. Nesse sentido, em face à crise da hegemonia neoliberal apontada pelas autoras do Manifesto, a fragmentação e precarização do mundo do trabalho, com sua “feminização”, bem como a relação com os distintos movimentos sociais e “sujeitos” estão no centro da reflexão. Assim, comparamos as definições do “Manifesto para os 99%”, que postula a soma de movimentos sociais e sujeitos em distintas lutas como estratégia, aos conceitos de revolta e revolução, hegemonia e Estado Integral, analisados por Gramsci e diversos autores marxistas, para delinear o feminismo socialista. Para isso, pretende-se utilizar autores como Maiello e D’Atri.

CONTRIBUIÇÕES DE ROSA LUXEMBURGO PARA O MOVIMENTO FEMINISTA ANTICAPITALISTA

Nathália Gomes Navarra (UFMG)

Por meio deste artigo, metodologicamente realizado por revisão bibliográfica, pretende-se retomar as formulações de Rosa Luxemburgo que apresentam importantes contribuições às leituras do movimento feminista anticapitalista na atualidade, especialmente do denominado Novo Internacionalismo Feminista – entendido aqui como inscrito no marco de uma série de movimentos sociais que protestam, a partir de diferentes características e ritmos em cada localidade, contra os “efeitos” da crise. Primeiramente, retoma-se as produções e relações afetas à vida de Rosa Luxemburgo buscando compreender suas concepções relativas ao movimento de mulheres de sua época, assim como as maneiras pelas quais as posturas perceptíveis em sua vida pessoal evidenciam um modelo político. Em seguida, resgata-se brevemente a importância das formulações da autora para o movimento feminista dos anos 60-70, particularmente para as autoras ecofeministas, entre as quais se destaca Maria Mies. Por fim, passa-se a analisar mais detidamente as chaves de Luxemburgo reivindicadas pelas greves feministas que partem principalmente do Sul Global, quais sejam: (i) a compreensão de que a greve é processo em corpo vivo, capaz de deslocar o binômio reforma/revolução; (ii) a atualidade da acumulação por expropriação, a qual incide sobre as economias comuns e o trabalho não produtivo; e (iii) a crítica ao militarismo e à guerra como processos violentos de extração de valor do trabalho e da natureza. Outrossim, destaca-se a compreensão de que as massas só se libertam por meio de sua ação autônoma. Assim, verifica-se que a compreensão global do capitalismo e as proposições de greve – especialmente pelas chaves de Luxemburgo - são instrumentos que contribuem para a formulação feminista anticapitalista e internacionalista.

25/04 | 14h

sala 236 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
TEORIAS FEMINISTAS: ANGELA DAVIS, SIMONE DE BEAUVOIR E SILVIA FEDERICI

MEDIAÇÃO: CECILIA ROSAS (UFRGS)

MULHER, NATUREZA E ALIENAÇÃO: RELENDÔ SIMONE DE BEAUVOIR A PARTIR DE ANGELA DAVIS

Julia Morgan Negrão (Unicamp)

Apesar de declaradamente socialista, e de concluir 'O Segundo Sexo' mobilizando uma passagem de Marx para sintetizar sua tese, Simone de Beauvoir muitas vezes não é considerada parte da tradição do feminismo socialista. O objetivo desta comunicação é sugerir uma leitura marxista do mecanismo de opressão que Beauvoir investiga, a partir de sua aproximação com o feminismo marxista de Angela Davis. Assim como Beauvoir, Davis localiza o fundamento da subjugação feminina na proscrição das mulheres à esfera da natureza. No ensaio "Women and Capitalism: Dialectics of Oppression and Liberation", nunca traduzido para o português, ela demonstra como a transformação da mulher em ser "natural" e a dominação da natureza exigida pelo desenvolvimento capitalista estão interligadas. A partir desse ensaio, elencarei pontos de semelhança entre as hipóteses de ambas sobre a subjugação histórica das mulheres. Através da análise de como cada uma articula os conceitos de natureza, trabalho e alienação, mobilizando e mencionando os sentidos empregados por Marx, mostrarei suas conexões e sugerirei que o mecanismo que reifica as mulheres no lugar do Outro absoluto para Beauvoir pode ser elaborado a partir de uma crítica do capitalismo, como faz Davis. Para ela, esse mecanismo opera sustentando as exigências contraditórias do trabalho abstrato, na medida em que os que trabalham precisam exercer sua individualidade falsamente soberana fora da esfera da produção. Além de aproximar duas autoras fundamentais para o feminismo socialista e de reivindicar que em Beauvoir podemos encontrar elementos que apontam para uma análise crítica do capitalismo, pretendo sugerir conexões com outras autoras que tratam da ligação entre a alteridade reificada das mulheres e o desenvolvimento capitalista.

A LIBERDADE NA PERSPECTIVA DE SIMONE DE BEAUVOIR E ANGELA DAVIS: ENCONTROS E DESENCONTROS

Manoelly Rodrigues da Silva (UFPB)

A busca pelo entendimento da liberdade é uma peregrinação cara para a filosofia. Para tanto, esse debate possui, dentre tantos pensadores, o olhar crítico e feminista de Simone de Beauvoir e Angela Davis: duas filósofas que, sem dúvidas, trazem a questão para sua situação no mundo enquanto mulheres. Ambas, fincadas no marxismo, discutem como esse conceito é, além de uma ideia, uma ação. Ser livre parte do pressuposto do engajamento humano, mas enquanto para a primeira, nascemos livres e precisamos tomar consciência disto, para a segunda a liberdade precisa ser uma busca constante. Tendo como encontro a tomada de consciência, o que as diferencia em termos concretos de alcançar a liberdade parte do imbricamento da raça, da sexualidade e de outros atravessamentos sociais que Davis nos fornece. Este estudo se trata de uma iniciativa de complementação do pensamento das duas filosofias para que a conceituação e busca pela liberdade torne-se palpável para todos os povos, isto, sem dúvidas, permite que a voz do subalterno seja ouvida e defendida. A partir da metodologia bibliométrica, pautada no encontro e desencontro das autoras, tendo como resultado a importância de incluir o debate dos recortes sociais na reflexão sobre a liberdade.

CONSIDERAÇÕES ÉTICAS, ESTÉTICAS E POLÍTICAS SOBRE O TRABALHO REPRODUTIVO, A PARTIR DE ANGELA DAVIS E SILVIA FEDERICI

Ariane Oliveira (UDESC)

A presente investigação propõe estudar o tema do trabalho reprodutivo, a partir das obras "O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista" e "Mulheres, raça e classe", de autoria das filósofas e ativistas feministas, Silvia Federici, e Angela Davis, respectivamente. Federici e Davis são filósofas feministas, que concebem suas teorias com base nos estudos marxistas, desde o norte global. Ambas situam seus trabalhos intelectuais na crítica feminista pós-colonial, que vem sendo realizada desde os anos 70. O artigo "A reprodução da força de trabalho na economia global e a inacabada revolução feminista", de autoria de Federici, é datado em 2008, contudo, compõe a obra já citada e faz referência aos 30 anos de comprometimento da autora com as lutas feministas, o que o faz ter relação com o artigo "A obsolescência das tarefas domésticas se aproxima: uma perspectiva da classe trabalhadora", de autoria de Angela Davis, que está presente na antologia composta por artigos escritos nos anos 80. Ambas tecem considerações sobre a campanha "Salários para o trabalho doméstico", da qual Silvia Federici fez parte. A escrita propõe pensar as diferenças entre mulheres e situar a questão do trabalho reprodutivo no sul global, mais especificamente no Brasil, com abordagem interdisciplinar. Por muito tempo, o capitalismo impôs o sexo e a criação de filhos como obrigações não remuneradas das pessoas que gestam, o que caracteriza a divisão sexual do trabalho, contra a qual os feminismos vem insurgindo-se para pensar significados e possibilidades amplas do que é ser e deixar de ser mulher, rompendo com identidades impostas socialmente para criar possibilidades éticas, estéticas e políticas de existência situadas nas lutas pela vida digna.

“MULHERES, RAÇA E CLASSE”: UMA INCURSÃO PELA IMPRENSA FEMINISTA DO SÉCULO XIX

Laila Correa e Silva (USP)

A partir da problematização proposta pelo clássico estudo de Angela Davis, *Mulheres, Raça e Classe* (1981), buscamos interpelar a imprensa feminista produzida por mulheres da América Latina em fins do século XIX. Ao estudarmos o início do movimento feminista brasileiro e de outros países da América Latina, elucidando uma dinâmica interna de embate político por parte de escritoras ou intelectuais, advindas sobretudo de classes sociais mais favorecidas, e suas reivindicações por participação política, conquista de direitos civis e críticas ao governo brasileiro em fins da Monarquia e início da República, podemos identificar fatores limitantes em seus discursos, que contrastam com a experiência de mulheres negras e escravizadas. Um vocabulário foi adotado pelas redatoras de jornais como *Jornal das Senhoras* (Rio de Janeiro, 1852-1855), *A Família* (Rio de Janeiro, 1888-1897) e *A mensageira* (1897-1900), que visava defender a conquista de direitos e denunciar a situação social e política das mulheres; mas, até qual ponto ‘a mulher’ ou ‘as mulheres’ eram contempladas pelas pautas desse movimento e da denúncia da construção de uma ‘feminilidade’ burguesa que aprisionou mulheres numa esfera social tão limitada? Interpelar o final do século XIX e a imprensa feminista e sufragista opera uma forma de crítica salutar ao movimento feminista, e tal exercício, operado por Angela Davis em *Mulheres, Raça e Classe* (1981), nos conduz ao refinamento de análises sobre o papel das mulheres, brancas e negras, de diferentes classes sociais e origens, ao embate travado pelos movimentos feministas que, quiçá, ainda não ofereceram respostas à pergunta de Sojourner Truth, em 1851, “Não sou eu uma mulher?”.

25/04 | 14h

sala 165 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
HISTÓRIAS FEMINISTAS DA ARTE

MEDIAÇÃO: MARIANA PACOR (UNESP)

**ENTRE FALAS E ESCRITAS: APONTAMENTOS PARA UMA LEITURA FEMINISTA CRÍTICA E
INTERSECCIONAL DA HISTÓRIA DO RÁDIO NO BRASIL**

Juliana Gobbi Betti (UFSC)

Os meios de comunicação são espaços privilegiados para a produção e reprodução de ideias e valores sociais, caracterizando-se por um papel dualista, que pode contribuir tanto para a imposição de padrões opressores e a naturalização das hierarquias e desigualdades - que garantem a manutenção do status quo - , quanto para a reivindicação de direitos, o questionamento de estruturas hegemônicas e a promoção do respeito à diversidade - que fomentam o processo de transformação social. Assim, suas estruturas e produções fornecem elementos de investigação sobre as relações sociais, especialmente no âmbito do cotidiano. Com este entendimento, esta pesquisa propõe analisar os variados usos e abordagens de questões de gênero pelo rádio e as mídias sonoras ao longo da história, a partir de uma perspectiva feminista crítica e interseccional. Atentando para a produção feminina e a direcionada ao público feminino, bem como para as mulheres como profissionais e ouvintes, coloca em destaque temas como: os direitos e a participação política; a reprodução social; a educação feminina; a mobilidade social; os direitos sexuais e reprodutivos; os direitos trabalhistas e a divisão sexual do trabalho; os papéis sociais das mulheres e suas representações; entre outros. Para isso, articula uma base teórica interdisciplinar, composta por contribuições de autoras/es que possibilitam pensar a sociedade e/ou o rádio em diferentes períodos, tendo entre os referenciais: Lélia Gonzalez (2020), Angela Davis (2016; 2017), Heleith Saffioti (2013), Maria Lygia Quartim de Moraes (2000), Ecléa Bosi (1972), Maria Cristina Mata (1993, 1997), Mario Kaplún (1998, 2017), Gisela Ortriwano (1985), Eduardo Meditsch (2001). Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental, com enfoque histórico.

DO NORTE, VENTANIA: MULHERES ARTISTAS DA AMAZÔNIA À MARGEM – ESTUDO PARA A HISTÓRIA DA ARTE BRASILEIRA

Cinthya Marques do Nascimento (UFRJ)

Esta pesquisa propõe investigar a representatividade feminina na arte brasileira com foco na produção artística a partir da primeira metade do século XX na Amazônia. Para tal, serão relacionados aspectos da historiografia da arte brasileira em diálogo com as razões de apagamentos e invisibilidades que as artistas amazônicas do norte do Brasil vivenciam – e vivenciaram, ao não constarem na historiografia oficial da arte brasileira. Sendo assim, pretende se buscar através do debate a possibilidade de dialogar com aspectos de uma história da arte que trate de organizar uma narrativa daqueles que foram colocados à margem, colaborando para contextualizar a discussão e refletir sobre os processos de apagamentos impostos nas trajetórias de sujeitos que foram mantidos alheios ao contexto oficial, e, no caso das mulheres artistas – tiveram o direito a serem protagonistas em suas narrativas, negado. Buscando problematizar as questões acerca da constituição das artes visuais na região norte em contraponto com outros locais do país, esta pesquisa irá traçar uma discussão crítica a partir de uma visão decolonial usando a abordagem teórica e metodológica da história social da arte brasileira, a partir de um viés da produção de mulheres artistas amazônicas, e/ou radicadas na Amazônia brasileira.

BORDANDO RESISTENCIA: LA SUBVERSIÓN DE LAS MUJERES INDÍGENAS HIDALGUENSES CONTRA EL SISTEMA PATRIARCAL Y CAPITALISTA A TRAVÉS DEL ARTE

Frida Martínez Torres (UNILA)

El bordado de tenangos dentro de las comunidades indígenas otomí-tepehuas que habitan la sierra mexicana, es una práctica tradicional que ha sido la encargada de recuperar la cosmovisión sobre la relación de estos pueblos con la naturaleza.

Dicha práctica era asociada al ámbito doméstico y a la vida privada de las mujeres indígenas a cargo de las funciones de cuidado, ya que originalmente estas creaciones artísticas permanecían dentro del hogar como elementos funcionales o como parte de la vestimenta familiar. Sin embargo, en un contexto que agudiza la falta de empleo y la pobreza debido a la desigualdad, se ha convertido en una forma de resistencia en contra de las estructuras clasistas, racistas, patriarcales y capitalistas del sistema occidental. Es por lo anterior, que el presente trabajo nace con la premisa de visibilizar la importancia de la venta y producción de tenangos para las indígenas hidalguenses que sustentan sus hogares, convirtiéndose en una herramienta de empoderamiento. Ya que, a través del arte transmiten la belleza y cultura de su región, pero también mensajes de resistencia y solidaridad, con los cuales desafían a las estructuras opresoras que les impiden alcanzar la autonomía sobre sus cuerpos y territorios. Así que con el objetivo de inspirar un diálogo más amplio sobre el papel del arte en la lucha por la justicia social y la igualdad de género, se realizará una investigación descriptiva a través del materialismo histórico que analice fuentes escritas e iconográficas que narran las historias y reflexiones sobre los desafíos a las que se enfrentan las mujeres que bordan tenangos, además de explorar cómo la expresión artística fomenta la autoafirmación, el fortalecimiento de la identidad y la construcción de redes de apoyo dentro las comunidades.

25/04 | 14h

sala 130 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**PENSANDO COM ROSWITHA SCHOLZ: REFLEXÕES
SOBRE CAPITALISMO, GÊNERO E LITERATURA**

MEDIAÇÃO: BRUNA DELLA TORRE (UNICAMP)

A TEORIA DO VALOR EM ROSWITHA SCHOLZ: A TEORIA DA DISSOCIAÇÃO-VALOR

Bruna Diniz (USP)

Neste trabalho apresento a contribuição de Roswitha Scholz para a reconstrução da Teoria do Valor, de modo a torná-la suficiente para explicar o papel que a esfera reprodutiva e o trabalho doméstico têm na produção do valor.

Para tanto, de início contextualizo a obra de Scholz em três momentos, um primeiro no qual fazia parte do Coletivo alemão Krisis, no qual inicia sua produção voltada à crítica da Teoria do Valor de Marx; o segundo em que rompe com a Krisis em razão da resistência de seus colegas em tratar do gênero como elemento teórico indispensável à análise marxista; e o terceiro, no qual aprofunda a sua releitura da Teoria do Valor, a partir da sua construção da chamada Teoria da Dissociação-Valor (Wert-Abspaltungstheorie), incluindo nela outros eixos de desigualdades para além do gênero, como raça, idade e a relação entre centro/periferia global. Superada essa parte introdutória, dedico-me a explicar a Teoria da dissociação-valor de Scholz, com enfoque na ideia de que a “forma-valor” se realiza somente na esfera da produção, enquanto na esfera do cuidado se produz o valor “dissociado”. Ao final, discuto como as contribuições de Scholz são uma ferramenta importante para compreender a forma pela qual a esfera reprodutiva deve ser entendida pelo marxismo sem que ele incorra uma cegueira de gênero e como essa leitura pode ser útil para entender o papel do feminismo como intrinsecamente integrado à superação da forma de exploração do trabalho verificada no modo de produção capitalista.

VIDA DOMÉSTICA E TRABALHO EM DOIS CONTOS DE CLARICE LISPECTOR

Carolina Serra Azul (UFMG)

A comunicação pretende analisar brevemente dois contos de Clarice Lispector, presentes no livro *Laços de Família* (1960), a saber: “Devaneio e embriaguez duma rapariga” e “Amor”. Pretendo mobilizar o instrumental teórico ligado ao feminismo materialista, sobretudo estudos de Silvia Federici e de Roswitha Scholz, para sondar se e como os narradores de tais contos configuram as atividades domésticas como trabalho; buscarei, também, articular tal sondagem a leituras célebres sobre a dimensão do feminino na obra de Lispector, como a de Gilda de Mello e Souza no ensaio “O vertiginoso relance”.

CONTRIBUIÇÕES CRÍTICAS DO PENSAMENTO DE ROSWITHA SCHOLZ PARA DEBATES FUNDAMENTAIS DO MARXISMO FEMINISTA

Ana Elisa Cruz Corrêa (UFMG)

Este texto objetiva trazer algumas contribuições da obra da pensadora alemã Roswitha Scholz para o pensamento e a prática imbuídos pelo Marxismo Feminista. Com a exposição de quatro elementos em debate com outras correntes e concepções, temos o intuito de fortalecer o marxismo feminista. Partimos da problematização de uma categoria fundamental da autora: “o patriarcado produtor de mercadorias”, buscando contribuir para debates que tem permeado o amplo campo do marxismo feminista, seja em âmbito teórico acadêmico seja nos meandros da histórica luta das mulheres. O primeiro elemento que elencamos é a compreensão da relação entre patriarcado e capitalismo como análise da “totalidade concreta”, buscando pensar como as formas modernas de dominação das mulheres estão imbricadas com o surgimento do sistema produtor de mercadorias. O segundo elemento, decorrente do primeiro, é a compreensão de Scholz sobre a posição histórica das mulheres na produção de valor e suas consequências para a elaboração teórica marxista e a luta feminista contemporânea. A terceira contribuição que trazemos a partir da obra da autora é sua problematização sobre a manutenção da dominação patriarcal nos dias atuais a despeito das transformações históricas da posição das mulheres neste sistema social. Por fim, exporemos sobre como Scholz comprehende as mudanças da condição das “mulheres dos escombros” na grave crise em que se encontra hoje o patriarcado produtor de mercadorias. Assim, a partir da exposição destes elementos e os debates que os envolvem desejamos contribuir para um aprofundamento teórico-prático para uma crítica radical do capitalismo e do patriarcado.

25/04 | 14h

sala 132 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NA AMÉRICA LATINA: DESAFIOS E CONTRIBUIÇÕES

MEDIAÇÃO: RENATA FALAVINA (UNICAMP)

O CARÁTER GENERIFICADO E RACIALIZADO DO ENDIVIDAMENTO DA CLASSE TRABALHADORA NO BRASIL: APORTES A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL.

Camila Caroline de Oliveira Ferreira (PUC-SP)

O processo de financeirização, que vem se generalizando no mundo todo, expandiu-se a ponto de invadir os espaços mais recônditos da vida cotidiana, criando uma grande massa de endividados/as. Em países da periferia do capitalismo, como o Brasil, onde o padrão de consumo está sempre aquém do padrão de acumulação, essa realidade se mostra ainda mais grave, alcançando 78% da população brasileira e atingindo inclusive a população mais pobre. O artigo se insere justamente nesta seara de discussão, abordando um aspecto ainda pouco explorado neste campo que é o caráter generificado e racializado do endividamento da classe trabalhadora no Brasil. Embora pesquisas recentes estejam reconhecendo a existência de uma "feminização do endividamento", pelo fato das mulheres apresentarem taxas mais elevadas de comprometimento financeiro e inadimplência em relação aos homens, esse fenômeno ainda carece de análises críticas, capazes de explicitar as razões e determinações que o forjam. Ademais, um silenciamento ainda maior é sentido quando o assunto é a racialização da população endividada. Frente a esse cenário, os aportes da Teoria da Reprodução Social se mostram bastante profícuos, não só por se tratar de uma teoria preocupada em elucidar o papel central que as mulheres ocupam na ordem metabólica do capital, sendo as principais responsáveis pelas atividades de reposição e regeneração da força de trabalho, mas, sobretudo, porque reivindica, a partir da Teoria Social de Marx, a construção de uma perspectiva unitária de análise das relações sociais capitalistas, capaz de apreender a dinâmica de acumulação enquanto uma totalidade articulada e contraditória, na qual gênero, raça e classe se integram como componentes constitutivos da lógica de produção e reprodução do valor.

NEOLIBERALISMO, RELAÇÕES DE GÊNERO E TRABALHO NA DITADURA CHILENA: APONTAMENTOS SOBRE RELAÇÕES DE OPRESSÃO E EXPLORAÇÃO

Aline Fernanda Maciel (USP)

Na comunicação proposta nos centraremos no processo de implantação de uma das mais sangrentas ditaduras instauradas na América Latina para pensar aspectos das transformações impostas pelo regime civil-militar instaurado, das quais somente foram possíveis graças as ações de violência política e intensa repressão e supressão de direitos civis, laborais, constitucionais exercidos contra a população e as organizações políticas e sociais capazes de lutarem contra a ditadura. O objetivo é realizar alguns apontamentos sobre as contradições engendradas pelo processo de implementação do neoliberalismo no Chile, marcado por metamorfoses profundas nas relações materiais e na estrutura ideológica dominante, de forma interrelacionada às mudanças no ocorridas no anos 1970 no modo de produção capitalista. Sendo assim, nos concentraremos em pensar aspectos das interações entre capital, Estado, mundo do trabalho e relações de opressão bem como os múltiplos, complexos e contraditórios desdobramentos do projeto político neoliberal para trabalhadoras e trabalhadores da área têxtil. Neste sentido, nos baseamos na teoria da reprodução social para pensar a unidade dialética e sistêmica das relações de opressão, exploração, expropriação e alienação, junto aos elementos constitutivos da dimensão racial-generificada das desigualdades no mundo do trabalho no contexto da ditadura chilena, bem como as interações entre trabalho remunerado e não remunerado.

A RELAÇÃO ENTRE TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO DOMÉSTICO FEMININO

Ana Cristina Oliveira de Oliveira (UFF)

As análises marxistas sobre os rumos da classe trabalhadora global têm sido desafiadas teoricamente. Um elemento crucial é o reconhecimento da estrutura da reprodução social intrinsecamente relacionada à produção social. Desafio este que explicita um olhar mais apurado na compreensão da classe trabalhadora para além da esfera produtiva e que a Teoria da Reprodução Social (TRS) vem acumulando e contribuindo para desvelar a existência da vida produtiva sob o domínio direto do capitalismo e a esfera reprodutiva como uma unidade dialética, intrinsecamente relacionadas. A reprodução da vida social, apesar de ser trans-histórica, estaria relacionada à exploração do trabalho de um capitalismo heterossexista, racista e de caráter dependente? A separação do mundo do trabalho (espaços de produção de valor) e o mundo da família (espaços de reprodução da força de trabalho) indica uma revisão crítica da teoria do valor e implica reconhecer uma forma histórica particular de trabalho integrada ao modo de produção capitalista. A intenção, portanto, do artigo é pensar a relação entre superexploração do trabalho, defendida pela Teoria Marxista da Dependência, e o trabalho doméstico feminino, pela TRS, numa totalidade articulada e contraditória de relações de exploração, dominação, alienação e reprodução. E com isto, perceber que a inserção da classe trabalhadora no contrato sexual na esfera doméstica determina que as mulheres sejam os sujeitos responsáveis pela reprodução e pelo cuidado.

25/04 | 14h

sala 133 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**RAÇA E FEMINISMO: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA
LUTA ANTIRRACISTA**

MEDIAÇÃO: ESTER BORGES (USP)

**POLO MARGINAL E MÃO DE OBRA MARGINAL SOB UMA PERSPECTIVA DE
GÊNERO E RAÇA: APONTAMENTOS A PARTIR DE ANÍBAL QUIJANO E LÉLIA
GONZALEZ**

Júlia Bielskis (UFMG)

Desde o período escravocrata a mulher negra ocupa um papel central no que diz respeito ao trabalho de cuidado e reprodução social. É ela quem cuida dos filhos das mulheres brancas, que realiza os trabalhos domésticos, marcando um contexto de divisão sexual e racial do trabalho. Entendemos por divisão sexual do trabalho a propagação da ideia de que existem atividades próprias para os homens, e outras para as mulheres, sendo as femininas aquelas relativas ao cuidado. No Brasil, a estruturação da divisão sexual do trabalho interpõe hierarquias de raça, de tal modo que é possível identificar a mulher negra como a principal responsável pelo cuidado, seja remunerado ou não. Face ao exposto, a responsabilização, principalmente da mulher negra, pelas demandas do cuidado se relaciona muito mais com a construção histórica do que com justificativas biológicas, engendrando em uma divisão racial do trabalho. Somado a isso, observamos que o contexto latino-americano é marcado pela Teoria da Dependência, a qual, em apertada síntese, estuda a relação entre os países do Sul com os do Norte global e as interferências que essa relação gera no contexto interno. Na análise de Aníbal Quijano essa situação de dependência deriva na presença do Polo Marginal e Mão de Obra Marginal. Conceitos esses que Lélia Gonzalez irá problematizar e demonstrar que se conectam principalmente com as mulheres negras. Com isso em vista, a pesquisa objetiva compreender os conceitos de Polo Marginal e Mão de Obra Marginal sob um viés crítico de gênero e raça. Para tanto, será utilizado de Aníbal Quijano para compreendermos o sentido dos conceitos, bem como também dos apontamentos de Lélia Gonzalez sobre a população negra, e em particular, a mulher negra no Brasil.

LÉLIA GONZALEZ E A PROBLEMÁTICA DO DESENVOLVIMENTO DESIGUAL E COMBINADO NA SUPEREXPLORAÇÃO DA MULHER NEGRA

Flávia Teles (Unicamp)

Lélia Gonzalez é reconhecida pelo pioneirismo nos debates em torno da mulher negra brasileira, segundo Angela Davis, o feminismo negro foi criado no Brasil, e é com a professora, filósofa e antropóloga mineira que é possível aprender sobre isso. Neste trabalho, a partir dos escritos organizados na obra “Por um feminismo afro-latino-americano” abordaremos o pioneirismo de Lélia Gonzalez ao buscar na análise da superexploração do trabalho as raízes do tipo de desenvolvimento econômico que existe no Brasil, marcado pela colonização europeia, pela opressão indígena e pela escravidão negra africana. Para isso, abordaremos a importância do conceito marxista de desenvolvimento desigual e combinado e como ele foi apropriado por Gonzalez para a compreensão do lugar do negro, e em especial da mulher negra na força de trabalho brasileira. As reflexões sobre o lugar do negro na sociedade de classes esteve presente na chamada escola paulista de sociologia, da qual Florestan Fernandes é o principal expoente. Gonzalez é uma das autoras que se propõe a fazer um debate com a ideia de integração, ou desintegração, do negro a partir dessa problemática do tipo de desenvolvimento no Brasil, colocando como central na sua análise o trabalho da mulher negra como a maior expressão da especificidade econômica brasileira, uma visão distinta da apresentada até então pelo pensamento social. Também abordaremos os limites da apropriação do conceito de desenvolvimento desigual e combinado na sua análise e os impactos dessa abordagem na ativista e militante, fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU) na década de 1970.

TRABALHO REPRODUTIVO E EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES A LUZ DO FEMINISMO NEGRO

Alessandra Rebecchi

Pensando na dominação das mulheres em nossa sociedade capitalista neoliberal e, portanto, patriarcal, que as coloca com todo o peso da responsabilidade pelos trabalhos reprodutivos, seria possível haver um movimento de resistência para a emancipação de todas as mulheres? Neste trabalho, buscarei mostrar como os trabalhos reprodutivos - fundamentais para a manutenção do sistema capitalista - foram a base da dominação feminina no mundo contemporâneo. Com esta compreensão, entender quais as possibilidades de emancipação das mulheres a partir do feminismo negro e utilizando como base o conceito de cuidado de si pelo cuidado do outro da filósofa e ativista feminista brasileira Sueli Carneiro. Pretendo concentrar-me na primeira (I) parte deste trabalho em como o capitalismo desenvolveu-se na revolução industrial com a espoliação dos direitos das mulheres e que ainda permanece nos dias atuais. Em seguida, irei demonstrar a importância de se olhar para a emancipação feminina a partir do feminismo negro (II). E, na terceira parte (III), mergulharemos no conceito de Sueli Carneiro sobre o potencial emancipatório e a autonomia do indivíduo a partir do coletivo.

25/04 | 14h

sala 163 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

JUSTIÇA DE GÊNERO: ABORDAGENS E CONQUISTAS NO CAMPO DO DIREITO

MEDIAÇÃO: MARIANA AMARAL (USP)

A NECESSIDADE DE UM PRINCÍPIO DA INTERSECCIONALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIOJURÍDICAS NA ORDEM CONSTITUCIONAL BRASILEIRA

Carla Zanata (UFSC)

Este trabalho discute a urgência da inserção da interseccionalidade das relações sociojurídicas no catálogo normativo da Ordem Constitucional brasileira. Capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação, e como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas para mulheres, raças, etnias, classes, nacionalidades e outras, na sociedade brasileira, é também tarefa da norma jurídica Constitucional. Tal possibilidade já existe na Constituição brasileira, tendo em vista dois dos objetivos fundamentais da República inscritos em seu artigo 3º, incisos III e IV, a saber: “III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”; e “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação”. Meu objetivo é indicar como os sujeitos marcados pelo gênero, a raça, a classe, a nacionalidade, a etnia e outros aspectos, suportam em maior medida as desigualdades socioeconômicas refletidas no acesso aos direitos humanos, e a função da Ordem Jurídica Constitucional no enfrentamento dessa conjuntura desigual. Tal desigualdade, pode ser verificada em dados do IBGE, do Smartlab e do INSS por exemplo, e justificam esta discussão. Para tanto, se apresentará uma revisão bibliográfica da teoria social crítica da interseccionalidade de Patricia H. Collins, e do modelo jurídico interseccional de Kimberlé W. Crenshaw, assim como dados que indicam a medida das desigualdades estruturantes da sociedade brasileira. Os resultados esperados dizem respeito ao debate em torno de um tema cada vez mais urgente no Brasil, e sobre uma possível forma de enfrentamento dessa conjuntura desigual.

QUESTÃO SOCIAL, RACIALIDADE E GÊNERO - UM DEBATE SOBRE A REALIDADE DE MULHERES E A ENTREGA VOLUNTÁRIA NO BRASIL

Ana Beatriz Caetano da Silva

O presente Trabalho de Conclusão de Curso, pretende analisar a realidade social a partir da efetivação da Entrega Voluntária pela lei 13.509, do ano de 2017. Este estudo consiste na análise acerca das dificuldades enfrentadas por mulheres no Brasil, até a decisão de entregar um filho para a adoção, compreendendo também que este ato pode estar ligado a não identificação com a maternidade, uma vez imposta socialmente. Assim, se faz necessário analisar todo o contexto em que essa mulher está inserida, trazendo ao debate as expressões da questão social impostas no sistema capitalista, debatendo sobre os movimentos que foram responsáveis na luta pelos direitos das mulheres, como o movimento feminista e colocando também a análise do histórico da proteção dos direitos na primeira infância, tendo em vista os casos apresentados na Instituição de Acolhimento Institucional Obra do Berço.

A FORMA JURÍDICA A PARTIR DO FEMINISMO: A MULHER COMO SUJEITO DE DIREITO

Thamíris Evaristo Molitor (UFMG)

A teoria marxista sobre o modo de produção capitalista demonstra como as esferas da produção e da circulação são essencialmente ligadas para o funcionamento da acumulação de capital. Para possibilitar que as mercadorias produzidas sejam colocadas em circulação é necessário que as pessoas sejam entendidas como iguais, livres e proprietárias. É assim que a forma mercadoria se encontra com a forma jurídica, pois as pessoas são os sujeitos de direito, os átomos para a formulação da crítica do direito a partir do marxismo. Pachukanis (2017) e Edelman (2016), assim como outros e outras intelectuais marxistas, teorizaram sobre a função do sujeito de direito e da ideologia jurídica no capitalismo. No Brasil, assim como de forma semelhante nos outros países capitalistas, as mulheres passam a ser consideradas como sujeitos de direito perante a forma jurídica de maneira tardia em comparação com os homens. Para a perfeita realização dessa figura proprietária da sua força de trabalho – que pode ir ao mercado e vendê-la livremente – é necessária a realização do contrato que só pode ser firmado entre sujeitos de direito. As mulheres só passam à condição de “cidadãs”, ou seja, capazes de exercer sua “autonomia da vontade” pelo direito brasileiro de maneira relativamente recente (Molitor, 2021). Por exemplo, as mulheres casadas só passaram a poder realizar contratos sem autorização do marido a partir dos anos 1960. O capitalismo, então, se apropria de opressões já existentes em outros modos de produção (Federici, 2017; Mies, 2022; Vogel, 2022) com vistas a aumentar a exploração de classe. Assim, essencial a investigação da forma jurídica por meio do marxismo feminista.

GÊNERO, HONRA E DISCURSO JURÍDICO: UMA CRÍTICA DO DIREITO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA DISCURSIVO-MATERIALISTA

Caroline Fazio (Unicamp)

Este trabalho visa, a partir do aparato teórico da Análise de Discurso Materialista, postulada por Michel Pêcheux, juntamente da teoria geral do direito de Pachukanis e atrelada à teoria feminista, principalmente aos trabalhos de Silvia Federici, Maria Lygia Quartim de Moraes e Mary del Priori, analisar discursivamente como a noção de “legítima defesa da honra”, argumento ancorado pelo Art. 121 do Código Penal de 1940, utilizado por muitos anos no Brasil por homens que assassinaram as suas companheiras, justificando como “crime passional”, e que possui ressonâncias até os dias atuais, passa a ser forjada e assegurada junto do momento de desenvolvimento e consolidação do Direito burguês no Brasil. Para tanto, o artigo se debruça em recortes do Código Penal de 1890 e 1940 como forma de observar, pela linguagem do direito, como os papéis de gênero se delimitam no/pelo discurso jurídico, sustentados por discursos médicos-psiquiátricos, criminais, moral-religioso, que, por sua vez, contribuem para entrelaçar o imaginário de gênero com as relações de produção do modo capitalista. Dessa forma, este trabalho busca dar a ver como esses imaginários são constitutivos desse modo de produção específico e como o direito, base do modo de produção capitalista, reproduz em seu funcionamento esses imaginários.

25/04 | 14h

sala 202 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
ECOSSOCIALISMO FEMINISTA: UNINDO LUTAS
AMBIENTAIS E DE GÊNERO

MEDIAÇÃO: TABATA TESSER (USP)

A PERSPECTIVA DE GÊNERO NA ANÁLISE DO PLANO ESTADUAL DE AGROECOLOGIA E PRODUÇÃO ORGÂNICA DE SÃO PAULO

Soraia de Fátima Ramos (IEA-USP)

O trabalho tem por pressuposto contribuir para uma crítica feminista marxista da situação de vulnerabilidade das mulheres no contexto do modo de produção capitalista. Evidencia as consequências e as alternativas aos modelos de produção e consumo alimentar convencional. O artigo se fundamenta em documentos e informações estatísticas oficiais, e em revisão de literatura para autoras feministas marxistas. Apresenta aspectos do capitalismo contemporâneo no que se refere ao cenário de pobreza e insegurança alimentar; e o perfil de emprego e renda no Brasil e estado de São Paulo, com ênfase para a condição feminina. Propõe como recorte analítico a apreciação do papel do Estado com as políticas públicas aos sistemas agroalimentares orgânico e agroecológico. Objetiva analisar especificamente - estudo de caso - de que maneira a questão de gênero se manifesta no primeiro Plano Estadual de Agroecologia e Produção Orgânica (PLEAPO) do estado de São Paulo. Ressalta que o processo de elaboração da minuta que deu origem ao documento dessa política pública foi organizado sob a liderança da Câmara Setorial de Agricultura Ecológica (CSAE), do Comitê Gestor do PLEAPO, e de dinâmicas realizadas com Grupos de Trabalho (GT) que envolveram a participação do poder público e sociedade civil. Após a revisão técnica do texto, realizada por agentes públicos da Secretaria de Agricultura e Abastecimento de São Paulo, o documento final do PLEAPO foi publicado em 2023, e constitui o texto base que fundamenta este artigo. A agroecologia apresenta-se como alternativa para pensar os sistemas agroalimentares em uma sociedade pós-capitalista. Todavia, salienta-se as contradições do protagonismo do Estado para uma transformação social efetiva que contemple de fato as reivindicações das mulheres feministas.

GÉNERO Y CAMBIO CLIMÁTICO: ANÁLISIS DE LOS IMPACTOS DIFERENCIADOS

Abril Vidal Monroy (UNAM)

El cambio climático representa una problemática compleja que demanda un análisis profundo de sus interrelaciones con las sociedades humanas y la naturaleza. En este contexto, un enfoque interseccional, derivado de la teoría feminista crítica, emerge como una herramienta valiosa para comprender cómo distintas personas y sociedades experimentan de manera dispar sus efectos, debido a su posición en estructuras de poder moldeadas por categorizaciones sociales específicas y dinámicas. A pesar de la prominencia de conceptos como clase, pobreza y raza en los análisis científicos del cambio climático, el género ha sido relativamente subestimado en la literatura académica. Una revisión exhaustiva indica una falta de investigación en las numerosas dimensiones de género en relación con el cambio climático. Esta falta de atención al género en el discurso académico sobre el cambio climático subraya la necesidad de un enfoque más integral que incorpore las dinámicas de género en la investigación y las políticas relacionadas con el cambio climático a nivel mundial.

CATADORAS DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E FORMA JURÍDICA AMBIENTAL: DO “QUARTO DE DESPEJO” À “SALA DE VISITAS” DA SOCIALIZAÇÃO CAPITALISTA

Leila Giovana Izidoro (USP)

A proposta parte do impacto da reestruturação produtiva do capital no trabalho dos(as) catadores(as) de materiais recicláveis. Esses(as) trabalhadores(as) dependem da venda de materiais cujos preços flutuam no mercado, além de serem afetados pelo processo de financeirização do meio ambiente. A “forma jurídica ambiental” é expressa nesse processo por meio da compensação ambiental, na qual a recuperação do “lixo” se torna um “ativo ambiental”, negociado por meio de créditos de logística reversa. Esse cenário de aparente acordo de vontades na esfera da circulação exclui o momento da desigualdade na esfera da produção, onde ocorre a exploração da força de trabalho dos(as) catadores(as). Partindo da teoria do valor de Karl Marx e da crítica da forma jurídica de Evgeni Pachukanis, esta proposta explora a relação entre “forma jurídica ambiental” e a subjetividade jurídica das catadoras de materiais recicláveis. Isso porque, no Brasil, cerca de 70% da catação é realizada por mulheres, denotando a “donadecasificação” (Mies, 2022) desta ocupação, abrangendo a combinação de trabalho produtivo e reprodutivo. Em um contexto de crise ambiental-climática e de crise da reprodução social, há um processo de transformação significativa na posição dessas trabalhadoras: do “quarto de despejo” passam à “sala de visitas” (De Jesus, 1961) da sociabilidade capitalista. A “sala de visita” é a logística reversa, local onde elas estão mescladas com empresas e com o Estado e em que é levado ao extremo a acumulação do trabalho produtivo direto e reprodutivo (Martins, 2023). A proposta identifica as limitações impostas pelo capital à potência política dessas trabalhadoras, direcionando-as ao universo contratual e de sustentabilidade de seus empreendimentos.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL E O CERCO ÀS MÃES GUARANI-KAIOWÁ NO MATO GROSSO DO SUL

Karina Pinhão (Universidade de Coimbra)

A partir do conceito de Mészáros sobre a crise estrutural do capital, o presente trabalho tem por finalidades discutir como a desigualdade social é mobilizada para coagir e moldar as subjetividades das mães guarani-kaiowá nos processos de guarda e acolhimento de suas crianças no Mato Grosso do Sul. Para tanto, primeiro se discutirá como a crise estrutural do capital avançada localmente sobre os territórios guarani-kaiowá no sul do Mato Grosso do Sul produzindo condições de profunda desigualdade social, atingindo sobretudo as mulheres guarani-kaiowá. Em seguida, se relacionará essas desigualdades sociais com a experiência traumática e dolorosa das mães guarani-kaiowá nos casos de acolhimento e afastamento de suas crianças. Por fim, se discutirá como os casos de acolhimento e os processos de guarda de crianças e/ou jovens guarani-kaiowá se convertem em verdadeiras ações de controle e coação das subjetividades das mulheres indígenas, especialmente sobre sua maternidade. Conclui-se, por fim, que esse controle se exerce em direção às necessidades do modo de produção capitalista, de modo não somente a manter a reprodução das relações sociais capitalistas como de conter, violentamente, as formas de resistência e fuga delas.

25/04 | 14h

sala 204 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

FEMINISMO EM AÇÃO: TRANSFORMAÇÕES E CONQUISTAS NO CAMPO E NO SERVIÇO SOCIAL

MEDIAÇÃO: LUCINEI PAES (USP)

FEMINISMOS MARXISTAS E SERVIÇO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA SUA PRÁXIS REFLEXIVA

Maira Franciane da Silva (Unesp)

O feminismo se apresenta, enquanto uma das frentes mais poderosas de luta por justiça social no mundo de hoje, pluralista, possui as mais variadas e diversas correntes teóricas e práticas, com diferenças significativas em seu interior, em um movimento dialético constante. O debate entre teses distintas e a crítica entre elas, suas potencialidades e limites se sustentam no pluralismo crítico que exige posicionamentos nítidos e o exercício da crítica radical. A teoria marxista, enquanto referência e inspiração metodológica para as correntes feministas se mostra fundamental para análise e compreensão da sociabilidade, do modo de produção capitalista e todas as desigualdades sociais que se fundam e se expressam em todas as esferas da reprodução da vida social. A emancipação humana e consequentemente das mulheres, se dá através da superação da sociedade de classes. Compreender e analisar os feminismos enquanto uma categoria social e histórica se torna fundamental para compreendermos o Serviço Social em sua totalidade social, enquanto profissão instituída no sistema de dominação- exploração capitalista, patriarcal e racista. Perscrutar os feminismos marxistas, buscando nesses fundamentos subsídios para uma prática profissional consoante com uma prática feminista que reconheça, na apreensão crítica e em uma perspectiva de totalidade das relações sociais, a compreensão necessária para reconhecer nossa inserção nesse sistema. Entendendo a história enquanto um movimento pertencente à dinâmica da vida social, dessa unidade dialética teórico-prática, quais as tendências teóricas feministas marxistas em debate no Serviço Social brasileiro? Um momento de despertar político, de luta, e uma oportunidade de transformação social.

A INVISIBILIDADE DO TRABALHO DA MULHER NEGRA NO CAMPO E OS DESAFIOS COLOCADOS NO CONCEITO DE FEMINISMO CAMPONÊS E POPULAR

Maria Rosineide Pereira (USP)

O presente trabalho é fruto de uma revisão bibliográfica acerca da divisão sexual e racial do trabalho no campo e as reflexões atualizadas a partir do conceito do feminismo camponês e popular. A divisão sexual e racial do trabalho, tanto no campo quanto na cidade é operada no atual sistema econômico que tem por finalidade o acúmulo de capital. A atual exploração do trabalho das mulheres negras, no campo, remonta ao período escravista colonial, período esse, caracterizado pela composição estrutural destas no processo de exploração do seu trabalho como também, vulneráveis a todas as formas de violência, principalmente a violência sexual. As mulheres negras, ao longo desse processo histórico, precisaram se submeter às piores condições de vida e não ficaram ausentes de tais processos produtivos, embora que esse trabalho não tenha sido considerado trabalho ou muitas vezes a própria condição de sua existência tenha proporcionado esse processo de invisibilidade. Nesse intuito é importante notar que na análise do trabalho das mulheres negras no campo é preciso considerar que as desigualdades existentes além de acontecerem na dimensão sociocultural se efetivam na dimensão política e econômica. Partir desse pressuposto é estritamente necessário para compreender as relações de raça e de gênero que se estabelecem no campesinato nordestino. Além disso, é preciso pensar a atualidade desse debate a partir do conceito de feminismo camponês e popular. Esses elementos podem trazer subsídios interessantes para pensar as possíveis diferenciações no rumo das análises que engendraram a compreensão desse de gênero, classe e raça no campo. Nesse aspecto consideramos relevante refletir tais mediações a partir de processos de resistências organizados pelas mulheres camponesas.

A VOZ DAS MULHERES CAMPONESAS DE SERGIPE: UMA ANÁLISE DA EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO DE MULTIPLICADORAS PARA A MARCHA DAS MARGARIDAS 2023

Lui Duque Magno (UFS)

O movimento camponês é historicamente criminalizado no contexto brasileiro por conta de um imaginário alicerçado, ou na falta de conhecimento acerca da realidade desses grupos organizados que lutam para mudar a ordem social vigente, ou nas disputas entre esses grupos e projetos políticos hegemônicos. É importante ressaltar que se um coletivo de mulheres está pactuado com o conservadorismo, não pode ser considerado feminista e por isso, este trabalho foca apenas nas mulheres das classes populares integrantes de movimentos camponeses de Sergipe que participaram da experiência da formação de multiplicadoras para a Marcha das Margaridas 2023. Utiliza-se como base metodológica o materialismo histórico dialético com o objetivo de abordar criticamente como esse processo formativo impactou na tomada de consciência acerca da opressão exercida pelo patriarcado na vida das mulheres e como isso

se expressou na construção coletiva do documento com as reivindicações das mulheres sergipanas entregue à Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), entidade que organiza a marcha. Também intenciona discorrer sobre como, a partir da compreensão de que a sua condição de oprimida ultrapassa as questões de classe e se intensificam por conta do gênero e da raça, essa mulher passa a projetar a sua voz dentro dos movimentos que compõe como estratégia de manter-se atuante e protagonista de sua própria história. Conclui-se que o sistema cisheteropatriarcal e racista se impõe na sociedade e consequentemente nos coletivos políticos organizados em movimentos camponeses e, desta forma, mesmo as organizações que lutam contra o sistema opressivo do capital, não necessariamente estão lutando contra o patriarcado, sistema anterior ao capitalismo mas que a ele dá suporte.

PERÍCIA EM SERVIÇO SOCIAL E ACUSAÇÕES DE ALIENAÇÃO PARENTAL: BREVE ANÁLISE A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Edna Fernandes da Rocha (PUC-SP)

Este ensaio teórico tem como objetivo apresentar algumas reflexões acerca do trabalho do/a assistente social nas varas da família e sucessões dos Tribunais de Justiça brasileiro, no atendimento às pessoas que têm suas vidas judicializadas em razão dos processos de divórcio, guarda e regulamentação da convivência social de crianças e adolescentes em meio às disputas patrimoniais, isto é, o assim chamado “conflito familiar”. Não obstante, em muitos casos, este contexto ser demarcado por violências (doméstica, sexual e de gênero, dentre outras) que se manifestam como expressões da questão social, propomos uma análise crítica apoiada na teoria da reprodução social sobre as relações familiares, conjugais e parentais que abarque as perspectivas de gênero, raça e classe. É recorrente nos processos judiciais de natureza anteriormente mencionada, mulheres-mães serem constantemente acusadas de cometerem alienação parental, com base na Lei n. 12.318/2010 – Lei da Alienação Parental, ao denunciarem os pais por violência doméstica e/ou sexual contra si e seus/suas filhos/as ou, simplesmente, pedirem a regularização da guarda e da convivência familiar. Ao serem acusadas de “alienadoras”, as mulheres-mães têm questionadas a sua capacidade para o exercício da maternidade e do cuidado de seus/suas filhos/as. Por meio da teoria da reprodução social pretendemos apresentar as incongruências desta Lei que se coloca como protetiva aos direitos dos mais vulneráveis, mas em sua essência, oculta a misoginia e reforça tanto o aparato punitivo do Estado como a violência processual, contrariando as legislações que protegem mulheres, crianças e adolescentes e o exercício da parentalidade. Defendemos, portanto, a eliminação de todas as formas de exploração e opressão por gênero/raça/classe.

25/04 | 14h

sala 206 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
TRABALHADORAS DOMÉSTICAS, RAÇA E
REPRODUÇÃO SOCIAL**

MEDIAÇÃO: CAMILA BARON (UBA)

A CONSUBSTANCIALIDADE DAS RELAÇÕES SOCIAIS E A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA PERSPECTIVA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Ana Julia Assis de Sousa e Mayanne Kelly Macedo Torres (UFRN)

Esse trabalho apresenta uma análise crítica para enfatizar a consubstancialidade das relações sociais –sexo, raça e classe –para a apreensão da situação das mulheres trabalhadoras domésticas no Brasil, que possui destaque para fortes marcas de um passado escravocrata e recentes ataques neoliberais aos direitos trabalhistas. Se trata de um estudo feminista marxista, seguindo o materialismo histórico, importante por seguir a concepção de que as relações sociais formam a realidade social. Esse recorte recebe nossa notoriedade em vista dos fortes impactos que essas trabalhadoras têm atravessado em decorrência da recente Reforma Trabalhista e os efeitos da crise do COVID-19. Tais fatores regressam conquistas construídas para superar sólidas precariedades infligidas a essa categoria – em divergência com o avanço estabelecido pela E.C. 72/2013 – impulsionando a flexibilização dos contratos e a exploração do trabalho das trabalhadoras domésticas. Os efeitos desse declínio se configuraram no atual cenário de expansão da informalidade trabalhista, pauperização e sobrecarga de trabalhos do cuidado. Nos últimos dois anos, no trabalho doméstico, se agravaram e reduziram as condições de ascensão social das mulheres, sendo as negras as mais impactadas por: sobrecarga da responsabilização familiar (54,2%), situação de pobreza (43,4%) e menor incidência de carteira assinada (24,2%). Portanto, para esse cenário, o referencial teórico seguido é das autoras Kergoat (1994) e Cisne (2017) e se desenvolve uma análise estatística através de dados do IBGE, IPEA e DEESE. Esse estudo objetiva apresentar a compreensão dessas relações consubstanciais, como se reproduzem em articulação, sendo fundamentais para entender as relações de exploração vividas pelas mulheres trabalhadoras domésticas.

O TRABALHO DOMÉSTICO RACIALIZADO: DA SOBRECARGA DE TRABALHO À SAÚDE DA MULHER NEGRA

Franciane de Carvalho Novaes (UFRJ)

A constante naturalização da precarização e da invisibilidade do trabalho doméstico no espaço privado, ao longo das décadas, vem sendo mascarada pelas seguintes frases: “como se fosse da família”, “trabalho por amor” ou “é obrigação da mulher a responsabilidade pelo cuidado da família”. A partir dessas frases, surge então o objeto de estudo deste texto: O trabalho doméstico racializado: da sobrecarga de trabalho à saúde da mulher negra. O qual compreendemos nas relações interpessoais o processo histórico de invisibilidade do trabalho doméstico no mundo do trabalho. Sob este aspecto, mostrar a existência de traços de continuidades e rupturas como em “casa grande e senzala”, significa ressaltar que estes traços são atravessados por questões étnico-racial e patriarcal. O texto em questão apresenta uma análise sobre o trabalho doméstico não remunerado e seus impactos na saúde da mulher negra brasileira. Compreendemos que, o Brasil possui um sistema universal de saúde pública, o SUS, e tem a finalidade de atender às necessidades de saúde de toda população.

TRABALHO DOMÉSTICO REMUNERADO NO CAPITALISMO: QUAL A SUA FUNÇÃO PARA O TRABALHO REPRODUTIVO?

Larissa Feitosa da Rocha e Shirley Silveira Andrade (UFS)

No atual estágio do capitalismo vivenciamos, segundo a Organização Internacional do Trabalho - OIT, uma crise global dos cuidados. Quanto mais a população envelhece e as mulheres ingressam no mercado de trabalho, maior fica a demanda por trabalhos de cuidados e trabalho doméstico remunerado. Nesse sentido também, quanto mais as forças produtivas capitalistas avançam, mais trabalho de cuidado é preciso para reproduzir a força de trabalho necessária. No Brasil, os casos de trabalhadoras domésticas resgatadas do trabalho escravo crescem em ritmo galopante, o que demonstra que, mesmo após avanços jurídicos e legais, o desrespeito às legislações e direitos conquistados segue vigente. Dito isto, nos arrebata uma dúvida: por que, mesmo atuando fora da esfera da produção de mercadorias, o trabalho doméstico remunerado continua sendo alvo de disputa do capital? Sendo assim, este artigo objetiva analisar os mecanismos utilizados pelo capitalismo para transformar o trabalho doméstico remunerado em elemento central no desenvolvimento do trabalho reprodutivo. A pesquisa será realizada com o aporte teórico da Teoria da Reprodução Social - TRS. Metodologicamente será documental e, como fonte de dados, realizaremos levantamento bibliográfico, dados de instituições de pesquisa e estatística como o IBGE, IPEA, artigos científicos e jornalísticos, teses e dissertações.

25/04 | 14h

sala 208 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

GÊNERO E LUTA DE CLASSES: ABORDAGENS FEMINISTAS NA TEORIA MARXISTA

MEDIAÇÃO: LUNA RIBEIRO CAMPOS (UNICAMP)

O EMPODERAMENTO FEMININO COMO PARTE DE UM DISCURSO DE GÊNERO SEM O RECORTE DE CLASSE

**Natalia Palhoza, Soraya Franzoni Conde
e Samara Madureira Moraes (UFSC)**

Empoderamento feminino e igualdade de gênero são pautas de atuação de organismos multilaterais como a ONU Mulheres. Suas proposições têm impacto na definição de políticas públicas nacionais e no consenso sobre os horizontes de conquistas dos direitos das mulheres. Este trabalho objetiva analisar as proposições de empoderamento feminino e igualdade de gênero da ONU Mulheres partindo da contradição entre capital e trabalho. Desenvolve-se pesquisa documental considerando os documentos: a) "Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável" (ONU, 2015); b) "A Estratégia de Montevidéu para a Implementação da Agenda Regional de Gênero no Âmbito do Desenvolvimento Sustentável até 2030" (ONU; CEPAL, 2016); "Glossário de termos do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5" (ONU, 2016). As análises pautam-se em Marx (2017), Arruza, Bhattacharya e Fraser (2019), Mézsáros (2001), dentre outros. Entende-se que a opressão de gênero tem relação com o papel reprodutivo desempenhado pelas mulheres no capitalismo. Desvinculada disso, a conquista de empoderamento feminino e igualdade de gênero é colocada como solução pela ONU Mulheres, pautando-se em reformas nos âmbitos econômico, tecnológico, legal e educacional e que não tocam em questões estruturais que condenam a maior parte das mulheres do mundo à miséria, ao trabalho explorado e à dupla jornada de trabalho. Embora os financiamentos de pesquisa e de políticas para mulheres sejam importantes considerando a histórica herança patriarcal de nossa sociedade, tais proposições restringem-se às manifestações aparentes do problema e limitam a emancipação das mulheres ao âmbito meramente formal, sem um projeto de emancipação substancial e sem questionar os pilares estruturais que sustentam a opressão feminina e a exploração da força de trabalho.

PEDAGOGIAS FEMINISTAS PARA LA LECTURA DE “EL CAPITAL” DE MARX

R. Lizette Santana Belmont (UNAM)

Las pedagogías feministas nos proporcionan herramientas indispensables para una relectura y enseñanza de "El Capital" de Marx, al destacar las intersecciones entre clase y género en el análisis de las relaciones capitalistas. Distinguir las intersecciones entre la teoría del valor, la ley general de acumulación capitalista y la tendencia decreciente de la tasa de ganancia, con las dimensiones de clase y género; hoy día se vuelve necesario para develar análisis donde la división sexual del trabajo asigna roles específicos a hombres y mujeres que perpetua la desigualdad de género. Para lograr una praxis emancipatoria hay que comprender que la explotación capitalista afecta de manera desproporcionada a las mujeres en diferentes sectores de la economía y esto se relaciona con la teoría del valor de Marx, por ello la acumulación capitalista afecta de manera diferencial a las mujeres en el trabajo asalariado y no asalariado, así como en las industrias feminizadas donde los salarios suelen ser más bajos y las condiciones laborales más precarias. La sobreexplotación de la mano de obra femenina y cómo ésta se relaciona con la ley general de acumulación capitalista de Marx, así como la exclusión de las mujeres en los sectores económicos más lucrativos, son análisis indispensables para esclarecer cómo las relaciones de poder patriarcales y capitalistas se entrelazan para perpetuar la explotación de las mujeres y cómo esto afecta la dinámica económica general. Las pedagogías feministas fomentan la conciencia de clase, etnia y género, entre los estudiantes, alentándoles a reflexionar sobre las desigualdades de género arraigadas en las estructuras capitalistas.

FEMINISMO CLASSISTA: O FEMINISMO PARA ALÉM DO CAPITAL NO CAPITAL

Deise Luiza da Silva Ferraz e Marília Duarte de Souza (UFMG)

O objetivo deste texto é refletir sobre a luta feminista enquanto luta que necessita ser também luta de classes ao mesmo tempo em que demonstra que a tarefa da superação das relações de classe se realiza também na luta da mulher. O avanço na constituição de relações humanas emancipadas exige a superação da exploração e da opressão. Se por um lado os adeptos do irracionalismo refutam a luta de classes, por outro, os adeptos do marxismo não vulgar questionam sobre a relação entre as mediações particulares da luta feminina e as mediações universais da luta de classes (os adeptos do marxismo vulgar não conseguem elaborar nem sequer essa questão). Para apresentar respostas aos questionamentos, lançamos mão de afirmações categóricas, que serão desenvolvidas no decorrer do texto. 1) O interesse necessário da classe trabalhadora para superar as relações metabólicas do capital é a supressão da propriedade privada e do estado burguês. 2) O interesse necessário da humanidade para superar as relações sociais desumanizadora é a supressão das opressões que tem como momento preponderante as relações de apropriação privada, trabalho assalariado e divisão social do trabalho, ou seja, relações capitalistas de produção. A partir de Marx e Mészáros, demonstraremos, portanto, como a luta pela emancipação da mulher não é uma luta que pode ser realizada junto à luta de classes, pois, ao írmos à raiz da questão, o que o movimento real das relações sociais capitalista apresenta é que a luta da emancipação da mulher é uma luta que necessariamente deve ser feita enquanto uma luta de classes.

FEMINISMO E LUTA DE CLASSES: UM DIÁLOGO ENTRE CINZIA ARRUZZA E DANIEL BENSAÏD

Pedro Barbosa (Unicamp)

O objetivo deste trabalho é analisar o modo como o feminismo marxista contemporâneo concebe o papel da luta de classes à luz da articulação entre opressão das mulheres e capitalismo. Em um primeiro momento, a análise será dirigida a algumas teses centrais do feminismo materialista francês, a fim de explicitar a maneira como esta vertente do feminismo concebeu a relação entre opressão das mulheres e exploração capitalista. Em um segundo momento, tais teses serão confrontadas com as críticas que lhes foram dirigidas por parte do feminismo marxista, levando-se em consideração essencialmente as elaborações de Cinzia Arruzza, um dos grandes nomes da teoria da reprodução social nos dias de hoje. Nesta segunda parte, também destacaremos a maneira como o feminismo marxista contemporâneo tem concebido a problemática da hierarquia entre os conflitos sociais. Em um terceiro momento, por fim, tomaremos como base as reflexões estratégicas de Daniel Bensaïd com o intuito de discutir o papel da luta de classes a partir de uma perspectiva marxista e feminista, em um esforço de contribuição aos debates coletivos da teoria da reprodução social.

26 de abril

26/04 | 10h

sala 118 (prédio do meio)

sessão de comunicações

**MULHERES E O SISTEMA PRISIONAL: FEMINISMO,
ABOLICIONISMO E REPRODUÇÃO SOCIAL**

MEDIAÇÃO: MARIANA RONCATO (UNICAMP)

**A EXPANSÃO CARCERÁRIA NO SUL GLOBAL REVISITADA A PARTIR DA TEORIA DA
REPRODUÇÃO SOCIAL**

Carolina Soares Nunes Pereira (Unicamp)

O presente trabalho pretende apresentar caminhos teóricos e metodológicos para pesquisas focadas no problema do encarceramento em massa e da expansão prisional a partir da Teoria da Reprodução Social, nos marcos da obra marxiana e de autoras marxistas feministas que dela se apropriam. O primeiro objetivo é evidenciar que há inúmeros ganhos em tomar a prisão como um objeto da economia política a partir das lentes específicas da TRS, que se pretende uma teoria unitária. Tanto por retirar a prisão do isolamento dos estudos da violência e da punição e inseri-la de volta à realidade, na qual ela se conecta com relações sociais das mais diversas, de trabalho produtivo e improdutivo, a circulação de mercadorias, relações raciais, relações de afeto, dentre inúmeras outras. Quanto ao fato de que a TRS se mostra como um ponto de partida fértil para evidenciar que as prisões não nascem e também não persistem isoladas do restante do capitalismo, pelo contrário, que estão diretamente relacionadas às relações de produção de mercadorias e às relações de trabalho num geral. Se isto é minimamente evidente em alguns textos seminais da Criminologia Crítica sobre a origem da prisão no norte global, essa análise quase desaparece na maioria das pesquisas contemporâneas sobre o cárcere e suas adjacências. No nosso caso, diferentemente do que foi realizado pelos criminólogos críticos, o objetivo é mais amplo do que reconectar a prisão à fábrica e à produção de mercadorias. Pretendemos demonstrar que a TRS aponta os caminhos para investigar as conexões mais amplas da prisão com a produção e reprodução do capital, com as diferentes formas de trabalho - o que inclui as diversas formas de trabalho reprodutivo, e ajuda a reconectar a prisão à uma história crítica e mais geral do capitalismo.

AS RELAÇÕES DE SENTIDO NA ARTICULAÇÃO GÊNERO, RAÇA E CLASSE: REPRODUÇÃO SOCIAL E PRISÃO

Luciana Iost Vinhas (UFRGS)

No presente trabalho, atentamos para a situação das mulheres na formação social capitalista, e, para isso, nos ancoramos nos pressupostos da Teoria da Reprodução Social (TRS) para compreender a forma como, nos processos de contradição e sobredeterminação que são constitutivos dessa formação social, organiza-se o trabalho produtivo e o trabalho reprodutivo de forma corporificada, não entendendo o corpo como componente biológico, mas como efeito de relações sociais, históricas e ideológicas. Nosso objetivo, articulando a TRS à Análise Materialista de Discurso (AD), é de compreender o processo de produção de sentido relacionado à reprodução social na análise de enunciados produzidos em contexto de privação de liberdade de mulheres no Rio Grande do Sul. A forma como as palavras ganham sentido depende de um processo materialmente produzido de forma generificada (Cestari, 2015; Zoppi-Fontana e Ferrari, 2017) e racializada (Modesto, 2021). Assim, é necessário que as mulheres se reconheçam no lugar do trabalho reprodutivo para que as relações de opressão de raça e de gênero possam ser reproduzidas na formação social capitalista, sendo que, no Brasil, há uma configuração específica de sobredeterminações que produz nossa formação social, baseada em exploração de classe e em opressões de gênero e raça que compõem a totalidade capitalista. É por isso que, no presente trabalho, de forma ainda inicial, realizamos a articulação teórica acima citada para compreender os processos de produção de sentido sobre a relação das mulheres com a reprodução social em situação de privação de liberdade.

A NECESSIDADE DO DEBATE FEMINISTA/MARXISTA SOBRE AS DESIGUALDADES DE GÊNERO NO SISTEMA CARCERÁRIO DO BRASIL.

Thaina Marieli SIlva Andrade e Brena Pantoja Guimarães

Este trabalho visa abordar as desigualdades de gênero a partir da questão do papel social da mulher na divisão sexual do trabalho, tendo em vista o histórico da situação carcerária feminina no Brasil. Deste modo, destacamos como as políticas penitenciárias refletem e perpetuam as desigualdades de gênero, partindo das relações capitalista e patriarcal de exploração e marginalização de mulheres, sendo o cárcere mais um lugar de atenuação dessa lógica. Nesse sentido, este estudo possibilita o debate a partir da leitura feminista/marxista como forma de fomentar tal discussão. Para tanto, este estudo adotou uma abordagem qualitativa, por meio de revisão bibliográfica, analisando criticamente tais questões. Destarte, esta pesquisa aponta que mulheres em situação de cárcere são julgadas duplamente: primeiro por cometerem crime e segundo por serem mulheres, tal lógica baseado no lugar da mulher na perspectiva do capital, onde sofrem diversas violações de direitos e suas especificidades, como a falta de atenção à sexualidade feminina, maternidade, higiene entre outras, sendo duplamente marginalizadas. Compreende-se hoje que os crimes que mais levam as mulheres à prisão não são

violentos, mas sim, ligados ao uso abusivo de álcool e outras drogas, à condição de pobreza, tráfico e roubo, sendo 6% por homicídio. Por essas questões, há a necessidade de abordar o tema a partir do feminismo marxista e questionar quem são essas mulheres para a sociedade? Pois, como aponta Saffioti (2015), o patriarcado é um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade e a divisão sexual do trabalho ressalta que essas divisões são construídas socialmente por meio das relações de gênero, de classe, de raças e das práticas sociais conforme Souza-Lobo (2021).

MULHERES FAMILIARES DE PRESOS FAZENDO A “CADEIA GIRAR”: CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PARA OS ESTUDOS CRIMINOLÓGICOS BRASILEIROS

Mariana Lins de Carli Silva (USP)

O presente artigo apresenta reflexões elaboradas a partir da pesquisa “Puxar cadeia junto”: significados do protagonismo de mulheres familiares de pessoas presas (Silva, 2023), especialmente sobre a contribuição da TRS para a compreensão do sistema punitivo brasileiro. A partir da premissa de que as prisões, ainda que possuam fronteiras bastante definidas pelas quais os corpos das pessoas presas não têm permissão de passagem, constituem-se a partir de uma porosidade institucional decisiva para seu funcionamento e gestão (Godói, 2017). Um dos vetores dessa porosidade é protagonizado por mulheres que visitam seus parentes aprisionados, e levam itens básicos de sobrevivência. Os grandes contingentes de material de higiene, alimentos, água, roupas, calçados, cobertores e comidas preparadas que abocanham dinheiro e horas de trabalho no cotidiano das mulheres são resultado da omissão do Estado em garantir a subsistência de pessoas presas empurrando para as mulheres sua função. A manutenção da vida e da convivência é o motor das ações dessas mulheres, e que simultaneamente elas movimentam a economia prisional com o abastecimento material inserido na dinâmica da reprodução social da vida, constituindo uma chave analítica da dinâmica de gênero, raça e classe que organiza o sistema prisional brasileiro. Essa constatação é fruto da articulação do campo empírico, composto por entrevistas com familiares e por observações participantes em filas de unidades prisionais, aos estudos de A. Davis, C. Jones, C. Arruzza, T. Bhattacharya e S. Ferguson. “Ser familiar de pessoa presa é estar inserida no circuito da reprodução social da vida, que transcende o ambiente doméstico e perpassa diversos ambientes nas cidades, inclusive as prisões, para garantir a sobrevivência” (Silva, 2023, p. 270).

PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DA VIDA: APONTAMENTOS DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PARA COMPREENDER A (R)EXISTÊNCIA DA MULHER FRENTE AO PROIBICIONISMO ÀS DROGAS NO BRASIL E NA COLÔMBIA

Aila Fernanda dos Santos (PUC-SP)

Esse artigo faz parte dos resultados emergentes de uma pesquisa de doutorado ainda em desenvolvimento na área de Serviço Social, realizada na Universidade

Pontifícia Católica de São Paulo (PUC-SP) em parceria com o Programa de Serviço Social da Universidade de Externado de Colombia. O objetivo é desvelar as expressões de luta de classes que se dão por processos integrados de reprodução social da vida (a condição de sobrevivência) e organização política (organização por meio de movimentos sociais) como forma de resistência das mulheres frente ao proibicionismo às drogas no Brasil e na Colômbia, tendo como chave a Teoria Unitária da Reprodução Social - TRS. Nesse sentido, esse trabalho contará com duas partes interconectadas, sendo que a primeira parte apresenta os principais fundamentos da TRS; e na segunda, a partir de análises prévia de resultados emergentes de uma pesquisa de campo realizada por meio de entrevistas semi-estruturadas, apresentar uma discussão sobre como o proibicionismo às drogas se materializa na realidade dessas mulheres, buscando analisar à luz da TRS, a dinâmica da acumulação de capital que articula dialeticamente exploração-opressão, legal-ilegal e produção-reprodução social. Como parte da discussão, ressalta-se as expressões de formas diversas da luta de classes no terreno da reprodução social, vinculadas à condição de existir e resistir diante das particularidades dos dois países. Evidenciam-se os aspectos centrais que nos atravessam enquanto América Latina diante das necessidades de reprodução da própria vida, nas quais contém uma dimensão central na resistência contemporânea às condições insustentáveis de existência face ao capital.

26/04 | 14h

sala 14 (prédio do meio)

mesa

"AS MULHERES MARXISTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS"

MEDIAÇÃO: MARIA CARAMEZ CARLOTTO (UFABC)

A mesa discutirá o perfil sociológico, político e cultural das mulheres marxistas que trabalham em universidades brasileiras. Trata-se de uma circunscrição particular num banco de dados constituído por 988 indivíduos, que responderam a um questionário sobre sua atuação como marxistas em universidades no país

O PERFIL SOCIAL, POLÍTICO E TEÓRICO DAS MULHERES MARXISTAS NAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS

Paula Marcelino (USP)

Apresentarei resultados parciais de uma pesquisa sobre a presença e atuação de marxistas nas universidades brasileiras cujos dados foram coletados entre os anos de 2013 e 2014. Neste trabalho, o foco será na exposição e reflexão sobre o perfil das mulheres que responderam ao questionário, no qual se baseia a referida pesquisa: quais são as condições socioeconômico delas, o que pensam sobre dimensões variadas do marxismo, da política e da vida universitária.

O MARXISMO ACADÊMICO NO BRASIL

Armando Boito Jr. (Unicamp)

O objetivo da apresentação será refletir sobre as características do marxismo acadêmico no Brasil: como ele se constituiu, quais são suas principais características, quais são as especificidades desse tipo de marxismo em relação às organizações políticas autodenominadas marxistas e quais são os condicionantes da atuação dos marxistas no espaço universitário brasileiro. Tais reflexões ajudarão a mesa a refletir sobre as mulheres nesse cenário, objeto das falas de Lidiane Soares Rodrigues e Paula Marcelino.

PODER, SEXO, LÍNGUAS NO MARXISMO À BRASILEIRA

Lidiane Soares Rodrigues (UFABC)

Trata-se de explorar as dimensões assimétricas dos intercâmbios transnacionais, tendo como eixo os nexos entre o capital linguístico dos marxistas brasileiros. A interrogação gira em torno da representação ""masculina"" da língua alemã, capital específico crucial na estruturação do espaço, sobretudo em países do ""sul global"", por dar acesso ao texto fundador da tradição teórica.

(COMENTÁRIOS)

Maria Caramez Carlotto (UFABC)

Comentarei a pesquisa empírica, as hipóteses interpretativas e os dados gerais da pesquisa ""O marxismo nas universidades brasileiras"" (conduzida por Paula Marcelino e Lidiane Soares Rodrigues), sobretudo no que diz respeito à posição objetiva das mulheres nesse espaço e ao exercício da dominação masculina.

26/04 | 14h

sala 236 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

FEMINISMO SOCIALISTA NA

AMÉRICA LATINA

MEDIAÇÃO: CAROLINA PETERS (USP)

REVOLUÇÃO SOCIALISTA E REPRODUÇÃO SOCIAL EM CUBA: A POLÍTICA SOCIALISTA EM RELAÇÃO ÀS MULHERES

Marcela Piloto de Proença (USP)

A Revolução Cubana de 1959 deflagrou um período de grandes transformações. A Declaração de 16 de abril de 1961 oficializou o compromisso com o socialismo. Seguindo na esteira da proposta cubana de construir a base material do socialismo a par e passo de uma nova consciência, o combate à opressão sobre mulheres constituiu um ponto de debate relevante para os revolucionários. Embasados, principalmente, pela experiência soviética, julgavam fundamental a incorporação das mulheres ao trabalho produtivo e à vida pública. Este processo, entretanto, esbarrava no papel social assumido pelas mulheres da classe trabalhadora: a responsabilidade pela reprodução social, isto é, pelas atividades, atitudes e comportamentos relacionados à manutenção e reprodução da vida. Enquanto trabalhadoras de seus lares e mães, as cubanas enfrentavam barreiras materiais e psicossociais para alcançar a igualdade. Logo, o Estado e Federação de Mulheres Cubanias tiveram de enfrentar a questão da sobrecarga feminina para garantir uma revolução que fosse, também, para as mulheres. Nesse sentido, buscaram implementar medida legais, materiais e culturais para uma reorganização do trabalho reprodutivo.

Este trabalho analisa os principais debates empreendidos pelo Partido e pela FMC e as medidas implementadas pelo Estado entre 1961-1975 em relação às mulheres, com ênfase para a questão do trabalho reprodutivo. Para tanto, utiliza como documentos: congressos, leis, discursos e dados estatísticos. O objetivo central da pesquisa é examinar de que forma a construção do socialismo cubano buscou superar os entraves à opressão feminina, em especial em relação à sua posição diferencial na sociedade e na família como reproduutora das novas gerações, que é a raiz da opressão às mulheres na sociedade capitalista.

FEMINISMO E COMUNISMO NO MOVIMIENTO PRO EMANCIPACIÓN DE LAS MUJERES DE CHILE (MEMCH) (1935-1953)

Thaís Batista Rosa Moreira (USP)

A primeira metade do século XX foi marcada por conflitos internacionais e pelas articulações de distintos movimentos sociais. É nesse contexto que emergem associações e grupos feministas organizados, tal qual o Movimiento pro Emancipación de las Mujeres de Chile (MEMCH), fundado em Santiago no ano de 1935. Conjugando as primeiras gerações de mulheres que tiveram acesso a estudos superiores com as mulheres trabalhadoras, o MEMCH visou ampliar os cenários de envolvimento feminino no espaço público chileno. O grupo organizou o periódico *La Mujer Nueva* (1936-1941) juntamente com a promoção de congressos feministas e campanhas nas ruas, que reivindicavam, dentre outras coisas, o direito ao voto feminino e à proteção da maternidade operária. Além disso, o MEMCH manteve relações próximas - e, em determinados momentos, conflituosas - com o Partido Comunista (PC) chileno e a chamada Frente Popular, coligação de esquerda formada no país no mesmo período. Dentre as menchistas comunistas mais citadas pela bibliografia estão as trabalhadoras Eulogia Román e María Ramírez. Dito isso, o trabalho em questão pretende refletir, a partir de uma perspectiva histórica, sobre as relações dos ideais feministas e comunistas dentro do Movimiento pro Emancipación de las Mujeres de Chile. Buscaremos expor e analisar questões ligadas à organização, contemplando suas lutas e tensões na época, bem como as diferentes estratégias adotadas por suas militantes. Tal esforço visa, ademais, dar visibilidade à trajetória da associação latino-americana. O MEMCH teve um papel central na conquista do sufrágio feminino em seu país (1949), todavia, é pouco conhecido e citado por trabalhos acadêmicos brasileiros.

FEMINISMOS SOCIALISTAS E MARXISTAS: DESAFIOS À EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES NA PERSPECTIVA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA NA CONTEMPORANEIDADE

Miriam de Oliveira Inacio (UFRN)

O artigo problematiza os desafios de tendências feministas socialistas e marxistas contemporâneas à afirmação da emancipação das mulheres na perspectiva da emancipação humana. Com base no materialismo histórico-dialético, os procedimentos metodológicos envolvem a pesquisa bibliográfica sobre tendências que abordam a consubstancialidade/coextensividade das relações sociais de sexo, classe e raça/etnia; a relação entre gênero, classe social e raça/etnia e a relação entre patriarcado, capitalismo e raça/etnia, publicadas no Brasil entre 2010 e 2020. As conclusões indicam que todas as tendências feministas socialistas e marxistas estudadas defendem uma ótica de totalidade social na análise da questão da exploração/opressão das mulheres na sociedade capitalista, a partir do pensamento marxiano. De outro lado, algumas análises tensionam com a concepção de classe social em Karl Marx, em que apresentam novas elaborações e revisões teóricas sobre a categoria classe social.

CASAS DE REFERÊNCIA DO MOVIMENTO DE MULHERES OLGA BENARIO: ESPAÇOS DE ACOLHIMENTO, RESISTÊNCIA, FORMAÇÃO E ORGANIZAÇÃO SOCIALISTA

**Rafaela Carvalho Pinheiro (FESP-SP)
e Carolina de Mendonça Rodrigues Silva (USP)**

As Casas de Referência do Movimento de Mulheres Olga Benario emergem como uma manifestação concreta da práxis marxista no contexto da luta feminista. Estas casas, fruto de ocupações lideradas por mulheres, não apenas oferecem apoio às vítimas de violência de gênero, mas também servem como centros de formação e organização socialista. Neste artigo, exploraremos algumas abordagens que destacam a conjugação entre teoria marxista e prática feminista, evidenciada nessas iniciativas.

A ocupação de espaços físicos pelas mulheres representa uma ação direta contra as estruturas de poder dominantes. Ao reivindicar e transformar propriedades abandonadas em locais de apoio e acolhimento desafiam as lógicas capitalistas de propriedade privada e exclusão social. A formação oferecida nestas Casas é centrada na conscientização política para a ação coletiva. Através de cursos, oficinas, grupos de estudo as mulheres podem compreender suas condições de exploração e opressão, e a lutar por sua emancipação. Como centros de organização política, as mulheres se reúnem para planejar ações coletivas e se engajar na construção de um projeto socialista que vise à superação das opressões de gênero e de classe.

Por fim, as Casas de Referência representam um desafio direto ao capitalismo. Essas casas são um exemplo vivo do feminismo marxista. Ao combinar a teoria revolucionária com a ação direta e organizada, oferecem uma visão inspiradora de como mulheres podem se unir para transformar, não apenas suas próprias vidas, mas também as estruturas sociais que as oprimem. É através desses espaços de poder popular que as sementes de uma sociedade verdadeiramente igualitária, justa e socialista são semeadas.

26/04 | 14h

sala 103 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
VIOLÊNCIA DE GÊNERO:
ABORDAGENS CRÍTICAS E CONTEXTUAIS**

MEDIAÇÃO: CAROLINA SOARES (UNICAMP)

**O PACTO FRATERNAL MASCULINO E A VIOLÊNCIA SEXUAL COMO FORMADORES
DA LEI CIVILIZATÓRIA**

Gabriela de Souza Rodrigues (USP)

O trabalho tem por objetivo expor como o contrato civilizatório, tal qual o conhecemos hoje, tem suas raízes no laço fraternal formado entre os homens, tese explorada por Carole Pateman a partir da análise do mito totêmico freudiano, no qual constata que o crime instituidor da civilização não seria o parricídio e sim o estupro: o domínio do pai sobre todas as mulheres da horda primeva e posteriormente atribuído aos irmãos através do pacto fraternal que é formado, fundando a vida em sociedade e garantindo o acordo de mútuo reconhecimento entre os homens. Discutiremos como essa noção de fraternidade também é um conceito chave quando nos propomos a pensar sobre as formas de violência contemporâneas, visto que é algo que se repete nas cenas de agressão sexual presente nos atos e violências atravessadas pelo marcador de gênero. Com isso, partindo da concepção de violência sexual como uma ferramenta de dominação-exploração, tendo como base as teses e proposições de Heleith Saffioti ao articular a violência as condições da mulher na sociedade de classes, pensamos em como esse tipo de agressão e delito, marcados pelo pacto fraternal masculino, se articula com conceitos modernos e fundamentais para o debate, como a ideia de contrato e consentimento, noções frequentemente atreladas a agressão sexual e ao estupro.

A VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NA REPRODUÇÃO SOCIAL DO CAPITALISMO

Adriana Herz Domingues (USP)

A Teoria da Reprodução Social tem se estabelecido como importante elaboração em busca de uma teoria unitária entre marxismo e feminismo para o estudo e enfrentamento do capitalismo. (Bhattacharya, 2023) Seus pesquisadores se dedicaram em especial ao estudo de como o trabalho de cuidado exercido pelas mulheres dentro de casa e em espaços públicos, como escolas e hospitais, se relaciona ao âmbito da produção de mercadorias. No entanto, uma das principais pautas do movimento feminista desde os anos 70 e em especial na última onda de mobilizações, a violência contra as mulheres (Arruza, Bhattacharya e Fraser, 2019), ainda foi pouco explorada pela TRP. Esse trabalho busca construir um diálogo entre alguns estudiosos marxistas e feministas da violência (Saffioti, 2001; Hill Collins, 2012; Gago, 2020; Zizek, 2014; Coutinho, 1989; Fanon, 2015) e a Teoria da Reprodução Social.

26/04 | 14h

sala 106 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

POESIA E CONTO: EXPRESSÕES FEMINISTAS NA LITERATURA

MEDIAÇÃO: LARISSA VANNUCCI (USP)

**AS MULHERES NA VERTENTE DO FEMINISMO SOCIALISTA, A PARTIR DE
ALFONSINA STORNI**

Cristiane de Mesquita Alves (UFPA)

Alfonsina Storni foi uma escritora suíça-argentina que elaborou um discurso jornalístico-literário voltado para defender publicamente a emancipação moral, econômica e política das mulheres nas primeiras décadas do século XX. De formação ideológica inicial anárquica (Delgado, 2011) a uma larga influência socialista, ela se tornou uma das escritoras latino-americanas que mais lutou nas manifestações dos direitos civis e políticos das mulheres e melhores condições de educação para as crianças em um dos contextos mais importantes para o movimento feminista. Como temas destaque em sua prosa, a mulher, a mãe solteira, novos perfis familiares, o trabalho e a questão da identidade de gênero tornaram-se razões suficientes para que ela fosse rechaçada por muitos conservadores que a viam como uma mulher que pregava um discurso, muitas vezes, contra a família e a ordem cristã estabelecida. Por outro lado, sua astúcia, independência e seu ativismo no período entreguerras, sua participação nas manifestações públicas das trabalhadoras e apoio as outras que estavam ocorrendo em diversas partes do mundo ocidental, fez com ela se filiasse às associações, clubes e partidos que tinham como ideologia política, o socialismo. Diante disso, este estudo tem como objetivo apresentar algumas particularidades do feminismo de Storni, constituído a partir da base socialista. Para tanto, esta pesquisa se organiza em uma metodologia bibliográfica com base nos textos de Storni (1919, 1920); Diz (2004, 2009), Delgado (2011), Salomone (2005) e Longo (2007) sobre o campo intelectual de Storni e sua biografia; Kollontai (2009) acerca de questionamentos em torno de família, mulher, trabalho e desenvolvimento social e outros (as) pesquisadores (as) que sustentaram a argumentação levantada nesta investigação.

“NEM A TI, EMBORA MINHA AMA, POUPAREI”: TRABALHO FEMININO E DOMINAÇÃO MASCULINA NA ODISSEIA DE HOMERO

Helio Pimentel Neto (USP)

A poesia épica grega narra a origem e desenvolvimento do cosmos e as façanhas heroicas dos homens do passado. Sua função é preservar e transmitir a memória através do deleite proporcionado pelo canto. Esta poesia é oral e tradicional, composta coletivamente ao longo de muitas gerações. Contudo, a poesia homérica não apresenta uma exaltação unívoca de ideais heroicos masculinos, ela também questiona estes ideais. Por seu caráter tradicional, ela incorpora também as vozes dos grupos dominados (mulheres, artesãos, escravos). Este trabalho divide-se em duas partes. A primeira traça considerações históricas sobre a sociedade que produziu esta tradição poética e sobre o modo de composição desta tradição. A segunda parte analisa a Odisseia. Segundo duas personagens, Euricleia e Negra, escravas de Odisseu, busca-se mostrar como o poema representa o trabalho feminino e a dominação masculina. A análise mostra como Euricleia, ama de Odisseu e governanta de seu palácio, é uma figura central não só na trama do poema, mas também na estrutura social nele representada. Euricleia, representação da escrava ideal, apesar da fidelidade e cuidado maternal dedicados a seus senhores, também está sujeita a coação, ameaça e violência. Já Negra aparece como a representação da escrava “infiel”. Contudo, pode-se entender que a insubmissão de Negra, ainda que desprovida de qualquer conteúdo ou sentido de classe, é uma forma de revolta. Pretende-se, assim, criticar a visão corrente na bibliografia crítica sobre Homero que acaba por endossar a insubmissão de Negra como “infidelidade” ou “traição”. Busca-se criticar essas noções quando aplicadas a uma estrutura de dominação. Por fim, pretende-se mostrar como nesta sociedade a dominação é imediata, pessoal e determinada pelo gênero.

A REPRODUÇÃO SOCIAL RETRATADA EM KINDER- UND HAUSMÄRCHEN (1812-1815), DE JACOB E WILHELM GRIMM À LUZ DA MORAL OITOCENTISTA

Iris Freitas Rodrigues (UFMT)

Jacob e Wilhelm Grimm, em um contexto das invasões napoleônicas e dissolução do Sacro Império Romano-Germânico, publicam as duas primeiras versões de Contos Infantil e Domésticos (Kinder- und Hausmärchen) uma de 1812-1815 e a outra, revisada pelos autores para atender as expectativas e as normas morais da sociedade burguesa, de 1819. A coletânea apresenta 16 contos e alguns apêndices, os quais tratam de uma forma crua as tensões da vida humana moderna, dividida em classes. Tendo isso em vista, o presente projeto pretende analisar alguns dos contos, principalmente acerca da representação feminina e a Reprodução social, ou seja, do trabalho reprodutivo da vida destinado a elas, a fim de entender como os valores oitocentista se expressa e remodela as histórias da cultura popular, propagadas oralmente pelas classes subalternas, defendendo que através dos contos é possível enxergar disruptões dos papéis de gênero e sua consequente adequação, já que a literatura não é um produto anistórico. Por meio de uma comparação das fontes primárias, o projeto, que possui como suporte teórico as

renovações do marxismo e os estudos de gênero acerca da teoria de Reprodução social, pretende contribuir para os estudos sobre os contos de fadas fazendo um recorte de gênero e classe e trazendo o debate para a ciência histórica, já que o estado da arte acerca dos contos de fadas tem como foco a psicologia, pedagogia, linguística e literatura.

26/04 | 14h

sala 230 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**ALÉM DA PRODUÇÃO: DESDOBRAMENTOS DA
TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO FEMINISMO**

MEDIAÇÃO: BÁRBARA CASTRO (UNICAMP)

POBREZA DE TIEMPO Y TRABAJO SOCIALMENTE NECESARIO

Andrea Sato (Universidad Autonoma de Puebla - México)

En la tradición Marxista, la lucha por el tiempo es central pues de ese resultado depende la cuantía del plusvalor y por lo tanto la dimensión que adquiere la explotación del capitalista hacia la clase trabajadora. En la lucha por los tiempos, podemos distinguir: i) la discusión sobre el valor de la fuerza de trabajo, en tanto cantidad de trabajo socialmente necesaria para hacer llegar los bienes de consumo (de todo tipo) para que las y los trabajadores puedan ir a trabajar al día siguiente, y ii) la discusión sobre la construcción o “producción” de la fuerza de trabajo, por ejemplo, como una niña/o/e se convierte en trabajador/a/e. Para Mariarosa (Dallacosta & James, 1971) el tiempo de trabajo en actividades no remuneradas, en particular el trabajo en el hogar y de cuidados, es tiempo que alimenta la producción de plusvalía en el circuito de valorización del Capital. Dentro de los Marxismos, esta visión es controvertida. Como ha señalado Cleaver (2004), “mientras mayor es la cantidad de trabajo no remunerado, menor es la cantidad de trabajo socialmente necesario requerido para producir los medios de subsistencia y, por lo tanto, mayor es la plusvalía”. En esta línea no se puede pensar el proceso de acumulación de capital sin las actividades domésticas y de cuidado que permiten que la fuerza de trabajo retorne a diario a realizar las actividades que producen valor. ¿Cuánto es el tiempo necesario para la producción y reproducción? Se propone un análisis marxista de la Encuesta de Uso de Tiempo en Chile para establecer la Carga Global de Trabajo para las mujeres y el tiempo socialmente necesario para el desarrollo de todas las actividades humanas. Construcción de indicadores no androcéntricos para analizar desde una perspectiva feminista el uso del tiempo.

LEITURAS FEMINISTAS MARXISTAS: O TRABALHO REPRODUTIVO E A OPRESSÃO DA MULHER

Laura Martins Marques (UFMG)

A opressão de gênero e o papel social da mulher são muitas vezes interpretados como naturais, entretanto, não é essa a realidade. Pelo contrário, ambos são características da atual sociedade capitalista, ou seja, nem sempre existiram. Nesse sentido, o artigo estabelece uma interlocução entre a 'divisão social do trabalho' pensada por Karl Marx e a 'divisão sexual do trabalho' desenvolvida por feministas marxistas, entre elas Silvia Federici e Heleith Saffioti. A primeira, toma como referência a obra madura de Marx presente em "O capital livro I" e no Capítulo VI (inédito), também, de "O Capital", além de contar com produções de intérpretes de Marx. Já para pensar as contribuições das feministas, as referencias são os livros: "O calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva", "O ponto zero da revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista" de Federici e "Gênero, patriarcado e violência" escrito por Saffioti. A relação dos conceitos de é feita por meio das categorias de 'trabalho produtivo', 'improdutivo' e 'reprodutivo' que, mesmo na atualidade, são amplamente discutidas.

O VALOR DO TRABALHO REPRODUTIVO PARA A ECONOMIA CAPITALISTA.

Beatriz Cerqueira Worspite (Unifesp)

O presente estudo se propõe a explicitar a realidade da divisão sexual do trabalho e as suas implicações na vida das mulheres, que foram historicamente delegadas às funções na esfera privada, enquanto os homens ficaram responsáveis pelo trabalho na esfera pública. Desse modo, as atividades de cuidados e afazeres domésticos foram invisibilizadas e atualmente não são tidas como trabalho do ponto de vista econômico. No entanto, o trabalho reprodutivo é essencial para a reprodução da força de trabalho, logo, para o funcionamento da economia capitalista. Portanto, este estudo pretende expor a importância desse trabalho a partir de um ponto de vista anti-patriarcal, anti-racista e anti-capitalista, crucial para reconhecer e confrontar as interseccionalidades das opressões. Isso envolve não apenas desafiar as normas de gênero tradicionais, mas também examinar como o racismo e o capitalismo exacerbam as desigualdades de gênero, colocando mulheres, especialmente as pertencentes a grupos minoritários, em uma posição de desvantagem ainda maior.

QUEM PRODUZ E REPRODUZ A SUPERPOPOULAÇÃO RELATIVA? CONTRIBUIÇÕES DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL PARA A COMPREENSÃO DO EXCEDENTE DE FORÇA DE TRABALHO

Renata Falavina Cardoso de Oliveira (Unicamp)

O objetivo do presente trabalho é discutir as possíveis relações entre a superpopulação relativa e o trabalho de reprodução social, com base na Lei Geral de Acumulação

Capitalista e nos aportes da Teoria da Reprodução Social. Para tanto, será realizada uma releitura detida do capítulo XXIII do Livro I de “O Capital” de Karl Marx, à luz da indispensabilidade do trabalho de reprodução social para que se verifique a tendência capitalista de produção progressiva de uma superpopulação relativa e/ou de um exército industrial de reserva. Para além da retomada teórica da categoria de superpopulação relativa, no âmbito empírico serão apresentados resultados da construção de um instrumento teórico-metodológico de mensuração do segmento de reserva dos/as trabalhadores/as. Os dados quantitativos permitirão dimensionar o excedente estrutural de força de trabalho em sua totalidade, e em sua composição interna (ou seja, as formas com que continuamente se expressa, a flutuante, a latente e a estagnada), no Brasil entre 2012 e 2022. Com isso, pretende-se contribuir para a compreensão dos impactos que a acumulação capitalista gera sobre a classe trabalhadora, a partir de uma mirada feminista.

26/04 | 14h

sala 132 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

PERSPECTIVAS INTERSECCIONAIS NA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

MEDIAÇÃO: BÁRBARA ARAUJO (UERJ)

REFLEXÕES INTERSECCIONAIS PARA UMA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL NO BRASIL

Clara Viana Lage Meirelles (UFMG)

A Teoria da Reprodução Social (TRS) se propõe a buscar as bases materiais da opressão às mulheres a partir da retomada de discussões-chave advindas de Marx (2023; 2010) e Engels (2019) e, principalmente, da visão marxiana sobre a essencialidade dos trabalhadores – possuidores de força de trabalho – para a continuidade do sistema capitalista (Marx, 2023; Vogel, 2022). Mais que isso, a TRS expande seu ponto de partida ao colocar em foco as mulheres como as principais responsáveis pela manutenção e renovação, por meio da procriação e do cuidado das pessoas e dos lares, dos atuais trabalhadores remunerados e de pessoas que não exercem trabalho pago, como crianças, adolescentes, idosos e certas pessoas com deficiência (Marx, 2023; Vogel, 2022; Bhattacharya, 2019; Arruzza, 2017). Reconhece-se, para tanto, que tal trabalho socialmente designado às mulheres faz com que elas, a depender da raça, classe, sexualidade e de outros atravessamentos sociais, vivenciem opressões e explorações de formas diversificadas, sobretudo diante de marcas historicamente construídas desde o colonialismo e o escravismo (Machado, 2017; 2018; Gonzalez, 2020; Ruas, 2020; Davis, 2016; McNally, 2023; Ferguson, 2017). No caso do Brasil, isso se reflete, por exemplo, na ocupação majoritária de mulheres negras e pobres em trabalhos de cuidado mal remunerados e precarizados no país (Carneiro, 2010). Diante das configurações sócio-históricas brasileiras, atravessadas pelo classismo, sexism, racismo e pela heteronormatividade (Sears, 2023; Mackinnon, 2016), este artigo defende que para se compreender as bases materiais da opressão às mulheres no Brasil deve-se refletir, de forma interseccional e em virtude de outras opressões, que as conformações capitalistas ganham delineamentos específicos no caso concreto.

INTERSECCIONALIDADE E CONSUSTANCIALIDADE À LUZ DA CRÍTICA MARXISTA DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Sonara S. Costa dos Santos (UERJ)

A segunda onda do feminismo foi um período de grande efervescência política e de elaboração teórica das variadas vertentes que se puseram a investigar as origens das opressões e como gênero, raça, sexualidade e classe se relacionavam. Bebendo em suas precursoras as teorias da interseccionalidade e consustancialidade floresceram enquanto que o feminismo marxista entrou em declínio assolado pelas teses de Fim da História, e a ofensiva neoliberal. Diante da nova primavera feminista e as greves internacionais de mulheres assistimos o redescobrimento das elaborações de Patricia Hills Collins, Kimberly Crenshaw, Christine Delphy, Danièle Kergoat e Helena Hirata. Ao mesmo tempo, as primeiras traduções das teóricas da Teoria da Reprodução Social são apresentadas ao Brasil. Lise Vogel, Tithi Bhattacharya, Susan Ferguson e Cinzia Arruzza representam um sopro de ar fresco e uma releitura reveladora da obra madura de Karl Marx, trazendo ao debate público a questão do trabalho no capitalismo, em suas múltiplas corporificações. Nesse artigo busco apresentar as fontes teóricas da interseccionalidade e da consustancialidade. Bem como as possíveis aproximações e os apartamentos entre essas três formas de explicação da realidade, sob o ponto de vista feminista.

GÊNERO, RAÇA E MIGRAÇÕES INTERNACIONAIS: UM DEBATE MARXISTA A PARTIR DA TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL

Patrícia Rocha Lemos e Mariana Shinohara Roncato (Unicamp)

O objetivo do artigo é analisar a lógica generificada e racializada que rege o fenômeno da mobilidade do trabalho no atual contexto da acumulação do capital a partir das contribuições da Teoria da Reprodução Social. As perguntas norteadoras são: quais são as razões por detrás da necessidade de atração de força de trabalho imigrante? Como a crise da reprodução social se relaciona com os modernos fluxos migratórios? De que maneira as migrações contemporâneas potencializam a divisão racial do trabalho, aumentando a xenofobia e as opressões raciais? A partir dessas questões, o artigo reflete um esforço preliminar de teorização dos nexos entre migração, gênero e reprodução do capitalismo. Nesse sentido, a TRS nos fornece ferramentas analíticas para aprofundar a compreensão do funcionamento interno à migração, em que as relações de trabalho, gênero e raça se apresentam enquanto fundamento desses fluxos. A análise do fenômeno migratório é desenvolvida em três eixos: 1) como mecanismo de reposição geracional da força de trabalho; 2) como resposta à crise da reprodução social em curso; 3) na dinâmica entre produção e reprodução social, via análise do papel ativo das mulheres e pessoas aptas a gestarem e suas escolhas reprodutivas. Por fim, discutimos de que modo a divisão sexoracial do trabalho migrante expressa o processo de desumanização da força de trabalho deste grupo social na pressão pelo rebaixamento constante das condições de reprodução dessa força de trabalho, legitimada pelas políticas migratórias e pelas concepções e práticas de divisão e hierarquização no interior da classe trabalhadora global.

26/04 | 14h

sala 133 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO:
CONTRIBUIÇÕES E DEBATES**

MEDIAÇÃO: RAQUEL SUELY (UNIFESP)

**PARA ALÉM DO PARADIGMA PUNITIVO: NOTAS SOBRE ABOLICIONISMO PENAL
& FEMINISMO MARXISTA NEGRO**

**Giselle Nunes Florentino, Ane Clarissa Dos Santos Rocha
e Bethânia Suarez de Oliveira (UFRJ)**

Este trabalho busca discutir a urgência do debate abolicionista penal para pensar possíveis saídas contra a violência de gênero, em uma chave de reflexão crítica que busca superar a lógica exclusivamente encarceradora e militarizada oferecida pelo Estado. As relações das opressões são a base de um sistema social que busca apenas a acumulação de riqueza e despreza qualquer outra forma de relação social que não seja a de mercantilização de todas as esferas da vida. Por isso, não podemos ignorar que as distintas violências que ocorrem contra mulheres - principalmente mulheres negras - possuem um caráter de desprezo em relação ao feminino e reforçam os traços de subjugação das mulheres e o papel que historicamente são forçadas a cumprir dentro desta sociedade. A subjugação da mulher perpassa por todas as instâncias sociais, uma vez que o patriarcado também é um poder político e econômico que organiza todas as relações sociais na capital. Inclusive, para as mulheres existe uma categoria de assassinato específica devido apenas a sua condição de gênero, o feminicídio, que são mortes violentas de mulheres motivadas pelo menosprezo e discriminação ao sexo feminino. Entretanto, as respostas oferecidas pelas instituições encontram-se na esfera de culpabilização individual, afastando a responsabilização estrutural e o papel do Estado na não garantia de vida às mulheres. O encarceramento em massa, resultante de uma política punitivista, não apenas não garante o fim da violência de gênero, como se volta seletivamente contra a população negra, alvo frequente das ações de segurança pública. Nesse sentido, precisamos pensar o tema mobilizando a chave da responsabilização estrutural.

MATERNIDADE NEGRA E A RUA: RAÇA E GÊNERO NA SOCIALIZAÇÃO BURGUESA

Marcua Campos Eurico (PUC-Rio)

O trabalho analisa de que modo as práticas de violação de direito das mulheres ao cuidado em saúde, à maternidade, ao parto e a guarda/permanência com suas filhas e filhos tem relação direta com as assimetrias de gênero e raça/etnia no processo de reprodução das relações sociais. O caminho metodológico se ancora na interseccionalidade como ferramenta analítica para aprofundar o quanto as mulheres sofrem os impactos da desproteção social no interior do Estado brasileiro, racialmente fundado. E interpela sobre como o direito à maternidade é interditado para as mulheres negras em situação de rua. Obviamente, a condição das mulheres ao redor do mundo, essencialmente patriarcal e racista, é de subordinação histórica. A exploração capitalista determina em que medida as necessidades humanas serão atendidas e em se tratando das mulheres, como seus direitos serão preservados. Diversas análises acerca dos motivos que sustentam práticas de violação de direito das mulheres ao cuidado em saúde, à maternidade, ao parto e a guarda/permanência com suas filhas e filhos identifica a condição de classe como determinação estrutural, naturalizando as outras determinações igualmente importantes. Ao ocultar os impactos da discriminação de gênero, raça/etnia e sexualidade no processo de reprodução das relações sociais o modo de produção social contemporâneo reatualiza as formas de controle sobre a vida das mulheres, em especial das mulheres negras em situação de rua. A intersecção entre raça/etnia, gênero e sexualidade é imprescindível para que o trabalho profissional possa desvelar as práticas colonialistas e racistas enraizadas na vida cotidiana e as reivindicações das mulheres negras grávidas ou mães em situação de rua precisa ser incluída na agenda pública enquanto direitos.

O DIÁLOGO (NECESSÁRIO) ENTRE A TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E O PENSAMENTO FEMINISTA NEGRO

Tatiane Anju Watanabe (UFABC)

A Teoria da Reprodução Social (TRS) e o pensamento feminista negro (PFN) vem ganhando força nos debates feministas, e ambos podem ser teoricamente complementares. Ambos trazem em si críticas ao marxismo, defendendo um alargamento teórico para uma melhor compreensão da realidade das mulheres, ao mesmo tempo que é profundamente influenciado por ele. Na atual era neoliberal, a crise do cuidado é uma realidade latente para todas as mulheres, afetando ainda mais as negras. A questão racial, portanto, precisa sempre ser central nas análises da TRS, junto com gênero e classe, e nisso as análises do PFN tem muito a contribuir, como já vem sendo feito. Ademais, o PFN tem uma ampla gama de questões que são tratadas, que pode ajudar a TRS a desenvolver análises mais concretas sobre a realidade das mulheres negras no contexto da reprodução social. Dessa forma, o PFN e a TRS têm muito a ganhar com um aprofundamento do diálogo entre eles, levando em conta que suas convergências as aproximam muito mais do que as afastam, não havendo divergências inconciliáveis entre elas. No entanto, levando em conta talvez uma das maiores divergências, há o fato de o PFN num geral ter uma compreensão do patriarcado como um sistema, diferente da TRS, que defende que o patriarcado deixou de

ser um sistema autônomo com o advento do capitalismo. Também, considerando que apesar da questão de classe ser muito presente no PFN, ainda há muitas contribuições que entendem classe somente de forma quantitativa, de acesso à riqueza e consumo, sendo a classe trabalhadora, pobre, quase como uma identidade ao invés de uma relação social dentro da dinâmica da luta de classes. Dessa forma, até mesmo as divergências lançam luz à importância de um contínuo diálogo entre os dois campos, que só tendem a ganhar com isso.

26/04 | 14h

sala 204 (prédio da Letras)

sessão de comunicações

**GREVE E OCUPAÇÕES: A LUTA DAS
MULHERES NO CAMPO E NA FÁBRICA**

MEDIAÇÃO: CAMILA LISBOA (USP)

**NOSOTRAS PARAMOS: A REINVENÇÃO DAS GREVES PELO MOVIMENTO
FEMINISTA ARGENTINO**

Helena Sabino Rodrigues Cunha (USP)

O presente artigo busca analisar as potencialidades da organização das greves feministas na Argentina, realizadas anualmente no dia 8 de março, a partir da identificação dos setores da sociedade argentina envolvidos na construção das greves, das categorias de trabalho visibilizadas com a adoção dessa tática, bem como dos horizontes de transformação apontados nesse processo, entre o período de 2016 e 2023. As greves feministas tornaram-se um fenômeno a nível internacional a partir da segunda metade da década de 2010, em um contexto de radicalização, massificação e transnacionalização do movimento feminista e diante de uma crise estrutural do capitalismo, que provocou o crescimento da extrema-direita a nível mundial. Na Argentina, as greves feministas estão intimamente ligadas ao surgimento do movimento Ni Una Menos, que ganhou repercussão internacional a partir da denúncia da violência de gênero no país. Desde 2016, as greves feministas são realizadas anualmente no dia 8 de março na Argentina, envolvendo uma diversidade de setores e demandas. Ao se apropriar de uma tática tradicionalmente utilizada pelo movimento sindical, o movimento feminista dota-a de novos significados, incorporando sujeitos frequentemente alijados dos espaços tradicionais de organização, como trabalhadoras informais, desempregadas e donas de casa. Nesse sentido, ao trazer visibilidade para o trabalho reprodutivo, as greves feministas podem ser consideradas como a tradução política da teoria da reprodução social, tensionando a relação subordinada que mantém a esfera da reprodução social invisibilizada e desvalorizada diante da esfera da produção. Ademais, ao fazer isso, as greves cumprem o papel de congregar demandas por reconhecimento e redistribuição, a partir de uma lógica transformativa.

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO MEIO RURAL BRASILEIRO: UMA REVISÃO DA LITERATURA.

Martha Peçanha Sharapin (Fiocruz)

O presente trabalho tem por objetivo abordar a divisão sexual do trabalho no meio rural brasileiro. Ao longo desses anos, o meio rural brasileiro passou e passa por processos intensos de modificação. No país, o campo vem se reorganizando, incorporando novas práticas que viabilizam diferentes oportunidades de trabalho, mas, ao mesmo tempo, algumas das relações mais violentas de exploração ainda persistem e são, muitas vezes, reforçadas justamente por essas novas práticas do modelo produtivo. É nesse contexto que buscaremos entender se essas mudanças recentes naturalizam a divisão entre trabalhos de homens e trabalhos de mulheres e, ainda, de valorização do trabalho masculino. Para isso, foi feita uma revisão da literatura, esperando, assim, obter um entendimento dos processos de trabalho no campo e o papel que a mulher ocupa, hoje na agricultura do país.

CRISE E CRÍTICA FEMINISTA: DESAFIO DAS LUTAS DAS MULHERES DO MST

Luciana Henrique da Silva (UEMS) e Ana Elisa Cruz Correa (UFMG)

Experiências de luta concreta das mulheres podem nos provocar a ponto de colocar em movimento a reflexão teórica radical? Qual a contribuição dessas lutas para a crítica feminista e para a compreensão da crise estrutural sistêmica? É possível tratar a relação entre gênero, raça e classe a partir do pensamento marxista sem recair em abstrações classificatórias sociologizantes ou em mera descrição de contradições concretas? As lutas organizadas pelo setor de gênero do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, nos anos 2000, foram ações de confronto direto contra o capital no campo e abriram espaço, momentaneamente, para disputa de concepções políticas em relação aos rumos do MST. Analisamos algumas consequências teóricas e práticas dessas lutas, considerando que a precarização das condições de trabalho e dos direitos sociais numa sociedade marcada pela crise do capital é maior para as mulheres, especialmente as que aderem às bases dos movimentos sociais. Concretamente, por um lado, tais lutas se expressou na saída de parte delas da organização em 2011 e na conformação em manifestações simbólicas das ações das mulheres nos anos seguintes; por outro, essas experiências produziram uma outra perspectiva para a luta pela terra, visto que a luta contra o capital no campo e sua matriz produtiva levou a atualização do debate sobre luta de classes no campo. Como compreender a luta das mulheres do MST como crítica e simultânea conformação à ordem do capital que pretendiam profundamente contestar? A contestação às “relações hierárquicas de gênero” seriam potência ou limite à luta anti sistêmica radical? Essas e outras questões aparecem neste trabalho como problematização de hipóteses fundamentais para a luta política e teórica no amplo campo do feminismo marxista.

O PAPEL DAS MULHERES NAS GREVES DE RESISTÊNCIA ANTICOLONIAL NA PALESTINA

Camila Cristina Begiato e Ana Vitoria Cavalcante Santos (USP)

É parte da tradição marxista o debate acerca da autodeterminação dos povos oprimidos e é rica a produção de revolucionários russos como Lênin e Leon Trotsky sobre a questão judaica. Como parte do legado da IV Internacional Comunista fundada por Trotsky, os marxistas fizeram parte de denunciar a criação do Estado de Israel e via os interesses da burguesia internacional sionista na ocupação das terras palestinas, apostando na luta da classe operária palestina e judaica antisionista para a libertação da opressão imperialista. No esforço de capturar uma parte da história do movimento internacional socialista de organização das mulheres e dos povos oprimidos contra a exploração e opressão capitalista, esse artigo se concentra nas ferramentas de organização das mulheres palestinas e a sua participação nas greves de resistência anticolonial do povo palestino. O trabalho resgata as organizações e comitês exclusivamente femininas que organizavam assembleias e congressos de mulheres, focando em alguns processos com a participação ativa de mulheres nas greves que remontam desde a primeira grande greve geral na Revolta Árabe de 1936-1939 até a Primeira Intifada iniciada em 1987. A participação dessas mulheres abrangem tanto a sua participação enquanto grevistas no setor da educação, por exemplo, quanto na sua auto organização atuando em campos de cuidado, protestos e boicotes que, no contexto cultural árabe, chacoalhou profundamente as relações de gênero e mudou profundamente a visão da mulher que se restringe à família e ao ambiente doméstico.

NÃO BASTA SER SINDICALISTA, TEM QUE SER FEMINISTA! AS BASES PARA A CONSTRUÇÃO DE UM FEMINISMO SINDICAL

Deise Recoaro (Universidade de Coimbra)

Neste artigo, proponho um diálogo entre sindicalismo e feminismo, a partir da organização de mulheres da CUT. Na prática, a construção de coalizões com as feministas trouxe importantes contribuições porque aumenta a capacidade de mobilização, revê debates e objetivos sindicais e inspira para uma nova visão de transformação social. Analiso os depoimentos de mulheres sindicalistas quando indagadas sobre ser ou não feminista a partir de suas vivências. Concluo que a parceria com os movimentos feministas pode ser a base para formulação de um feminismo sindical ainda inexistente.

26/04 | 14h

sala 202 (prédio da Letras)

**sessão de comunicações
TRABALHO DOMÉSTICO E CUIDADO**

MEDIAÇÃO: TATIANA GASPARINI (USP)

TRABALHO DOMÉSTICO, CROCHÊ E CAFÉ: A REPRODUÇÃO SOCIAL NO INTERIOR DO BRASIL – UM ESTUDO DE CASO EM OURO FINO E INCONFIDENTES, MG

Alina Pacheco Govêa (UFJF)

Este resumo sintetiza uma pesquisa de mestrado que investigou a condição de vida e trabalho das empregadas domésticas em Ouro Fino e Inconfidentes, Sul de Minas Gerais. Adotando uma abordagem sociológica, a pesquisa utilizou entrevistas e análise de conteúdo para explorar a percepção e experiência das trabalhadoras, com observação participante e técnicas de história de vida.

Os resultados identificaram unidades temáticas que discutiram: a falta de educação formal desde a infância como uma característica comum entre as entrevistadas, cuja desigualdade de qualidade educativa entre um Brasil rural e um urbano sempre se mostrou visível; destacou-se a falta de transporte público adequado na cidade evidenciando as dificuldades enfrentadas pelas trabalhadoras, que cotidianamente se deslocam longas distâncias a pé ou de bicicleta para realizar seu trabalho. Uma vez que as trabalhadoras de bairros rurais relataram realizar serviços domésticos para vizinhos de longa data, a complexidade das relações de trabalho e afetivas entre as empregadas domésticas e as famílias empregadoras desempenham um papel significativo nessa dinâmica, criando uma troca emocional e de cuidados que transcendem a simples prestação de serviços por salário. No entanto, essa relação muitas vezes implica em limites pouco claros entre deveres profissionais, privações e direitos. Além disso, o trabalho nas plantações de café, e o crochê surgem como formas de complementar renda, refletindo a invisibilidade e desvalorização do trabalho feminino, desempenhando um papel significativo na economia local. Conclui-se que, independente da realidade que seja, rural ou urbana, do interior ou da metrópole, remunerado ou não, o trabalho doméstico e de cuidados é essencial para a (re)produção da vida.

“ELA JÁ É DA FAMÍLIA”: O PRINCÍPIO DA AFETIVIDADE COMO ELO ENTRE DIREITO DAS FAMÍLIAS E DIREITO DO TRABALHO

Marianna Haug e Bruna Vasconcellos (USP)

Na sociedade brasileira, em especial nas camadas médias, há propagação do discurso de que a empregada doméstica “já faz parte da família”, o que serve de subterfúgio para a precarização desses postos de trabalho – note-se, quase que exclusivamente ocupados por mulheres, em grande parte negras. Ao trazer esse debate para a crítica marxista do direito, vemos uma leitura entrelaçada do direito das famílias e do direito do trabalho, especialmente no que concerne ao trabalho reprodutivo, de modo que seja possível relacionar o desenvolvimento da noção de família no direito brasileiro com vinculação intrínseca com gênero, raça e trabalho reprodutivo. A separação do trabalho executado por alguém de dentro e de fora da família pauta toda uma relação jurídica e acortinamento da expropriação do mais-valor nos demais setores da sociedade. Dessa forma, o discurso de que “ela já é da família” apenas busca borrar os limites da relação de emprego para se apropriar da falta de pagamento de determinadas atividades, ao mesmo tempo em que a trabalhadora não tem os benefícios do direito de família, como herança, plano de saúde familiar etc.

O DIREITO DO TRABALHO E A SUBJUGAÇÃO FEMININA: ANÁLISE MARXISTA AO MICROSSISTEMA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Laysa Stefany Ferreira Melo e Maria Júlia Costa Leite e Sousa (UFMG)

Alicerçado na crítica marxista ao direito e no feminismo marxista, o presente artigo se propõe a analisar o microssistema de regulamentação do trabalho doméstico no Brasil, a fim de verificar de que maneira o direito brasileiro atua nos processos de exploração e dominação feminina. A metodologia se pauta na pesquisa bibliográfica e na análise documental: a primeira se dará pela revisão de literatura, por meio da consulta de artigos científicos nas bases de dados da SciELO e do Portal de Periódicos da CAPES, com a utilização dos descritores “trabalho doméstico”, “divisão sexual do trabalho” e “divisão racial do trabalho”; e a segunda, será realizada pela análise à legislação que compõe o microssistema do trabalho doméstico no Brasil, tomando como marco temporal inicial a Emenda Constitucional nº 72/2013 e passando pelo estudo da Lei Complementar nº 150/2025 e da Convenção nº 189 da OIT, ratificada no Brasil em 2018. São objetivos específicos: (a) abordar a maneira pelo qual o trabalho doméstico se desenvolveu na sociedade brasileira, marcada por atravessamentos de gênero, raça e classe; (b) analisar a já citada legislação, delimitando, de forma introdutória, seus usos táticos e limitações estruturais; e (c) elucidar de que forma o direito brasileiro atua no processo de subjugação do trabalho feminino, especialmente no que se refere ao trabalho de mulheres negras. Partindo de referenciais marxistas, os quais compreendem o direito como categoria que assume forma específica no capitalismo, e a raça e o gênero como relações sociais específicas do Capital, adota-se a hipótese de que o ordenamento jurídico nacional exerce papel fundamental nos processos de exploração e dominação de corpos femininos, sobretudo, os racializados.

TEORIA DA REPRODUÇÃO SOCIAL E CUIDADO: A DUPLA JORNADA DE TRABALHO DOMÉSTICO DAS TRABALHADORAS DOMÉSTICAS E MÃES DAS REGIÕES PERIFÉRICAS DE PALMAS/TO.

Julia Pinto Komka e Nathália Patrício Leão (UFT)

A investigação acerca do trabalho doméstico não remunerado e a opressão das mulheres tem ensejado discussões entre as feministas marxistas de modo a correlacioná-la ao modo de produção capitalista. Vogel em interlocução com a obra de Marx destaca que essa opressão não estaria no volume de trabalho gratuito realizado pelas mulheres em função de crianças e homens dentro do lar, ainda que reconhecido o papel fundamental da família para a opressão das mulheres, mas sim estaria baseada no significado social do trabalho doméstico para o capital.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar, a partir do feminismo marxista, em especial a teoria da reprodução social, a dupla jornada de trabalho doméstico realizados pelas trabalhadoras domésticas e mães das regiões periféricas de Palmas/TO e suas particularidades: remunerado e não remunerado; realizado em suas próprias casas e nas casas de seus empregadores e etc.

Para tanto, foram utilizados dados coletados em campo a partir de entrevistas realizadas com 11 trabalhadoras domésticas e mães e pesquisa bibliográfica com apporte na teoria da reprodução social e feminismo marxista. Ancoradas no referencial teórico de autoras como: Nancy Fraser, Tithi Bhattacharya, Lise Vogel e Susan Ferguson, esperamos explorar as potencialidades e possibilidades de compatibilizar a teoria da reprodução social com as especificidades brasileiras, em especial, a dupla jornada de trabalho doméstico das entrevistadas e as dinâmicas e agentes de cuidado que emergem das narrativas de seu cotidiano.

26/04 | 14h

sala 208 (prédio da Letras)

sessão de comunicações
**ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO:
MULHERES, TRABALHO E DESIGUALDADES**

MEDIAÇÃO: IRENE MAESTRO GUIMARÃES (USP)

ENTRE CUIDADOS, TRABALHO E EDUCAÇÃO: O QUE SOBRA PARA ELAS?

Ana Claudia Marochi (UNICENTRO)

O trabalho aqui apresentado é fruto de um longa e dedicada pesquisa de doutorado com mulheres beneficiárias/titulares do Programa Bolsa Família – PBF e o título e as análises apresentadas são uma das categorias da tese. No atual estágio do capitalismo, há a pretensão dos capitalistas em transformar tudo em mercadoria. Todavia, nem tudo é mercadoria, como nos lembra Marx (2017). No rol de “coisas” que não geram valor e, portanto, sem relevância para os capitalistas, estão os afazeres domésticos e cuidados. Este tema logo passou a ser objeto de estudos de pesquisadoras feministas vêm apontando caminhos para o estudo sobre afazeres domésticos e cuidados e sua atribuição para as mulheres (SAFFIOTI, 2013; HIRATA, KERGOAT, 2007; HIRATA, 2015; KERGOAT, 2009; BIROLI, 2018; NOGUEIRA, 2011; NOGUEIRA, 2019; NOGUERIA, PASSOS, 2020), passando pelo patriarcado (LERNER, 2019; FEDERICI, 2017) e, aí temos um modelo específico que é o patriarcado capitalista, produtor de mercadorias (SCHOLZ, 2013; LEITE, 2020), pelo racismo (DAVIS, 2016), até as críticas mais radicais que passa pela economia dos cuidados (CARRASCO, 2001; OROZCO, 2014) e a teoria do valor-dissociado/clivado (SCHOLZ, 1996, 2000, 2004b, 2013, 2017a; LEITE, 2020). Nosso objetivo, portanto, é discutir o que sobra para as mulheres a partir das inserções no mundo do trabalho assalariado, da escolarização e das atividades domésticas e cuidados. Sendo que estas últimas dimensões interferem diretamente nas primeiras. De antemão, podemos afirmar que sobra muito pouco, tanto em relação ao trabalho assalariado quanto à escolarização e muito em relação às atividades domésticas e cuidados. Sobra a condição de exploradas e expropriadas de todas as condições mínimas de sobrevivência e de valorização como seres humanos e como mulheres.

EM DEFESA DE UMA NOVA ECONOMIA: OS DESAFIOS DE INSERÇÃO DE CORPOS DISSIDENTES NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

Luiza Wermelinger Nogueira de Almeida (UFRJ)

Pensar sobre as questões de gênero e suas implicações na sociedade é crucial para uma compreensão mais profunda do processo de construção das identidades humanas, destacando a multiplicidade em oposição à visão biologicamente determinista e hierárquica. Sob essa perspectiva, o presente trabalho busca explorar processos que produzem e reproduzem desigualdades socioeconômicas que estruturam a exploração e a marginalização dos indivíduos a partir da naturalização da ordem binária de gênero na sociedade. Para isso, a partir da construção de uma perspectiva de análise que integra contribuições da economia feminista junto à teoria queer, ancora-se na releitura dos pressupostos econômicos predominantes, na divisão sexual do trabalho, na interseccionalidade das relações sociais e nos dispositivos de controle dos corpos. O foco do estudo é analisar os fatores que condicionam a inserção no mercado de trabalho formal e a geração de renda de pessoas transgêneros, transexuais e travestis, especialmente identidades feminizadas, no território brasileiro. Para complementar a ausência de estatísticas oficiais a nível nacional, fez-se um recorte por âmbitos de violência e exclusão que rodeiam a trajetória de vida desses indivíduos. Como resultado, demonstrou-se que enfrentam uma débil inserção social em múltiplas esferas dada a sua condição de invisibilidade, sendo necessária uma reformulação da corrente econômica mainstream junto à reestruturação da organização social. Isso, a fim de reforçar o entendimento da pluralidade das identidades como ingrediente indispensável para a construção de uma sociedade mais equitativa em detrimento às formas fixas e totalizantes, viabilizando o enfraquecimento da separação e hierarquização artificial instaurada entre a esfera social e econômica.

A LÓGICA DA PUNIÇÃO OU AFETO QUAL O TRABALHO DE ASSISTENTES SOCIAIS

Victoria Barreto Maywald (PUC-SP)

Um dos pilares estruturais da sociedade capitalista é a opressão por gênero. Partindo dessa afirmação, dedicamos esse artigo a analisar dimensões da construção social do afeto e do cuidado no âmbito das relações familiares, características essas que são atribuídas diretamente às mulheres, e que problematizam ainda mais quando somadas às estruturas de raça e classe social. Para as reflexões que vamos suscitar aqui, analisamos a partir do método materialista histórico dialético, um pequeno universo de mulheres atendidas pela política de assistência social de média complexidade, no município de Campinas, partindo de dois pontos as possibilidades construídas pela rede de garantia de direitos que possibilitam desenvolver um trabalho dentro do previsto por essa versus a lógica punitivista.



Acompanhe o trabalho da
Coletiva **Marxismo Feminista**
em:



marxismofeminista.com



[@marxismofeminista](https://www.instagram.com/marxismofeminista)